

UM RETRATO DOS JORNALISTAS POLÍTICOS DE PORTUGAL

TAYNAR TALICA COSTA PEREIRA



UM RETRATO DOS JORNALISTAS POLÍTICOS DE PORTUGAL

Universidade Fernando Pessoa  
Porto – 2010

*“Para ser grande, sê inteiro: nada  
Teu exagera ou exclui.  
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és  
No mínimo que fazes.  
Assim em cada lago a lua toda  
Brilha, porque alta vive”.*  
**Fernando Pessoa**

UM RETRATO DOS JORNALISTAS POLÍTICOS DE PORTUGAL

TAYNAR TALICA COSTA PEREIRA



UM RETRATO DOS JORNALISTAS POLÍTICOS DE PORTUGAL

Universidade Fernando Pessoa  
Porto – 2010

UM RETRATO DOS JORNALISTAS POLÍTICOS DE PORTUGAL

TAYNAR TALICA COSTA PEREIRA



UM RETRATO DOS JORNALISTAS POLÍTICOS DE PORTUGAL

Orientador: Professor Doutor Jorge Pedro Sousa

---

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como  
parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em  
Ciências da Comunicação, ramo Jornalismo.  
Universidade Fernando Pessoa

Universidade Fernando Pessoa  
Porto – 2010

## **RESUMO**

O presente projeto visa analisar e assim compor um retrato sobre quem são os jornalistas políticos de Portugal, com enfoque nos profissionais da mídia impressa, de modo a deixar claro quem são eles enquanto trabalhadores profissionais especializados, quais suas metodologias de trabalho, quem e como identificam as suas fontes, se seguem os códigos deontológicos da profissão, como se organizam e se relacionam entre si, de modo a identificar se compõem uma tribo de jornalistas especializados.

Esse estudo está baseado em análise de bibliografias que versem a cerca do jornalismo político e seu desenvolvimento, bem como entrevistas em profundidade com os jornalistas que cobrem a seção de política dos seus veículos, os políticos e politólogos, de modo a criar um quadro que possa clarificar e dar forma a essa questão.

O estudo afirma, por meio de sua análise, que os jornalistas políticos são uma tribo especializada, com valores e cultura própria, que buscam pela verdade e utilizam a imparcialidade; têm uma relação de cumplicidade com as fontes e sofrem com falta de tempo para realizar o seu trabalho.

Palavras-chave: jornalista, política, deontologia, especialização.

## **ABSTRACT**

This project aims to analyze and thus compose a portrait of who are the political journalists from Portugal, with a focus on the professionals of print media, in order to make clear who they are as skilled work professionals, what their working methods, and those who they identify as their sources, if they follow the codes of ethics of the profession, how they are organized and related to each other, in order to identify if they are a tribe composed by specialized journalists.

This study is based on analysis of bibliographies that deal about journalism and political development, as well as in-depth interviews with journalists covering the politic section of their vehicles, politicians and political scientists, to create a framework that can clarify and shape the issue.

The study asserts, through its analysis, that political journalists are a specialized tribe with its own culture and values, who seek for the truth and use their impartiality; they have a relationship of complicity with the sources and suffer from lack of time to perform their work.

Keywords: journalist, politics, ethics, specialization.

## AGRADECIMENTOS

É até tolo dizer que percorri um longo caminho para chegar onde cheguei. Não apenas literalmente, pelos quilómetros que me trouxeram de casa até aqui, mas também por tudo que passei durante essas dois anos em que estudei, vivi e saboreei a vida e cultura de Portugal. Não foi um longo caminho. Foi um caminho diferente, cheio de aprendizado e crescimento, pelo qual eu só tenho a agradecer.

Posso dizer, com toda certeza, que a parte mais difícil de toda essa dissertação, para mim, é começar a escrever o meu agradecimento. Porque as palavras, acredito, já não são suficientes.

Grata à Deus, pela vida, oportunidade e pela chama que dentro de mim diz sempre que tudo é possível.

Grata, e como sou grata, aos meus pais e ao meu irmão.

À minha mãe, pelo apoio incondicional. Por sempre estar presente, sempre estar atenta, sempre rezar e me dar suporte, sempre, sempre, sempre. Porquê ela crê que eu posso tudo. Meu eterno modelo.

Ao meu pai, pelo amor incondicional. Por me amar, cuidar, me proteger e velar sempre, dizendo que sou sua princesa. Porquê ele crê que eu sou capaz. Meu eterno porto seguro.

Ao meu irmão, que sempre é quem me diz baixinho "Naná, deita aqui comigo?". Porquê por ele eu creio em tudo. Meu eterno orgulho.

A minha avó querida, meus tios e tias (um especial "obrigada" à Socorro de Fátima e Adelaide Sueli), primos e primas, e a toda minha família, que sempre torceu e se orgulhou de cada passo que dei.

Aos meus amigos, em especial, minhas irmãs: Livya Souza, Camélia Viveiros, Camila Souza, e meus escudeiros Bryeno Figueireido, Gustavo Pinto e Victor Pereira.

A Samantha Hasegawa, Mirna Lisboa e Humberto Porto, presenças tão constantes, preocupadas, especiais e amadas que tornaram o oceano um mero detalhe geográfico.

A Janaína Pucci, a melhor amiga de casa que eu poderia esperar, por todas as palavras que sempre soaram como: "força, gaja!".

A Fabrício de Paula, pela preocupação e ocasional rabugice.

A Ana Lúcia Prado e Marina Chiari, pelo acolhimento, carinho e cuidado; ao meu estimado e sempre solícito professor Ricardo Pinto; a Sofia Baptista, Cláudia Pina e Filipa Botelho pelos grandes momentos que me proporcionaram.

A todas as pessoas que participaram dessa construção, seja com entrevistas, palpites ou palavras de conforto.

E o meu grande obrigada ao meu orientador querido Jorge Pedro Sousa, que me guiou, ajudou e orientou, tornando o meu caminho académico mais rico, sempre sendo sincero e atencioso. Sem ele, eu ainda estaria me descabelando sem saber como prosseguir.

Obrigada, obrigada e obrigada! À todos!

**ÍNDICE**

<b>INTRODUÇÃO</b>	01
<b>CAPÍTULO I - O jornalismo na história e a profissão de jornalista</b>	
1.1 - O surgimento da Imprensa	04
1.2 - O jornalismo em Portugal	18
1.3 - O jornalismo português pós-25 de Abril	16
1.4 - O nascimento de uma profissão	20
1.4.1- O jornalista português	31
1.4.2 - As fontes de informação	33
1.5 – A indústria jornalística	39
<b>CAPÍTULO II - A política como especialização jornalística</b>	
2.1 – O jornalismo especializado	46
2.2 – Política	52
2.2.1 – O sistema político português	55
2.3 – O desenvolvimento do jornalismo político	56
2.4 – O jornalismo político hoje	64
2.5 – Deontologia: A ética dos jornalistas políticos de Portugal	76
2.6 – Novas tecnologias	89
<b>CAPÍTULO III – Um retrato dos jornalistas políticos de Portugal</b>	
3.1 – Metodologia	93
3.2 – Resultados segmentados e interpretação	100
3.2.1 – Os jornalistas	100
3.2.2 – Os políticos	109
3.2.3 – Os politólogos	112
3.3 – Comparação interpretativa dos resultados	116
3.4 – Conclusão	129
Bibliografia	130
<b>LISTA DE APÊNDICES – ENTREVISTAS</b>	
Apêndice 1 – Jornalista Ricardo Pinto	135
Apêndice 2 – Jornalista Carla Soares	149
Apêndice 3 – Jornalista Sofia Rainho	155
Apêndice 4 – Jornalista Filomena Fontes	160
Apêndice 5 – Jornalista Vitor Matos	163
Apêndice 6 – Político Miguel Relvas	167
Apêndice 7 – Político Rui Sá	170
Apêndice 8 – Político João Teixeira Lopes	173
Apêndice 9 – Político Álvaro Castelo Branco	176
Apêndice 10 – Político Renato Sampaio	178
Apêndice 11 – Politólogo Manuel Meirinho	180
Apêndice 12 – Politólogo Carlos Jalali	182

## INTRODUÇÃO

O jornalismo é um campo vital para o funcionamento da democracia nas sociedades ocidentais. E é também indiscutível o seu papel enquanto ator político dentro dessas sociedades, desde o surgimento da imprensa. É por meio dele que a população consegue saber como está a gerência do seu país (o que afeta toda a sua vida) e como comportam-se as entidades por ela responsáveis pelo governo e pelo poder.

O jornalismo político sempre foi alvo de reflexões a cerca sobre o seu carácter e papel dentro da sociedade de uma maneira geral, desde o seu surgimento. “Os jornais tinham por objectivo criar descrições verbais de eventos revolucionários e de representar grupos sociais e políticos cujas as acções era suposto renovar a política” (FIGUEIRA, 2007: 28).

Ora é tido como corrupto, ora como o quarto-poder. “(...) apresentado um pouco como D. Quixote, fragilizado na sua impotência perante os poderosos que o cercam, mas também, simultaneamente, um pouco como Robin dos Bosques, no seu empenho em roubar a verdade (...)” (CORREIA, 1998: 13). O jornalista político é o olheiro do público, seu representante, seu tradutor e intérprete. Talvez, ainda visto como um paladino que relata as irregularidades que a população deve saber. O responsável por mostrar o que não está certo, tornando visíveis as falhas que ocorrem no cenário político. Ele traduz os embates diários políticos para cada indivíduo. Entender quem são e como trabalham é entender o porquê das notícias serem da forma que são, e assim compreender as realidades de cada sociedade, como se organizam e reagem a cada acontecimento.

O presente projeto surge então como uma forma de analisar, comparar e identificar os jornalistas políticos de Portugal, com enfoque nos profissionais da mídia impressa, para montar um retrato a cerca de quem são esses jornalistas enquanto trabalhadores profissionais; como trabalham, quais as metodologias que utilizam no seu

dia-a-dia; quem são as fontes à quem recorrem e como as encontram; conseguem seguir os códigos deontológicos da profissão; como se organizam e se relacionam entre si.

O primeiro capítulo é composto por uma breve história do surgimento da imprensa, e em seguida do jornalismo, para contextualizar o nascimento do jornalismo político, com base em uma extensa análise bibliográfica, focada em autores como Sousa (2008), Tengarrinha (1989) e Melo (2003).

Em seguida, no segundo capítulo, faz-se necessário um estudo bibliográfico detalhado sobre o surgimento e desenvolvimento do jornalismo político em Portugal, corroborando o papel essencial que o mesmo desempenha em toda a imprensa. Essa área continua a fazer-se bastante pontual e importante nos dias de hoje, já que analisar e buscar compreender o governo, seus atores e ações é uma forma de tentar fazer revelar o que acontece na vida do cotidiano e que pode vir a acontecer. Cada ação política, por menor que seja, reflete na sociedade e a altera, impactando não só uma vida, mas toda uma estrutura responsável por gerir uma.

A residir aí a importância de se estudar e buscar entender os profissionais que lidam com essa área: são eles também atores importantes, talvez tanto quanto os próprios políticos, pois traduzem e relatam a política para a população, interpretando frases, debates, números, ações. Além desses aprofundamentos, faz-se imprescindível falar sobre a deontologia da profissão e os novos meios de tecnologia, que também influenciam a sociedade.

O terceiro capítulo contém a metodologia utilizada no estudo, que além de pesquisa bibliográfica, conta com entrevistas em profundidade, que Sousa (2006: 378) afirma ser a possibilidade de obter-se “informações pormenorizadas e aprofundadas sobre os valores, experiências, sentimentos, motivações, idéias, posições, comportamentos etc., dos entrevistados”.

As entrevistas são realizadas com cinco jornalistas de cinco veículos impressos (jornais diários – Público e I, semanários – Sol e Expresso, e uma revista - Sábado), cinco políticos (Partido Socialista – PS, Partido Centro Democrático Social – CDS-PP, Partido Social Democrata – PSD, Bloco de Esquerda – BE, e Partido Comunista Português - PCP), e dois politólogos de Portugal. O último capítulo também conta com uma análise das entrevistas, de modo a corroborar, ou não, os questionamentos levantados na problemática dessa dissertação e expor um retrato desses profissionais.

Por fim, o presente estudo tem por objetivo tentar contribuir para o debate a cerca do profissional jornalista, sua especialização e para o jornalismo político em si, ressaltando suas virtudes e falhas, de modo a tornar visível o seu papel dentro da sociedade.

## **CAPÍTULO I**

### **O JORNALISMO NA HISTÓRIA E A PROFISSÃO DE JORNALISTA**

#### **1.1 - O SURGIMENTO DA IMPRENSA**

O ser humano sempre esteve à procura de meios para registrar fatos do seu cotidiano. Nos primórdios, esse registro é feito por meio de registros pictóricos, gravados nas próprias cavernas, e que em sua maioria mostram o dia-a-dia dos homens na época, seus costumes, um pouca da sua cultura; e que contribuem para o surgimento dos ideogramas, do alfabeto e da própria escrita - o maior expoente da imprensa, inventada aproximadamente cinco mil anos antes de Cristo. Segundo Pena (2005: 15), a imprensa e o jornalismo surgem do medo da própria ignorância humana acerca do desconhecido.

O surgimento da imprensa encontra suas origens no Oriente. Melo (2003: 30) afirma que os chineses, japoneses e coreanos, desde século VIII, já realizavam impressões tabulares e possuíam até tipos móveis, fazendo com que estivessem “consideravelmente à frente dos europeus em seu nível cultural”, já que sua escrita surge muitos séculos antes, e são eles os inventores do papel.

O primeiro livro impresso de que se tem notícia é do ano de 868 a.C., produzido na China. Mas apesar desse estado de avanço onde o Oriente se encontra, então, Melo (2003: 34) relata que ele nada influi no avanço da imprensa, já que suas impressões são produtos das artes gráficas. Melo afirma:

“A imprensa surge, portanto, na Europa, nos fins da Idade Média, no bojo de algumas transformações estruturais, como por exemplo: desenvolvimento do comércio interno e aparecimento das indústrias; renascimento e expansão da vida urbana; criação das universidades e formação de uma nova elite intelectual”. (MELO, 2003: 34)

A importância da comunicação, ou a sociedade da comunicação, tem seus primórdios, segundo Meireles (2007: 22), com a sociedade romana, onde há uma

preocupação com o laço social. A autora cita Philippe Breton, que em *A Explosão da Comunicação*, conta que os cidadãos considerados mais importantes e os quais quisessem ser respeitados tinham o dever de conhecer pelo nome todo cidadão com quem se pudesse cruzar na rua, no decorrer do dia. Breton segue a afirmar que a civilização romana, com o seu ideal de construir e instruir a sociedade, é importante para a difusão da palavra escrita, inteiramente material, onde antes, só o oral era valorizado.

Dando um salto na história, e estando agora na Europa, período em que a escrita e os próprios livros começam a adquirir grande importância, o homem encontra-se no período do Feudalismo, em meados do século IX, quando o panorama sociocultural é o de isolamento rural, com a ignorância predominando entre servos e proprietários, já que a Igreja, nesse período, é detentora quase que exclusiva da leitura e da escrita. A economia na Europa está enfraquecida, uma vez que cada propriedade adota a postura que julga adequada. A partir do século XI, com o início das Cruzadas, o Continente se revitaliza e adquire uma nova feição econômica, com o intenso desenvolvimento do comércio, e surgimento de novas cidades.

O povo, cansado da restrição imposta pela servidão feudal, migra para essas novas cidades, em busca da liberdade para movimentar-se e para ter propriedade, além de tentar deixar de lado a ignorância e o conformismo ao qual estavam habituados. Logo, esses novos comerciantes procuram desenvolver suas habilidades intelectuais, “dedicando-se ao estudo da escrita, da numeração, da geografia, buscando assim instrumentos adequados para ampliar as suas atividades mercantis” (MELO, 2003: 38).

A educação passa também a ser acessível a uma maior faixa de indivíduos, com o aparecimento de diversas universidades, criando uma nova elite de pensadores e intelectuais. A Europa encontra-se no Renascimento, e vê o crescimento da produção de livros manuscritos, que por sua vez, dão origem a um novo comércio editorial.

Melo (2003: 42) relata que a imprensa vem “atender às necessidades crescentes de produção de livros, a fim de satisfazer às solicitações da elite intelectual forjada pelas universidades e pelo movimento renascentista”. Mas o autor também mostra outras finalidades da imprensa, como o suporte para o desenvolvimento das atividades da nascente burguesia comercial e industrial como uma forma de atender às necessidades da organização administrativa das cidades e principados. Além da igual necessidade popular de obter informações e manter-se em dia com os acontecimentos da época, dando origem a imprensa periódica, já que “a atualidade tornou-se objeto de curiosidade com um fim prático, a comunicação converteu-se em uma necessidade da vida urbana, profissional, política e religiosa” (MELO, 2003: 43).

A palavra *imprensa* deriva de prensa móvel, o processo gráfico inventado por Johannes Guttenberg no século XV, composto por caracteres avulsos gravados em blocos de chumbo, estanho ou antimónio (SOUSA, 2008: 32), de modo que possam ser rearrumados numa tábua para formar palavras e frases do texto; essa invenção permite que a imprensa se expanda, bem como os próprios livros e impressões em geral.

A rapidez com que a imprensa se alastra e se torna essencial para a sociedade mostra sua repercussão útil à vida cotidiana na Europa, não só por seu aspecto sociocultural, porém também por sua importância econômica. Burke (2003: 145) assegura:

“A aquisição de conhecimento sobre assuntos comerciais foi obviamente reforçada pela impressão. Proliferavam tratados sobre como ser um bom comerciante. Informações comerciais sobre feiras de negócios, chegada de navios e preços de diferentes mercadorias eram cada vez mais disponíveis em forma de impressa”. (BURKE, 2003: 145)

Melo (2003: 45) afirma que no fim do século XV, o Continente já conta com cerca de 1.200 oficinas tipográficas. Esse expressivo número, para a época, é explicado pelo próprio interesse dos comerciantes em financiar impressores, com também relatado

por Burke (2003: 146). Os livros e revistas também já publicam anúncios de outras publicações, garantindo assim mais uma fonte de renda.

Os livros produzidos são, na sua maioria, de caráter religioso (Burke [2003: 147] relata que 43% da produção é destinada a esse nicho), seguindo-se de textos literários, de Direito e as obras científicas. Panorama que vai se alterando, conforme o passar dos anos, e já no século XVII, há o crescimento do número de leitores leigos, que são aqueles interessados em obras de ciências e literatura (sobretudo obras novelescas e livros sobre cavalaria), marcando a decadência do livro religioso.

Os periódicos passam então a ter lugar garantido na sociedade, pois tem uma grande facilidade de divulgação de notícias. Mas ainda demoraria mais de um século para o surgimento do jornalismo, através do jornal.

“Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: as notícias, a procura da verdade, a independência dos jornalistas, a exatidão, e a noção do jornalismo como um serviço ao público – uma constelação de idéias que dão forma ao emergente ‘pólo ideológico’ do campo jornalístico” (TRAQUINA, 2005: 33;4).

O jornalismo que hoje está presente em quase todas as sociedades ocidentais tem início no século XIX, com a massificação da imprensa. Esse crescimento faz com que sejam criados novos empregos, onde os profissionais passam a se dedicar o tempo inteiro a atividade que, durante todo o decorrer do século, enaltece o mesmo objetivo: fornecer informação.

## 1.2 - O JORNALISMO EM PORTUGAL

Portugal acompanha todos esses movimentos que estão a ocorrer na imprensa europeia de uma maneira geral, mas sofre, nessa mesma época, com constrangimentos, como a censura à liberdade de imprensa, com diversas leis que são sancionadas por Dom João IV, em 1643; situação que só muda no final do século XIX, com o surgimento do liberalismo.

Os primeiros sinais do jornalismo, ou do que viria a ser o jornalismo mais tarde, surgem na Europa como um todo, com as folhas volantes ou ocasionais, por volta de 1555, uma espécie de "pré-reportagens", que relatam um único acontecimento. Em Portugal, as mais conhecidas são as relações de naufrágio, não periódicas, que relatam casos de naufrágios de naus portuguesas desde meados do século XVI e estruturam-se com um discurso informatizado e dramatizado, e uma distribuição massiva, sendo muitas vezes, lidas em voz alta em lugares públicos. Essas folhas são anônimas e têm pequenas tiragens, com notícias monotemáticas, ocasionais, e geralmente são, até então, livres do crivo da censura, vendidas em feiras e lugares frequentados pela grande população, segundo afirma Sousa (2007: 40).

Esses impressos são formados, em geral, por uma única folha, com dimensão de 15 cm x 20 cm, e contam com apenas uma notícia, recheada de detalhes, por sua vez, nem sempre verídicos. Muitas vezes estão agrupadas, contudo nunca passando de mais de oito folhas. Abrangem os mais diversos temas, como política, comércio, funerais, festas, natureza, descrição de batalhas, lugares, crimes e outros. O jornalismo é, então, uma forma de contar o que se passa no dia-a-dia da população.

"Muitas dessas histórias eram (e são) publicamente úteis, enquanto outras se destinavam (e destinam) essencialmente a satisfazer a curiosidade humana. Mesmo estas últimas, porém, podem ser positivas para a vida de uma sociedade, já que, ao representarem as atitudes, comportamentos e cognições humanas, e ao delimitarem o que é considerado desvio, ajudam a definir as regras de convivência e as normas que asseguram a sobrevivência e a estabilidade da sociedade". (SOUSA, 2007: 42)

Tengarrinha (1989: 29) faz um levantamento das publicações feitas nesse período e que ainda se encontram preservadas (ao todo 32 publicações), e elas dividem-se nas seguintes temáticas: expansão marítima, naufrágios, relações com povos e descrições de terras distantes, proselitismo (idéia ou intento) religioso: 14; assuntos religiosos: seis; notícias da Corte: seis; acontecimentos gerais do País e o estrangeiro: três; batalhas: duas; e descrição de Lisboa: uma. O autor ressalta a divisão das publicações entre as notícias voltadas para as elites e para a população em geral, e o já aparecimento dos critérios de noticiabilidade e valores-notícia semelhantes aos do jornalismo contemporâneo.

As folhas, também chamadas de relações, agregam um misto de crônicas e reportagens, com uma narrativa quase sempre cronológica, escritas em prosa ou em verso, como a *Miscelânea* de Garcia de Resende (1554), citada por Sousa (2008; 31), designada "Casos e Coisas", um relato do massacre dos cristãos novos em Lisboa, à 20 de Abril de 1506:

“Mudanças e grandes feitos,  
em papas, reis, dignidades,  
em reinos, vilas, cidades...  
(...)  
Vi que em Lisboa se alçaram  
povo baixo e vilãos  
contra os novos cristãos,  
mais do que quatro mil mataram  
dos que houveram às mãos:  
um deles, vivos queimaram,  
meninos despedaçaram,  
fizeram grandes cruezas,  
grandes roubos e vilezas  
em todos quantos acharam”

Essas relações também contêm traduções em outras línguas da mesma notícia, e levam conhecimentos aos europeus sobre o que se passa nos outros países do Continente, começando a criar, assim, um sentimento unitário de igual pertencimento, fortalecendo e unificando o território, até então multifacetado.

Em seguida as folhas, surgem os livros noticiosos semestrais e anuais, que são mais diversificados em seu conteúdo e estilo, e reúnem diversas folhas volantes. Um exemplo desses, segundo escreve Tengarrinha (1965: 31), é a primeira relação portuguesa pluritemática de notícias impressa, a *Relação Universal do que Succedeu em Portugal e Mais Províncias do Occidente e Oriente, desde o mês de Março em 1625 até todo Setembro de 1626*, escrita por Manuel Severim de Faria, com o pseudônimo Francisco de Abreu, extraídas de manuscritos intitulados *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente, Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação d'El Rei D. João o IV Escrita em Trinta e Uma Relações*, com a primeira impressa em 1626 em Lisboa, e reimpressa depois em 1627, dessa vez em Braga; e a segunda, 1628, em Évora. Essa relações, conforme Sousa (2007: 124) relata, são uma espécie de anuário sem periodicidade.

Com o impacto e importância dessas notícias, nesse período, os governos sentem a necessidade de controlar o que é divulgado, criando assim o licenciamento prévio em toda a Europa, onde "apenas os indivíduos bem vistos pelas autoridades obtinham a licença prévia que lhes dava o direito a instalarem tipografias e/ou a exercerem o ofício de tipógrafo e editor", o que dificultou o crescimento do jornalismo (SOUSA, 2007: 126). Em Portugal, Dom João IV decreta leis que reforçam o sistema de licenças prévias e censura, dificultando uma difusão maior da imprensa.

A primeira gazeta portuguesa surge em 1641 e é chamada de *Gazeta Em Que se Relatam as Novas Todas, Que Ouve Nesta Corte, e Que Vieram de Várias Partes no Mês*, publicada em Lisboa por Manuel de Galhegos, com doze páginas. Esse veículo dá origem ao jornalismo periódico em Portugal, sendo publicada até 1647, ainda que irregularmente, mas com relativa periodicidade e continuidade (TENGARRINHA, 1965: 31). O jornalismo vai surgindo, então, como uma forma de valorização da cultura escrita, uma das características da Modernidade.

Portugal encontra-se, entre 1667 e 1715, como afirma Sousa (2008: 95), em atraso com o resto da Europa, já que suas publicações impressas sofrem com o Absolutismo régio e a força da Igreja Católica, vigilância que dura até o século XIX. Em geral, as notícias trazem fatos poucos relevantes, dando atenção somente a personalidades da elite portuguesa e com uma linguagem bastante rebuscada, o que afasta a população média da época.

Nesse período, surgem diversos mercúrios, "livros noticiosos com extensas listas de notícias soltas, muitos deles não periódicos" (SOUSA, 2008: 95), e também diversas gazetas, essas com linguagem mais erudita, filosófica e literária, pouco acessível às massas populosas. Muitos periódicos científicos também têm lugar nessa época, com muitas publicações voltadas medicina e história.

É também nessa época, mais precisamente a 10 de Agosto de 1715, que surge a *Gazeta de Lisboa*, publicada por José Freire Monterroio Mascarenhas, um periódico oficioso, que oferece notícias do governo, o país e o estrangeiro, tendo um caráter fortemente administrativo. Durante o século XVIII, também surgem diversos mercúrios, livros noticiosos com variadas notícias soltas; muitos com feições filosóficas e literários (TENGARRINHA, 1989: 42). É também nesse período, mesmo com a censura, que surgem periódicos científicos, médicos, históricos e enciclopédicos, com intuito de instruir o público, ocultando o espírito revolucionário do século das Luzes. Durante esses anos, mais precisamente em 1768, é instituída a Real Mesa Censória, agravando o controle e a vigilância sobre a imprensa portuguesa.

A partir do século XIX, e afetado pela Revolução Francesa, Portugal vê surgir diversos periódicos com linha editorial extremamente noticiosa e política, mas ainda é forte a censura prévia.

Nessa época, os veículos buscam não só persuadir ou opinar sobre determinados assuntos, mas sim explicar os acontecimentos. É um misto de cariz político e noticioso.

Tengarrinha (1965: 53) ressalta a criação de 22 novos periódicos, estimulados pela vontade de informação da sociedade, opinião compartilhada por Sousa (2008: 98):

“O jornalismo diário terá, certamente, aprofundado o interesse pelo que havia de novo no país e no mundo, tanto mais que a guerra desestabilizava e ensugentava a Europa, onde novas idéias se propagavam, sentindo-se necessidade de informações e do interesse pelo que passava no mundo retroactivamente aprofundará a necessidade social de jornais, enquanto veículos de idéias e informações, tal como promoverá o interesse pela imprensa”. (SOUSA, 2008: 98)

Em 1820, ocorre a Revolução Industrial e Constitucional, que provoca uma mudança na forma do jornalismo em Portugal, dando-lhe características românticas (TENGARRINHA, 1965: 66). O ano seguinte, Dom João VI regressa a Portugal. E à 12 de Julho de 1821 é aprovada a primeira lei sobre liberdade de imprensa, que prevê mecanismos jurídicos para condenar os abusos da mesma. Esse triunfo faz com que aumentem-se o número de jornais, vários exilados acabam por regressar ao país e se promove a importação de técnicas, táticas e estratégias do jornalismo europeu (SOUSA, 2008: 99).

Em 1822 é promulgada uma legislação repressiva à liberdade de imprensa, onde o editor ou impressor torna-se responsável pelos escritos dos autores e passível de punições por conta de ataques ao governo.

Em 1826, D. Pedro I, então Rei de Portugal, outorga a Carta Constitucional, devolvendo diversos poderes ao monarca. Mas mesmo com a existência de censura prévia, a Carta possibilita o aparecimento de diversos periódicos. Passados dois anos, com D. Miguel no poder, um antiliberal, a imprensa é novamente asfíxiada e reprimida. Situação que só muda com a Guerra Civil.

Nesse período de instabilidade, surgem periódicos com fundo político-noticioso e popular, como o *Periódico dos Pobres*, que chega a ter, pelo menos, cinco mil assinantes.

A partir de 1840, começam novas restrições e perseguições aos jornalistas, inclusive com assaltos às tipografias, mas, mesmo com toda a turbulência, a imprensa acaba por se configurar como “um novo espaço público, mais simbólico do que material e entendido, essencialmente como arena pública” (SOUSA, 2008: 101).

Em 1850 é promulgada a Lei das Rolhas, que restringe ainda mais a imprensa, dificultando até a fundação de jornais. Um ano depois, essa lei é revogada. Maio de 1851 – vem a Regeneração, que traz estabilidade e normalização da situação política no país. Começam a aparecer jornais populares noticiosos, direcionados para todos, com grandes tiragens proporcionadas pela publicidade, com linguagem acessível, sem uma linha editorial definida, dando início então ao jornalismo industrial em Portugal.

As redações passam a abrigar dezenas de profissionais, pautados pela factualidade, separação entre informação e opinião e a objetividade, dando surgimento a um *lead* primitivo. Um grande expoente desse período é o *Diário de Notícias*, que surge em 1864, em linhas experimentais, com linguagem clara, concisa, precisa e simples.

“Esta renovada e contemporânea perspectiva do jornalismo noticioso, generalista, que se propunha ser neutro, ético (separando o público do privado), independente e o mais verdadeiro possível (consciência dos limites), dirigido a toda a população, encarado essencialmente como negócio, (...)”. (SOUSA, 2008: 102)

A imprensa se alastra, marcada pelo jornalismo de investigação incipiente, com algumas características da atual reportagem, como a busca pela atualidade. Essa rápida expansão traz diversas consequências, como o aumento de jornalistas profissionais (noticiaristas), criação de uma hierarquia profissional, fixação de um vocabulário

comum específico, diferenciação entre estilo “literário, erudito ou persuasivo” e “jornalístico”, entre outras (SOUSA, 2008: 106).

Com o aumento do número de noticiaristas, o jornalista passa a ser visto como um técnico, perdendo parte do seu prestígio profissional, o que Sousa vê com outros olhos:

“Os noticiaristas consolidavam-se, assim, como um corpo de redactores técnicos, capazes de procurar, seleccionar, processar e difundir ágil, rápida e eficazmente informações úteis e socialmente relevantes, em textos simples e acessíveis. Eram autênticos profissionais da comunicabilidade dos acontecimentos. Eram, enfim, repórteres.” (SOUSA, 2008: 106)

Surgem também as sociedades, que sejam por motivos de negócios em comum ou ideal político, passam a ser responsáveis pelo lançamento de novos periódicos, tornando impossível a competição de indivíduos isolados. No decorrer do século, também surgem diversos jornais locais, com linha editorial político-noticiosa.

Já no final do século XIX, a liberdade de imprensa é novamente cerceada pelos últimos governos monarcas, devido a instabilidade política e a ameaça dos republicanos à Monarquia. Vários decretos são assinados, tentando impedir a difusão de notícias e diversos jornais são processados. No início do século XX, a situação continua igual, com prisões de vários jornalistas.

Durante todo esse início de século, a situação da imprensa é de instabilidade e censura. Só em 10 de Outubro de 1910, a imprensa readquire sua liberdade, num ato do poder republicano. Para depois ser novamente suspensa em 1912. Mas ainda assim, muitos periódicos surgem. Com o fim da Primeira Guerra Mundial e o regresso de Portugal ao Parlamentarismo, a imprensa vê-se livre novamente.

Até que a 28 de Maio de 1926, num golpe político, Portugal entra em um estado de ditadura, que dura até 1933, quando António de Oliveira Salazar promulga uma nova Constituição e dá início ao Estado Novo. A nova Constituição assegura, teoricamente, a liberdade de imprensa, ao mesmo tempo em que “explicita que o exercício dessa liberdade seria regulado por leis especiais” (SOUSA, 2008: 110). Ou seja, a censura à imprensa continua a existir, com o licenciamento prévio para abertura de jornais, punições por abuso de liberdade, entre outras. Para que fossem impressos, “os jornais enviavam três provas à Comissão de Censura da sua área, que devolvia uma delas com os carimbos visados, ‘autorizado’, ‘autorizado com cortes’ (...), ‘suspensa’, ‘retirado’ ou ‘cortado’ (...)” (SOUSA, 2008: 110).

Faustino (2005: 01) afirma que ao contrário dos outros países da Europa, no pós-2ª Guerra, Portugal teve sua imprensa atrasada em anos por causa de censura e ditadura.

Nessa mesma época, a 15 de Dezembro de 1955, é constituída a RTP, Radiotelevisão Portuguesa, por iniciativa do Governo, que começa a funcionar, no ano anterior, à 04 de Setembro de 1954. A criação da RTP é um marco importante para os media em geral, ainda que esteja sob domínio do Governo.

As notícias enviadas pelas agências noticiosas também passam por uma censura, onde o Governo dita o que pode ser publicado ou não. Essa situação permanece durante todo o governo de Salazar (1968) e depois com Marcelo Caetano, até 25 de Abril de 1974.

### 1.3 - O JORNALISMO PORTUGUÊS PÓS-25 DE ABRIL

Nesse período pós-revolução, conhecido como Processo Revolucionário em Curso, verificam-se as transformações mais significativas no jornalismo em Portugal em termos de estilo, política, organização e nos próprios profissionais. Além de diversos problemas em decorrência da instabilidade política pela qual o país passa.

Vindo de um período com uma imprensa com tecnologia débil, trabalhadores mal pagos e mal preparados e uma censura, como afirma Correia (2008: 118), que chega há durar 48 anos, a imprensa passa para um modelo mais conectado com o mercado, ainda que demore um pouco para que essas mudanças ocorram.

“Em termos políticos, assiste-se assim, com o 25 de Abril a todas as transformações estruturais que vão desde uma sociedade altamente rígida do ponto de vista comunicacional – caracterizada por um monopólio público de televisão exercido em condições de um ferro e monolítico controlo governamental e de uma imprensa relativamente incipiente no que respeita à profissionalização e coarctada de condições políticas e económicas que permitissem o exercício de uma actividade concorrencial – para um modelo empresarial de livre concorrência plena e agressiva a que se adicionam as constantes novidades resultantes do fenómeno geralmente designado por ‘Sociedade da Informação’” (CORREIA, 2008: 119).

Vários jornais são queimados nesse período por facções políticas de Norte a Sul do país. Novas tentativas administrativas para estabelecer uma censura militar, o chamado Projeto Jesuíno, prevê “ajuizar a existência de práticas condenáveis e aplicar penas de multa e suspensão aos responsáveis pelas mesmas” (CORREIA, 2008: 120). O Partido Comunista continua a exercer influência sobre a RTP (um dos veículos que mais sofre durante esse período, com ocupação dos militares em sua sede e intervenções na administração da mesma), a Emissora Nacional, Diário de Notícias e Século.

Outros veículos afetados são o jornal República e a Rádio Renascença, casos que serão citados mais à frente, devido ao caráter ideológico de seus problemas. Correia

(2008: 121) afirma que esses casos concederam a revolução uma dimensão internacional quanto à questão da liberdade de imprensa em Portugal.

Outros fenômenos relevantes e importantes foram: a suspensão de vários jornais, por alegada agressão ideológica ao Movimento das Forças Armadas; greve dos trabalhadores do *Jornal do Comércio*; queima pública do *Século*, *Diário de Notícias* e *Diário de Lisboa*; publicação de jornais com forte apelo ideológico aos projetos do PCP; conflitos internos dentro de vários jornais causados por facções políticas adversárias; e bombardeamento dos emissores da Rádio Renascença.

Além desses distúrbios, investir em novos jornais não é visto como um negócio rentável, já que a maioria da população é analfabeta, a circulação da imprensa é débil e as rendas obtidas com a publicidade não são suficientes para manter os veículos.

Faleiro (2006: 38), em seu artigo *Portugal: do 25 de Abril de 1975 aos nossos dias*<sup>1</sup>, afirma que esse abrandamento, ainda que pequeno, da censura, lança o país numa “desordem informativa”, pois a nova liberdade de expressão faz com que diversas opiniões políticas sejam difundidas, sem que se chegue a um consenso, além de muitos conflitos entre as comissões de trabalhadores e as direções administrativas dos jornais.

“Partidários de campos diferentes enfrentam-se nos meios de comunicação, lançando a confusão entre o povo. Na fase pós-revolucionária, avultam as incompatibilidades entre as várias tendências ideológico-partidárias, que afectam directamente os próprios meios de comunicação. Multiplicam-se os conflitos entre administrações e direcções com as comissões de trabalhadores e os conselhos de redacção, entretanto eleitos. Estes conflitos atingem, por vezes, proporções extremadas e inconciliáveis, como sucede no 'caso República', em Maio e Junho de 1975, que adquire projecção internacional". (FALEIRO, 2006: 38)

---

<sup>1</sup> FALEIRO, Ana Rita. A sociedade portuguesa no pós-25 de abril (2006). Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/23343794/A-sociedade-Portuguesa-no-pos-25-de-Abril-algumas-consideracoes> (Acesso em: 08/01/10, às 16h20)

A autora relata que as notícias parecem um mosaico, muita das vezes, desconexas entre si, “um puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão” (FALEIRO, 2006: 38), afetando imenso a qualidade do que chega até o público, já que a capacidade de análise e seleção é mínima, e muita das vezes, os media não se preocupam em relatar ao fundo o que acontece, e sim, apenas transmitir o que lhes é passado pelo governo e partidos.

Passado um ano da revolução, o Partido Comunista Português ainda é a principal força de informação hegemônica, controlando os principais e mais expressivos meios. O pós-25 de Abril mostra uma imprensa nacional extremamente enfraquecida ainda pelo peso do analfabetismo e a baixa escolaridade (CORREIA, 2008: 124). Só a partir dos anos 1980 esse cenário muda, com o aparecimento de vários diários e semanários, enquanto que os media que já existiam tentam livrar-se da manipulação ideológica e as intervenções do governo. O movimento em prol da liberdade das rádios também é importante para mudanças em todos os media.

“Pode-se dizer assim que, depois da legalização das Rádios locais, a autorização de emissões privadas de TV e o aparecimento do Público e do Independente foram os acontecimentos mais relevantes no que respeita ao período que medeia entre o fim do período revolucionário e o início da Internet em Portugal” (CORREIA, 2008: 125)

Durante as décadas de 1980 e 1990, a imprensa portuguesa tem um salto em sua linha editorial, com o surgimento de novos veículos, e o Estado passa a ter menos controle, com o fenômeno da reprivatização dos media nacionais (FAUSTINO, 2005: 05).

Surge a internet, e com isso, a própria imprensa modifica-se, tentando deixar de lado a hiperpolitização e focar mais no aspecto humano das notícias, uma maior aproximação do público.

O sistema comunicativo também sofre alterações, com uma mutação geral das condições empresariais e tecnológicas, onde está inserido o mercado dos media, como a profissionalização definitiva da imprensa, a aparição da internet e a alteração das distribuições tradicionais do conteúdo, entre outros, formando a imprensa que é vista nos dias de hoje.

#### 1.4 - O NASCIMENTO DE UMA PROFISSÃO

O jornalismo, ou aquilo que vem a ser a profissão futuramente, surge oficialmente – ainda que timidamente – no século XVII. Segundo Serrano (2006a: 37) é “um elemento dominante na construção de uma experiência pública comum e na formação de um consenso sobre que é real e importante”. Não há como falar nele sem fazer uma breve recapitulação dos estilos que imperam desde os seus primórdios.

O jornalismo começa com um estilo um tanto quanto primitivo, mais conhecido como “artesanal”, e seu formato assemelha-se ao de um livro pequeno. Carrega consigo notas breves, e fatos, principalmente, de interesse comercial, como explica José Marques Melo, no livro *História Social da Imprensa*:

“Os textos principais, opinativos, seguiam o modelo retórico; reportavam-se à realidade para sugerir ou afirmar que os problemas se deviam aos impostos, barreiras alfandegárias dos que se beneficiava a ‘classe ociosa’, isto é, a aristocracia. As tiragens eram normalmente inferiores a mil exemplares; o editorial complementava-se com notas prévias, e registro de fato de interesse comercial (chegadas e partidas de navios, atividades de piratas), ou indireto (guerras, secas, e outros eventos capazes de repercutir no mercado)”. (MELO, 2003: 55)

Entre os séculos XV e XVIII, o jornalismo tem como função básica e valor instrumental difundir informações indispensáveis ao florescimento das atividades comerciais e econômicas. Paralelamente, com a ascensão política da burguesia, ele passa também a doutrinar e educar em função dos valores do Iluminismo, assumindo um papel social e comercial importante dentro da sociedade; esse período é chamado de Pré-história do Jornalismo.

Em seguida, passa por outras quatro fases oficiais de evolução na história, explicadas por Marcondes (2002: 08), que afirma que o jornalismo é o “filho legítimo” da Revolução Francesa, e está associado à “desconstrução” do poder da Igreja e das Universidades, que antes são detentoras de quase todo o saber. Fato também confirmado por José Marques Melo na obra *Jornalismo Brasileiro* (2003): “é no bojo das

democracias construídas pela Revolução Norte-Americana (1776) e pela Revolução Francesa (1789) que a liberdade de imprensa ganha legitimidade política (...)” (MELO, 2003: 45).

Marcondes (2002: 09) divide esses quatro períodos pelos quais o jornalismo passa, e que aqui serão adotados. Começa com a Pré-História do Jornalismo, fase que compreende o período entre 1631 e 1789, sendo caracterizado por uma economia elementar e uma produção artesanal, quase semelhante ao livro. Os valores jornalísticos dominantes são o de notícias com apelo espetacular, singularmente novo (desastres, mortes, seres deformados, reis, etc.), e quem o produz é um empreendedor isolado.

Segue-se com o Primeiro Jornalismo: período datado entre 1789 e 1830, é o chamado de período da *Iluminação*, tanto no sentido de exposição do que antes é escondido, quanto do esclarecimento político e ideológico - até hoje o primeiro jornalismo impera no ilusionário popular, quando o jornalista é visto como "revolucionário", com ideais para mudar o mundo. Tudo dentro desse período deve ser exposto, mostrado, desvelado. É também caracterizado por seu conteúdo literário-político, a profissionalização do jornal e por seu texto crítico, já que os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. Seus valores dominantes são a razão (verdade, transparência), o questionamento da autoridade crítica da política, a confiança no progresso, entre outros. A economia na época é deficitária; é comandado por escritores, políticos e intelectuais. Marcondes (2002: 10) afirma que entre Fevereiro e maio de 1789, surgiram 450 clubes e mais de 200 jornais.

Já o Segundo Jornalismo ocorre entre 1830 e 1900, e pode ser caracterizado como o oposto do primeiro jornalismo, já que é marcado pelo jornal como grande empresa capitalista, a chamada imprensa de massa, onde os jornalistas são meros servidores, "ajudantes de mercado", como afirma autos. O jornal é visto como mercadoria, que tem seu valor de troca. Seus valores dominantes são o “furo”, a atualidade, a “neutralidade”; criam-se a reportagem, as enquetes, as entrevistas, as manchetes, investe-se nas capas, logo e chamadas na 1ª página. É produzido por

jornalistas profissionais. Sua economia é de empresa, onde o jornal tem que dar lucro, com isso, há o aumento das tiragens, de 35 para 200 mil; desaparece a liberdade, em troca de maior entretenimento.

O Terceiro Jornalismo começa em 1900, e tem seu término em 1960. É marcado pelas Grandes Guerras e por acontecer numa época “fraca”, decadente. É também caracterizado pelas grandes rubricas políticas ou literárias, páginas-magazines, esporte, cinema, rádio, teatro, turismo, infantil, feminina. Jornalistas, publicitários e relações públicas promoveram a “indústria da consciência”. Grupos monopolistas dominam a imprensa; época das tiragens monstros.

O Quarto Jornalismo tem início no ano de 1960, e perdura até hoje. É a época da grande tecnologia, caracterizado pela informação eletrônica e interativa, com intensa utilização dos novos aparatos tecnológicos, expansão da indústria da consciência no plano das estratégias de comunicação e persuasão dentro do noticiário e da informação. Seus valores dominantes são os impactos visuais, a velocidade, a transparência, redes/sistemas informatizados, pessoas em interface e jornalistas prestadores de serviço. Os financiamentos começam a migrar para a TV e a internet, o que provoca uma crise na imprensa escrita. Outras características são: o surgimento e definição da assessoria de imprensa, a mudança das funções do jornalista, velocidade na transmissão das informações e valorização da imagem e crise.

O autor considera o Primeiro Jornalismo como o mais importante e mais característico de todos, devido sua força, grande expansão e pela criação da imagem do que é ser jornalista - que ainda impera nos dias de hoje: um profissional que luta pela verdade.

Esse período é conhecido como “da iluminação” e do “esclarecimento político e ideológico”, onde todas as notícias, fatos, opiniões e pensamentos devem ser ostensivamente expostos. O autor afirma ainda que “é a época de ebulição do jornalismo

político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as idéias” (MARCONDES, 2002: 11).

Nesse período também se inicia a profissionalização do jornal: a redação surge como um setor específico, na qual os cargos passam a ser diferenciados e acontece a autonomia redacional. Na realidade, o jornalismo surge noticioso, e só no século XVII, na Inglaterra, é que surgem os jornais políticos, difundindo-se. Mas agora, o jornalismo deixa de ser um instrumento político, e se torna uma força política; os interesses econômicos vão para segundo plano, e os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. Todos os grandes jornais surgem nessa época: *The Times* (1785), *New York Herald Tribune* (então *New York Herald*, 1835), *The Guardian* (1850), *The New York Times* (1851) e *Frankfurter Zeitung* (1856) (MARCONDES, 2002: 18).

Jorge Pedro Sousa (2008: 116) afirma que, nessa época, “ser redactor, isto é articulista, tendo a missão de redigir os artigos políticos, era, assim, a grande ambição de muitos os que se diziam jornalista”.

Para o autor, os jornalistas enxergavam-se cada vez menos como meros “escritores de jornais”, e sim, como profissionais capacitados e competentes, focados no mercado. Sousa (2008: 117) afirma que “o espírito empresarial que tomou conta do jornalismo português foi o principal factor por trás dessa transformação e conduziu, ainda, à modernização tecnológica das empresas jornalísticas”.

Serrano (2006a: 72) nota o aparecimento de dois modelos de jornalismo: o primeiro, anglo-americano, foca-se na recolha de informação, onde o jornalista é o profissional que procura as notícias, e é visto como “grande repórter” e profissional de “investigação, que descobre e desenterra escândalos”; atividade encara como profissão o tempo inteiro (SERRANO, 2006a: 72).

Já o segundo modelo é o francês é aquele no qual os jornais fazem-se sem os jornalistas; as notícias são transmitidas por colaboradores de imprensa, que não são profissionais jornalistas o tempo todo. A profissão não tem prestígio ou *status* algum. Esse modelo é marcadamente político, e a excelência do profissional está focada na capacidade de defender uma linha de pensamento. “Trabalhar para um jornal é uma posição de espera, espécie de antecâmara para as verdadeiras carreiras da literatura e da política” (SERRANO, 2006a: 73).

Percorrendo o outro lado da história do jornalismo, Traquina (2002: 60) escreve que por muitos anos, o jornalismo é visto não como uma profissão e sim como uma saída, ou meio para atingir outros fins. É sempre um segundo emprego, que ajuda a complementar a renda de quem escreve, "numa situação de enorme desemprego, arranjar um emprego num jornal era melhor que nada, sobretudo para as pessoas letradas". O autor, citando Elliot (1978), escreve:

"Na França, os melhores pensadores e escritores da nação escrevem nos jornais e governam a opinião pública, mas os escritores diários e semanais são os mais baixos serventes da literatura, a qual, quando é um ofício, é o mais vil e degradante de todos os ofícios, porque são necessárias mais hipocrisia e afetação, e mais subserviência aos baixos sentimentos dos outros para o exercer, em qualquer outro negócio, de proxeneta para cima" (TRAQUINA, 2002: 60)

Vê-se aí, uma clara demonstração de como a profissão jornalística é vista em seus primórdios pela sociedade. Eis então, um paradoxo: quando surge, o jornalismo tem um forte apelo político-literário, se caracterizando como uma força numa sociedade que estava florescendo em sua cultura e em seu comércio. Logo em seguida, há o declínio da profissão identificada como apenas uma fonte de renda extra desprestigiada. Então, novamente o jornalismo é visto como uma profissão nobre, tendo grande credibilidade e confiança da população.

Entre os séculos XVII e XVIII, surge na França o Iluminismo, um movimento que defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica que domina a Europa desde a Idade Média, com o propósito de “iluminar” a sociedade que se encontra nas trevas.

Os pensadores que defendem estes ideais acreditam que o pensamento racional deve substituir as crenças religiosas e o misticismo, que são bloqueios à evolução do homem. O homem deve ser o centro, e buscar respostas para as questões que, até então, são justificadas somente pela fé. Assim explica Cotrim (1997: 66):

“A palavra Iluminismo originou-se de luz, referindo-se à razão, que consegue tudo iluminar. Essa era principal característica das idéias iluministas, ou seja, a explicação racional para todas as questões que envolviam a sociedade. (...) De modo geral, esses pensadores defendiam a liberdade, a justiça, a igualdade social e Estados com divisão de poderes e governos representativos. Acreditavam que esses elementos eram essenciais para uma sociedade mais equilibrada e para a felicidade do homem.”. (CONTRIM, 1997: 66)

Este momento histórico de revolução do pensamento intelectual, que prega a valorização da razão – considerada o mais importante instrumento para se alcançar qualquer tipo de conhecimento -; do questionamento; da investigação; da experiência como forma de conhecimento tanto da natureza quanto da sociedade; da liberdade política e econômica e da igualdade de todos; é cenário também para o nascimento do jornalismo moderno, que “começou a emergir nos começos do século XVII, literalmente na base de conversas, sobretudo em lugares públicos como os cafés de Londres” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004: 34).

É embalado pelos pensamentos racionalistas do “Século das Luzes”, em que a noção de jornalismo como “serviço público ao leitor” passa a ser fortemente sedimentada, ou seja, “as raízes iluministas que forneceria os princípios para o exercício do jornalismo” (MORETZSOHN, 2002: 42).

Em outras palavras, é a partir daqui que começa a ser construído realmente o ideal iluminista que trata dos princípios e métodos da profissão, e que tem por objetivo final “dizer a verdade”, ser transparente e utilizar o questionamento na informação de uma sociedade ainda não “esclarecida”. Moretzsohn (2002: 42) explica esse contexto na sociedade francesa:

“(…) até aquela época a imprensa ainda não havia alcançado prestígio como instrumento para expressão de idéias. Valorizados eram os livros e brochuras. (...) É preciso encontrar um outro meio que não as brochuras para instruir todos os franceses, incessantemente, com pouca despesa e sob uma forma que não os fatigue: esta é a única forma de instrução de uma nação numerosa pouco acostumada a ler e que procura sair da ignorância e da escuridão” (MORETZSOHN, 2002: 42).

Sendo assim, pode-se dizer que a profissão vai adquirindo sua “identidade”, ou ainda, o seu *ethos* – palavra grega que significa modo de ser; caráter. No artigo científico *O discurso e a construção do ethos jornalístico*<sup>2</sup>, Maria de Fátima Costa de Oliveira cita o autor espanhol Fernando Pan López para explicar a relação do *ethos* com o jornalismo: “o *ethos* é o entre, o ponto de confluência e contato, o mundo comum de valores, idéias e atitudes diante da vida, a interação dos universos pessoais do jornalista e do leitor”.

Assim sendo, a informação resulta de conhecimentos partilhados, não apenas entre membros da mesma comunidade, mas também com outros cidadãos. O jornalismo só faz sentido quando se relaciona com a sociedade, já que seu trabalho é para e vem da própria sociedade. Assim como também não basta que um jornalista se declare independente. É preciso que o público lhe reconheça essa qualidade.

Pouco tempo depois, no século XIX, surge outro movimento contrário à ênfase ao culto – considerado frio – da razão que havia sido apregoado durante o Iluminismo. No Romantismo, o homem não é um ser calculista, e sim um ser de sentimentos que

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/17400/1/R0536-1.pdf> (Consultado 20/05/09, às 22h).

tem o “direito de errar”. As novas palavras de ordem entre os jovens estudantes são sentimento, misticismo, anseio, natureza, introversão. O que deve agora ser levado em consideração no processo de aquisição de conhecimento, é o que se passa dentro do homem, no seu “eu”.

É em meio a esta atmosfera de sentimentalismo, supervalorização das emoções pessoais, do subjetivismo, dos romances repletos de histórias fantásticas sobre mocinhos e vilões, donzelas e cavaleiros, que o então jornalismo racionalista – “dono” da bandeira da verdade -, se aproveita também dos valores românticos deste movimento para dar o segundo passo na construção de sua identidade. Uma espécie de “mescla” entre os valores dos dois movimentos.

A partir daí, os jornalistas mantêm o ideal iluminista da verdade, deixando de ser porta-vozes de uma ideologia, característica do jornalismo político-literário da época. A verdade é agora direcionada à sociedade de uma maneira geral, a um público que tem o “direito de saber, para poder tomar suas próprias decisões”. Quem sabe numa tentativa de garantir a estes profissionais a “atmosfera sublime” e “fantástica” dos contos românticos, necessária para cativar uma sociedade em constante transformação (MORETZSHON, 2002: 12).

A partir do século XIX a imprensa começa a modificar-se, incorporando novidades técnicas que surgiam no campo das comunicações para a produção maciça dos jornais. A utilização da prensa rápida, por exemplo, criada por Friedrich Koenig, em 1810, é o ponto de partida para esta transformação do tipo de produção realizado pela imprensa.

Essas novidades tecnológicas não demoraram a ser adotadas por jornais como o *Times*, de Londres, que consegue aumentar a impressão de mil exemplares por hora, reduzindo consideravelmente o tempo entre a ocorrência de um fato e a sua divulgação (MORETZSHON, 2002: 44).

Com inovações tão interessantes quanto estas, fica impossível para a imprensa não ter gastos financeiros. Mesmo não abandonando os valores dominantes de um jornalismo político-literário combinado a valores revolucionários românticos, nesse momento, sabe-se que ao adotar rapidamente, as facilidades tecnológicas, as regras a ditarem o funcionamento de um jornal passam a ser outras, inclusive, contrárias aos próprios ideais jornalísticos. Moretzshon (2002: 45) confirma: “assim, a liberdade política começa a ser limitada pelas exigências econômicas: a imprensa para sobreviver, necessitará de investimentos crescentes em equipamentos”.

Diante deste cenário de crescimento e consolidação da circulação massiva de jornais e a crescente internacionalização das atividades de coleta das notícias - no qual o jornalismo passa a ter uma economia de empresa lucrativa - não basta apenas possuir um ideal, é necessário enraizá-lo na mente da sociedade, através de uma imagem de si, para tentar compensar o fato da perda de independência e a necessidade do lucro.

O desenvolvimento desta imagem acontece a partir do estabelecimento de algumas normas, ou ainda mais, pressupostos teóricos universais para os jornalistas, reunidas pela primeira vez na chamada Teoria do Espelho, ainda no século XIX. Nela caracteriza-se o jornalismo como um espelho do real, a partir do momento em que ele se apresenta como um reflexo claro dos acontecimentos do cotidiano através da elaboração de notícias.

Não é à toa que os jornalistas têm trabalhado de tal maneira ao longo dos séculos para que seus ideais sejam bem afixados pela sociedade como naturalmente seus. Uma forma de mitificação que vem dando certo. Os picos de popularidade da profissão, como Ramonet (1999: 97) exemplifica a respeito do período de “midiafilia” dos anos 70 e 80, são quando o jornalismo, enquanto “quarto poder”, apresenta-se como um “recurso possível contra os abusos dos três outros poderes (executivo, legislativo e judiciário)”. O jornalista, no dizer do autor, é condecorado com os qualificativos mais lisonjeiros -

independente, íntegro, honesto e rigoroso. O que o faz emergir assim, da “decomposição geral”, o fazendo parecer com um “autêntico paladino da verdade e fiel aliado do cidadão desamparado”.

Ramonet (1999: 101) explica ainda de maneira irônica sobre o caso Watergate<sup>3</sup>, nos anos 70, no qual os jornalistas que nele atuam acabam por confirmar que até mesmo o homem mais poderoso do planeta – o então presidente dos Estados Unidos – não pode resistir à “força da verdade quando ela era defendida por repórteres sem mancha, incorruptíveis”. Richard Nixon foi desmoralizado pelas revelações do jornal *Washington Post*, tendo inclusive que renunciar em 1974. Enquanto que os jornalistas Carl Berstein e Bob Woodward viram ícones, modelos em suas profissões.

Fatos e reportagens como esta ajudam a reforçar o mito romântico em torno do jornalista, pois conseguem transmitir a idéia de transpor o ideal da informação acima do poder. Poder esse que pode agora ser atribuído ao próprio jornalismo em forma de imprensa – o já conhecido e citado apelido de “Quarto Poder”.

O jornalismo se expõe de tal forma, que é difícil impedir que a figura do bravo jornalista também seja “estereotipada”, ou melhor, caricaturada, em numerosos relatos e ficções da cultura de massa, que tem como o herói principal, o reparador de erros e justiceiro, um jornalista. Personagens dos quadrinhos e desenhos animados como TinTin, o foto-repórter Peter Parker que incorpora o Homem-Aranha, e até mesmo o Super-Homem, o repórter Clark Kent são jornalistas.

---

<sup>3</sup> O caso Watergate é um episódio de escuta ilegal na sede do partido democrata por elementos ligados ao governo, e que abala a história americana. Esse marco é o fruto do trabalho de dois repórteres do jornal *Washington Post*, Bob Woodward e Carl Bernstein, que vão além na invasão do Edifício Watergate, em Washington. Cinco pessoas são presas no edifício comercial Watergate com material eletrônico de espionagem. Os cinco homens que invadem a sede do Partido Democrata, de oposição ao governo de Richard Nixon, são ex-membros da CIA (Agência Central de Informações), que participam de outras operações secretas durante o governo de John Kennedy.

Eles têm a missão de salvar o mundo dos perigos de iminentes vilões, assim como os jornalistas têm de “salvar o mundo” no combate aos “bandidos” do cotidiano, já que tem o papel de ajudar a identificar os objetivos da comunidade, seus heróis e vilões. (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004: 31)

Assim, a profissão surge como uma forma de relatar e retratar a realidade, identificar e transmitir os anseios e desejo da sociedade, uma sociedade cada mais fragmentada, difusa, mas também cada vez mais sedenta e ansiosa por informação e conhecimento, o que para Castells (2006: 20) é a chamada sociedade em rede.

Correia (1998: 13) afirma que a imagem dos jornalistas é geralmente contraditória, mitificada pela literatura, cinema e séries de televisão, que acabam por explorar a *persona* de repórter misto “aventureiro e detetive”, que sofre pela “impotência” contra os poderosos que estão ao seu redor.

“(…) um pouco como Robin dos Bosques, no seu empenho em roubar a verdade aos que se arrogam em seus únicos detentores, para depois a distribuir fraternal e solidariamente pelo povo, sob a forma da notícia, da reportagem ou da entrevista” (CORREIA, 1998: 13).

Não é difícil de entender por que os jornalistas carregam até hoje, a imagem de “mártires”, já que eles mesmos fizeram e parecem ainda fazer questão de propagar essa idéia através da “padronização” - pelo menos na teoria – de suas funções. O que não faltam são livros de jornalistas sobre o tema como O livro *Elementos do Jornalismo*, de Bill Kovach e Tom Rosenstiel:

“A primeira obrigação do Jornalismo é com a verdade. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. Sua essência é a disciplina da checagem. Seus praticantes devem manter independência de quem estão cobrindo. Deve funcionar como um monitor independente do poder. Deve apresentar um fórum para a crítica pública e o compromisso. Deve lutar para transformar o fato significativo em interessante e relevante. Deve manter as notícias compreensíveis e equilibradas.

Seus praticantes devem ter liberdade para exercer sua consciência pessoal” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, contracapa).

Porém, mesmo com todos os questionamentos a cerca da profissão, o jornalista tem um papel formado na sociedade: ele é responsável por traduzir a realidade, informar e, indiretamente, conscientizar a população. Seu trabalho é essencial, e tem que ser pautado por diversas virtudes, de modo que a população saiba que pode confiar no que está lendo como um retrato fiel do que se passa.

“Esse papel político explícito da imprensa pode ser visto como um complemento mais sutil de defesa da liberdade individual. Pode ser afirmado que os indivíduos podem, livremente, escolher e perseguir metas somente se eles tiverem informação apropriada sobre como agir. Ignorância é uma chave de inibição para a ação autônoma. A imprensa é, então, uma importante, mas de nenhuma forma exclusiva, fonte de informação e opinião” (BERRY, 2000: 75)<sup>4</sup>.

Segundo Berry (2000: 75) é através do jornalismo e de uma imprensa livre que o público pode se tornar consciente, não apenas dos fatos sobre como o mundo é, mas também formar uma opinião válida sobre como ele deveria ser. Não é possível negar sua importância, nem o fato de que, a partir do seu surgimento, mudanças expressivas acontecem na sociedade, e com o passar dos anos, essa mesma profissão sofre diversas mudanças, ao mesmo tempo em que altera e permanece a mesma. Altera-se a sua rotina e o seu ambiente de trabalho, mas suas funções e valores-bases continuam o mesmo.

#### **1.4.1 – O jornalista português**

Profundas transformações são verificadas no cenário mediático em Portugal no pós-25 de Abril. A primeira é o aumento de profissionais: Correia (1998: 42) afirma que em 1987 existem 1281 profissionais, já em 1996, esse número chega a 4300. Em 2006, a Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas conta com 7.402 títulos

---

<sup>4</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “This explicit political role of the press may be seen to be complemented by a more subtle defence of individual freedom. It may be argued that individuals can freely choose and pursue goals only if they have appropriate information upon which to act. Ignorance is a key inhibition to autonomous action. The press is therefore an important, although by no means exclusive, source of information and opinion”.

profissionais (ANDRINGA, 2008: 05)<sup>5</sup>. Esse número pode ser justificado pelo aparecimento e diversificação dos media: mais postos de trabalho são criados, maior demanda de profissionais é necessária.

Além do crescimento em número de profissionais, nota-se cada vez a juvenilização. Em 1990, os profissionais com até 29 anos correspondem a 23,4% do total de jornalistas. Em 2006, 44,1% dos jornalistas têm entre 30 e 40 anos.

Passa-se também a ter a maior presença feminina nas redações. Segundo Andringa (2008: 05), entre 2002 e 2006, 508 homens tornam-se jornalistas para 706 mulheres. Na década de 1980, as mulheres correspondem a somente 19,8% desse total. A autora também afirma que a escolaridade do jornalista português aumentou: em 2006, 60,3% dos profissionais estão habilitados com algum ensino superior.

Correia (1998: 43) ressalta que mais da metade desses profissionais vêm de classe econômica média ou superior. Outro dado citado pelo mesmo, mostra que 96% desses profissionais ocupam cargos de assalariados dentro das empresas onde trabalham. Ou seja, não têm poder efetivo sobre a linha editorial dos media em que estão alocados.

Assim como outros profissionais da área, não só da Europa, mas de vários países ocidentais, os jornalistas portugueses estão firmando-se cada vez mais como uma classe de trabalhadores especializados, multifuncionais. Os jornalistas portugueses estão mais jovens, com maior escolaridade, equilibrados entre gêneros, com posição de assalariados dentro das empresas onde trabalham, não sendo assim profissionais liberais. Correia ressalta que existe uma grande diferença entre o poder dos media e o poder do jornalista, e que o fato de não serem liberais recai nesse quesito:

---

<sup>5</sup> ANDRINGA, Diana. Jornalismo: uma profissão em mudança. VI Congresso Português de Sociologia, 2008. Disponível em: [www.aps.pt/vicongresso/pdfs/442.pdf](http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/442.pdf) (Acesso em 21/04/2010, às 14h35).

“(…) fala-se dos jornalistas como se fossem eles os donos e os responsáveis dos jornais, das rádios e das televisões, tornando-os alvos de análises (e de críticas) que, verdadeiramente se deveriam dirigir ao funcionamento do sistema mediático e ao papel dos media na nossa sociedade” (CORREIA, 1998: 17;18).

Eles já não têm de lidar com a censura explícita, como ocorre até antes do 25 de Abril, mas passam a ter de lidar com novos constrangimentos, como falta de tempo, dificuldade de lidar com as fontes, pressões editoriais, dificuldade em seguir todos os códigos deontológicos da profissão, o corporativismo dentro das empresas, surgimento de assessores, comentadores etc.

Fernando Correia, no seu livro *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia* (2006: 119;120) cita outros problemas relacionados às condições de trabalho, como: desrespeito por direitos consagrados por lei, substituição de jornalistas por estudantes, utilização de recibos verdes e contratos a termo, redução de salários reais, estagnação profissional, entres outros.

Também lidam com os novos meios tecnológicos, as novas especificidades que a profissão exige (saber lidar com novos programas de edição de texto, de diagramação e design etc.), além de tornaram-se profissionais polivalentes, prontos para tudo, desde encontrar uma fonte, entrevistá-la, fazer uma foto da mesma, voltar a redação e escrever a matéria no tempo exigido para que seja publicada no jornal. Os jornalistas portugueses lidam com os mesmos problemas que seus congêneres ao redor do mundo, guardando as especificidades do país onde vivem, e ainda assim, buscam estar sempre atentos e informados sobre seus direitos, seus deveres e sua área de atuação.

#### **1.4.2 - As fontes**

Não há notícia sem fontes. Daí o papel essencial das mesmas dentro do trabalho dos jornalistas: elas são responsáveis por passar e sustentar as informações que os

profissionais obtêm; são responsáveis por tornar críveis as notícias, e por fornecerem detalhes que de outra maneira poderiam não chegar ao conhecimento público. Muitas das vezes são elas que indicam os caminhos que o jornalista deve seguir, ou fornecem detalhes imprescindíveis para a produção de matérias<sup>6</sup>. Mas quem são elas? Como se constituem? Como têm acesso aos jornalistas? Quais as melhores e mais confiáveis fontes?

A notícia é o fruto da relação entre jornalistas e fontes. São as fontes que corroboram e muitas das vezes, fornecem informações necessárias para o trabalho do jornalista. Santos (2002: 01)<sup>7</sup> afirma:

“Define-se a notícia como uma construção social em torno de dois agentes. O primeiro é a fonte de informação, com interesses na promoção e divulgação de certos factos. O segundo interveniente é o jornalista, que noticia os acontecimentos e desoculta segredos das fontes” (SANTOS, 2002: 01).

As fontes podem ser encontradas em todos os lugares. Podem ser um familiar, um vizinho, algum indivíduo com quem se encontra em um supermercado; qualquer pessoa que tenha alguma informação que venha a ser útil ao jornalista pode se constituir como fonte. Martins (2005: 47) afirma que “conversar todos os dias com muita gente, de todos os tipos, das mais variadas origens e com os mais diversos interesses” é uma das melhores formas de se encontrar fontes.

Mas é necessário que o jornalista procure também checar quem é a fonte e os motivos pelos quais ela quer revelar uma informação: entendendo isso, ele poderá checar se não há uma outra agenda por detrás dessa “ajuda” e se a fonte é confiável ou não. “Imprescindível: checar, checar e checar” (CANTANHÊDE, 2006: 187).

---

<sup>6</sup> Como no caso Watergate, que teve em sua fonte, chamada pela imprensa de Garganta Profunda, o principal responsável por desvendar a participação do presidente Richard Nixon, que levou o seu impeachment, na década de 1970.

<sup>7</sup> SANTOS, Rogério. Os jornalistas e as fontes de Informação (2002). Disponível em: [www.unav.es/fcom/cicom/pdf/g1.estrategias/rogerio\\_santos.pdf](http://www.unav.es/fcom/cicom/pdf/g1.estrategias/rogerio_santos.pdf) (Acesso em 12/05/2010, às 16h40).

Um jornalista político necessita de vários fatores para ser considerado competente e crível. Um deles é o seu acesso as fontes. Quanto mais ligadas ao assunto do qual estão tratando, quando mais conhecimento tiverem e mais reconhecimento do público geral como peritos na questão a que estão ligados, melhores serão as fontes, e mais completa e aceita pelo público ela será a sua matéria. Colocar o secretário-geral/presidente do PSD, PS, CDS etc., a falar sobre alguma suspeita ou crise dentro do seu partido é uma forma de garantir que a informação que está sendo transmitida é verídica. Quando a população associa o nome da fonte à alguém com uma imagem respeitável ou que tem conhecimento do que está a falar, ela tem mais disponibilidade a acreditar na mesma.

Falar diretamente com os atores envolvidos nos embater é sempre a opção mais desejada. Os próprios políticos, sua comunicação social, as pessoas que os rodeiam etc. Quanto mais fontes credíveis aos olhos públicos houverem numa matéria, mais fidedigna ela será considerada.

Esse relacionamento é fortemente marcado pela negociação: as fontes têm informações que podem querer divulgar, pelos mais variados motivos, enquanto que os jornalistas necessitam dessas informações. Uma relação que pode ser definida usando diferentes analogias: uma dança, uma co-dependência, um combate. Gans (2004: 117) afirma:

“O relacionamento fonte-jornalista é, então, uma espécie de guerra: enquanto as fontes tentam ‘administrar’ as notícias, colocando o foco em si mesmos, jornalistas, ao mesmo tempo, ‘administram’ as fontes de modo a extrair das mesmas o que querem” (GANS, 2004: 117)<sup>8</sup>.

A relação entre os dois é marcada por tensões, por vezes, mas também por uma forte ligação: de modo a manter uma fonte que se mostra confiável e sempre disposta a

---

<sup>8</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “The source-journalist relationship is therefore a tug of war: while sources attempt to ‘manage’ the news, putting the best light on themselves, journalists concurrently ‘manage’ the sources in order to extract the information they want”.

fornecer informações valiosas, os jornalistas acabam por criar uma proximidade que por vezes torna “desconfortável” exercer com rigor o seu dever: criticar ou denegrir a imagem de uma fonte amiga torna-se uma tarefa quase impossível. A linha entre relação profissional e pessoal torna-se bastante tênue. Cantanhêde (2006: 185), afirma que “nos EUA, na Europa, na Ásia, na África, na Oceania (...) os jornalistas devem estar próximos o suficiente das fontes para ter informação e longe também o suficiente para não haver promiscuidade”.

O papel do jornalista acaba por ser o de ter uma boa relação com a fonte, e não criar uma “aliança” com a mesma, arriscando-se a comprometer o seu trabalho e a sua imagem.

“Como bom parâmetro, é bom sempre ter em mente que nós, jornalistas, não somos aliados, parceiros, compadres, adversários ou inimigos das fontes. Não estamos em campanha. Nem a favor, nem contra. Observamos, ouvimos, entendemos, transmitimos, tentando ouvir os lados envolvidos, dando todas as versões, evitando o envolvimento pessoal com grupos, partidos, movimentos” (CANTANHÊDE, 2006: 189).

Faz-se necessário também entender o interesse das fontes em colaborar com os jornalistas, que, como dito, pode ter os mais diversos motivos: publicidade, interesse na divulgação de determinado fato, sentido de dever cívico, ou mesmo a necessidade de denegrir a imagem de algum político ou instituição. Cabe ao jornalista o papel de estar atento para não ser somente um mero meio para tal.

Gans (2004: 125) lista quatro meios pelos quais as fontes podem entrar em contacto com os jornalistas: incentivos (os benefícios e publicidade da exposição), poder (possibilidade de negar acesso a um determinado dado ou informação), a habilidade de prover informação importante (agências governamentais ou políticos influentes) e a aproximação geográfica ou social quanto aos jornalistas (quando sentem que os jornalistas são seus iguais, entendem os seus problemas, vivem as mesmas situações no dia-a-dia).

Os jornalistas políticos também, por várias vezes, têm de lidar com as fontes anônimas: algumas pessoas sentem-se desconfortáveis em terem seu nome associado a algum escândalo, ou temem por sua família, emprego, carreira etc., e decidem colaborar, desde que seu nome não seja divulgado, concedendo entrevistas em *off*.

À Julho de 2005, a jornalista Judith Miller, do *The New York Times*, é presa e passa 85 dias na prisão por recusar-se a entregar a autoridades o nome de sua fonte. Judith só sai da prisão depois que a própria fonte admite publicamente ter fornecido as informações à jornalista (CANTANHÊDE, 2006: 183).

Como o artigo 11º do Estatuto dos Jornalistas de Portugal afirma que “os jornalistas não são obrigados a revelar as suas fontes de informação, não sendo o seu silêncio passível de qualquer sanção, directa ou indirecta”, os jornalistas portugueses não têm de lidar com o medo de serem punidos caso recusem-se a divulgar quem lhes passou alguma informação, tendo aí então um ponto que os torna mais confiável as fontes: elas sabem que caso queiram relatar algo *off the records*, não correram o risco de serem expostas.

Mas o uso de fontes anônimas também é um risco, pois não tendo seu nome atrelado a informação divulgada, ela pode fornecer uma informação mentirosa ao jornalista, que ficará sem base de sustentação da sua matéria, ou seja, sem nada. Cantanhêde (2006: 187) afirma que a melhor forma do jornalista se prevenir contra esses percalços é conhecer o passado das fontes e o contexto em que a informação que ela tem a divulgar está inserido.

As fontes constituem um dos principais (se não primordial) atores no trabalho dos jornalistas. Elas podem sustentar toda uma matéria, se confiáveis, ou denegrir e manchar a imagem do jornalista com informações errôneas. O papel do jornalista

político é procurar ter acesso à elas, manter uma relação cordial, que lhes permita poder sempre contar com informações úteis, e garantir estar cumprindo o seu papel, relatando e transmitindo as informações que assim conseguir.

## 1.5 - A INDÚSTRIA JORNALÍSTICA

Em seu princípio, o jornalismo é visto como uma ferramenta de difusão de pensamentos, e tem por foco principal incitar o debate na sociedade, como visto no tópico anterior. A informação resulta de conhecimentos partilhados, não apenas entre membros da mesma comunidade, mas também com outros cidadãos. Então, o jornalismo só faz sentido quando se relaciona com a sociedade e para a sociedade.

Mas desde sempre, os jornais também são empresas que precisam dar lucro para manter-se, cenário esse que torna-se cada vez mais evidente com o avanço da civilização e do comércio de uma maneira geral, onde a notícia passa a ser vista como uma espécie de mercadoria, a produção da mesma sendo feita em massa e em larga escala, dando início à indústria cultural, que tem seu primeiro fôlego marcado pela Revolução industrial.

A revolução marca o fim da transição entre o feudalismo e o capitalismo, e é em seu terceiro período, por volta de 1900, que começam a surgir os conglomerados industriais e as multinacionais. A produção se automatiza, Henry Ford surge com a produção em massa, explode a sociedade de consumo com a expansão dos meios de comunicação, avançam as indústrias químicas e eletrônicas, a engenharia genética e a robótica.

Paralelos a esses acontecimentos, desenvolve-se então o fenômeno da globalização que tem como ponto central de mudança a integração dos mercados, explorados pelas grandes corporações internacionais, através da formação de uma "aldeia-global", celebrizada por McLuhan, na década de 60:

“Após três mil anos de explosão por meio de tecnologias fragmentárias e mecânicas, o mundo ocidental está implodindo. No decorrer das eras mecânicas, estendemos os nossos corpos no espaço. Hoje, passado mais de um século de tecnologia eletrônico, estendemos o nosso próprio sistema nervoso central num abraço global, abolindo,

no tocante ao nosso planeta, tanto o tempo como o espaço.”. (MORETZSOHN, 2002: 27).

Com o ritmo da vida moderna mais agitada, surge a necessidade de se estar sempre informado, já que as fronteiras físicas, intelectuais e mentais, vão desaparecendo (e a premissa de que conhecimento é poder ainda é vigente), e as novas tecnologias permitem a ampliação da indústria da cultura, ao mesmo tempo em que tornam o mundo cada vez menor, com a “aldeia global”, e a comunicação entre indivíduos cada vez mais fácil e rápida. Hoje, as distâncias geográficas já quase não existem.

Vendas, fusões e conglomerações se sucedem, e colocam em jogo centenas de milhões de euros a partir de tal “revolução radical”. A economia capitalista regente no processo de globalização ajuda o jornalismo a consolidar-se como empresa monopolista, como constata Marcondes (1984: 22) ao fazer a relação entre esses dois “binômios”: “imprensa e capitalismo são pares gêmeos”. Agora, mais do que antes, os jornais são empresas e o lucro a sua meta.

Ramonet (1999: 58) relata que tal fato se baseia em duas outras revoluções: uma de ordem tecnológica, onde os campos da comunicação e da informação se ampliaram, desenvolvendo e abrangendo diversas sociedades, outra de cunho econômico, com as economias mundiais sendo co-dependentes entre si e o domínio da esfera financeira sobre a economia real. Ele continua:

“Se acrescentarmos, além disso, que suas finalidades são uma produtividade e uma rentabilidade crescentes em todos os domínios, é fácil compreender que esta revolução não pode deixar de afetar o jornalismo e suas especificidades.”. (RAMONET, 1999: 59).

Então, os grandes jornais passam a pertencer a megagrupos de comunicação que ficam cada vez mais dependentes dos anúncios publicitários – que é o que garantem o lucro maior a um jornal. É quando se percebe, de fato, que o jornalismo é um negócio – muito - caro, e que o preço dele deve ser pago a partir “da venda” de notícias, que

acabaram por se tornar “mercadorias”, um produto dos meios de comunicação em massa.

No afã de atrair seus leitores ávidos por informações “diferenciadas”, e fatos “sensacionais, os “colossos” da comunicação começam a privilegiar a quantidade – regada a muito entretenimento e lazer - sobre a qualidade. “Agora, as informações devem ter três qualidades principais: serem rápidas, fáceis e divertidas”, argumenta Ramonet (1999: 61).

Eis então o “aprimoramento” da imagem da atividade jornalística, que também adquire a qualidade de dinamismo e velocidade, materializada em cenas como a de “meninos jornaleiros que saem às ruas apregoando edições extras, efeitos sonoros vibrantes despertam o ouvinte para notícias curtas e rápidas” (MORETZSOHN, 2002: 46).

Traquina (2005: 129), no segundo volume de seu livro *Teorias do Jornalismo*, compara a profissão a uma máquina do tempo, que funciona diariamente marcada pelas horas de fechamento. É comum o jornalista ter uma hora determinada para começar o seu trabalho, mas nunca uma hora certa para terminá-lo. Para ele, o fator tempo condiciona todo o processo de produção das notícias. Dessa forma, não há como a atividade não se assemelhar ao padrão de produção industrial:

“(…) o processo de produção da notícia é planejado como uma rotina industrial. Tem procedimentos próprios e limites organizacionais. Portanto, embora o jornalista seja participante ativo na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim a submissão a um planejamento produtivo.” (TRAQUINA, 2005: 129).

O fator tempo, ou a falta dele, principalmente, acaba fazendo com o que o jornalista se torne ainda mais profissional na sua rotina de trabalho, para assim poder aperfeiçoar e produzir mais. Ou seja, de uma maneira geral, quanto mais profissional

um jornalista é em seu trabalho, mais rápido e com maior qualidade ele consegue juntar informações, pois já não perde tempo buscando fontes, ou meios de chegar até elas. Ele já conhece os caminhos e sabe o que fazer para produzir rapidamente e com eficiência. Quanto maior o conhecimento a cerca de determinado assunto, mais rápida é a sua produção.

Para o autor, as mídias de comunicação tornam-se grandes empresas, que necessitam vender a qualquer custo, para maior obtenção de lucro. A imprensa então perde o caráter independente e crítico em relação à sociedade em que vive, já que tem sua estrutura atrelada a interesses de terceiros. O jornalismo acaba não tendo só como fundo principal a crítica às empresas dominantes, e sim participa, tem o seu próprio papel dentro dessa rotina industrial. Sua credibilidade na sociedade está em crise.

Opinião compartilhada por Cotta (2005: 298) que mostra os jornais agora como grandes empreendimentos comerciais e indústrias, “cada dia, mais organizações de negócios e de finanças do que empresas jornalísticas, alterando conceito e finalidade da notícia”.

“Os jornalistas estão vinculados à sua organização de notícias por um contrato de trabalho. O jornalista está, essencialmente, concordando em implementar os seus conhecimentos profissionais, em cooperação com os outros, para realizar o objetivo imediato dos media. Em contrapartida, a organização de notícias concorda em pagar o jornalista. O contrato específico serve para definir as liberdades e as responsabilidades do jornalista e do seu empregador. Assim como é assumido que todas as partes são livres para entrar no contrato, assim (dentro de certas limitações acordadas, como o período de aviso prévio) todos são livres para sair do mesmo, caso já não seja do seu interesse permanecer. Se os agentes são livres para entrar e sair de contratos, então a moralidade jornalística parece ser clara. O jornalista é obrigado a fazer o que ele ou ela foi livremente contratado para fazer”. (BERRY, 2000: 77)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “Journalists are bound to their news organization by an employment contract. The journalist is essentially agreeing to deploy his or her professional skills, in co-operation with others, to realize the immediate goal of the news organization. In return, the news organization agrees to pay the journalist. The specific contract serves to define the freedoms and responsibilities of the journalist and his or her employer. Just as it is assumed that all parties were free to enter the contract, so (within certain agreed limitation, such as period of notice) all parties are free to leave the contract, should it no

Mas a pergunta que se faz necessária é: é possível o jornalismo viver sem o capitalismo? É possível que as empresas jornalísticas consigam sobreviver no atual mercado, caso não se adequem, não se estruturarem como empresas que precisam de lucro? São questionamentos difíceis, com os quais os jornalistas de todo o mundo têm de viver todos os dias. Realidade que não é diferente da vivida em Portugal, ou em qualquer outro país ocidental democrático.

Tudo é urgência. É a “ideologia da velocidade” e do “progresso” que mostra Moretzsohn (2002: 206) ao analisar que a imprensa não pode mais ser pensada fora da “lógica do capital da informação”, que exige uma fluidez cada vez maior e se torna possível pelas tecnologias, reduzindo assim, a informação a “seqüências de zero e um e permitem, por isso, tratá-la por uma mesma medida: o tempo”.

A nem tão nova assim indústria jornalística torna o profissional um híbrido: espera-se que ele assuma funções de informador, ao mesmo tempo em que lida com relações públicas e o marketing. Hoje, um bom profissional tem que saber lidar com todos os campos da comunicação social, ainda que se foque (e seja obrigado a focar) na informação.

“Do mesmo modo, traçar a fronteira entre informação, marketing e publicidade tornou-se uma tarefa complexa para profissionais inseridos em indústrias que olham para as salas de redacção como mais uma peça na engrenagem de produção de um pacote final, muito para além do simplesmente informativo, onde a função exercida pelo jornalista é encarada na mesma proporção de importância que a dos relações públicas, publicitários ou agentes de marketing que emprega. As redacções parecem ter perdido o ‘estatuto de nobreza’ doutros tempos, num contexto mediático em que todos exercem o papel de ‘comunicólogos’ e aos quais se exige que tratem por igual às expectativas de entretenimento do público” (MEIRELES, 2007: 15).

---

longer be in their interests to stay. If agents are free to enter and leave contracts, then journalistic morality would appear to be clear cut. The journalist is obliged to do whatever he or she has freely contracted to do”.

A existência de um público ávido por informações é real. A cobrança por um trabalho de qualidade da imprensa é cada vez maior. Tudo fruto do fenômeno da globalização que não pára de se intensificar, as tecnologias que não param de surgir e as buscas cada vez mais velozes por notícias. E os que mais são cobrados para cumprir todas essas metas e prazos são os jornalistas, que têm de se desdobrar em um ritmo cada vez mais frenético nas redações para atender a demanda de notícias exigidas pelo público do mundo contemporâneo. O prazo de 24 horas já não é suficiente para o jornalista que sofre com a ditadura do tempo precisamente cronometrado para o fechamento de mais uma edição do jornal. Meireles (2007: 15) afirma:

“Os jornalistas lidam, supostamente, com um produto ‘imaterial’ e abstracto que, no entanto, alimenta toda uma ‘máquina’, cada vez mais forte, concorrencial e concentrada em poderosas empresas globalizadas, que tendem a tratar a informação apenas como um produto comercial. Enfrentam novas e complexas ambiguidades, praticamente impostas à actividade jornalística, de simples adaptação ao ritmo e ao sentido das novas tecnologias”. (MEIRELES, 2007: 15)

A autora afirma que estas ambiguidades fazem com que o profissional jornalista tenha que estar sempre atento a novas e constantes aprendizagens, principalmente para um uso melhor dos novos instrumentos eletrônicos, e onde “a informação relevante para sociedades, cada vez mais complexas, se desvanece enquanto ato cultural, perante o imperativo do sensacional e do espectacular” (MEIRELES, 2007: 15).

Assim, ao mesmo tempo em que lidam com os constrangimentos relativos às fontes, o público e a própria empresa onde trabalham, os jornalistas têm que lidar também com a falta de tempo e a constante necessidade de atrair audiência e publicidade, além de aprender e apreender as novas tecnologias que surgem todos os dias, de modo a ser um profissional mais qualificado e apto para transmitir a realidade da melhor forma possível para a população. Uma população também influenciada pela globalização e os meios de massa.

“A comunicação ajudaria a harmonizar e entreter sujeitos demasiados ocupados e também um pouco perdidos em sociedades capitalistas, de competição extrema, onde aqueles se assemelham a números e dos quais retiram proventos pessoais limitados, a maior parte dos quais gastos em consumismo” (MEIRELES, 2007: 19).

E no meio deste fogo cruzado, entre tempo, urgência, fome por notícia e pressão, está o jornalista que trabalha com política, um profissional que lida com fontes importantes e cruciais para a vida de qualquer sociedade, ao mesmo tempo em que é o tradutor das notícias de cunho político para essa mesma sociedade. Como o jornalista político de Portugal lida com essa indústria, com quais constrangimentos ele tem de lidar, quem são suas fontes, é o que será discutido no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO II

### A POLÍTICA COMO ESPECIALIZAÇÃO JORNALÍSTICA

#### 2.1 O JORNALISMO ESPECIALIZADO

Phillipe Bordieu, em sua obra *On Television* (TRAQUINA, 2005: 19), afirma que “não é possível compreender porque é que as notícias são como são sem uma compreensão dos profissionais que são os ‘agentes especializados’ do campo jornalístico”. Ou seja, o jornalista já não é só jornalista, ele também é um profissional com especialidades definidas e específicas.

Na atual sociedade, cada vez mais multifacetada, fragmentada e dividida em ilhas individuais com prioridades diversas, cada pessoa tem um interesse diferente do outro. Assim, cada público busca em um jornal o que lhe interessa, e cada jornal que escolhe, é escolhido conforme as opiniões e vontades que deixa transparecer, de forma proposital, ou não. Nesse contexto, surge o jornalismo especializado, onde as escolhas individuais prevalecem sobre a ligação com o todo, a coletividade, fazendo com que, assim, a informação passe procurar atender às especificidades ao se dirigir aos públicos diferenciados.

“Na realidade a escolha de um assunto que interessa a toda comunidade parece cada vez mais difícil de se fazer. A sensação que temos é que o espaço de debate tornou-se reduzido, ou melhor, o interesse pelo debate é que tem diminuído a tal ponto que as pessoas parecem não se envolver mais, a opinião pública vem sendo substituída pela pesquisa de mercado” (ABIAHY, 2005: 05).<sup>10</sup>

O desenvolvimento do jornalismo especializado está relacionado a uma lógica econômica que busca a segmentação do mercado como uma estratégia de atingir os grupos que se encontram tão dissociados entre si, baseando-se um pouco na famosa máxima de guerra: dividir para conquistar. Muito além de ser uma ferramenta mais eficaz de lucro para os conglomerados midiáticos, o jornalismo especializado é uma

---

<sup>10</sup> ABIAHY, Ana Carolina. O jornalismo especializado na sociedade de informação. 2005. Disponível em: [www.bocc.uff.br/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf](http://www.bocc.uff.br/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf) (Acesso em: 19/03/2010, às 14h50).

resposta a essa demanda por informações direcionadas que caracteriza a formação das audiências específicas, além de provocar uma maior profissionalização dos jornalistas. Cada vez mais as empresas jornalísticas têm procurado profissionais capazes de atender a determinados nichos específicos, sejam por suas aptidões especializadas, seu maior contato com fontes importantes dentro de cada segmento, ou maior desenvoltura do profissional no meio.

“Com a maturidade alcançada por estas profissões, a fase artesanal dá lugar à especialização e à cooperação entre especialistas. A própria complexidade técnica que se observa nos media torna inevitável esta especialização e esta cooperação. Cada uma das formações compreende assim outros aspectos gerais, específicos e profissionais próprios ao setor”. (RODRIGUES, 1997: 180).

Traquina (2005: 20) afirma que o campo jornalístico começa a ganhar forma nas sociedades ocidentais, durante o séc. XIX, como dito anteriormente; “os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social” (TRAQUINA, 2005: 20).

Com a chegada do século XIX, começam os sinais da profissionalização dos jornalistas, com a criação de associações e sindicatos, estabelecimento de códigos de ética e uma estruturação da educação jornalística (DAVIS, 2000: 53).

"A profissionalização afetada as atitudes em relação à função da imprensa. Educadores jornalistas comparam o jornalismo ao direito e medicina - Profissões que agem com a confiança pública. Uma confiança pública que possui responsabilidades para a sociedade. Para a profissão jornalística, eles incluem um retrato fiel dos acontecimentos sem sensacionalismo. Profissionalização causa um impacto sobre o processo de coleta de notícias em si. A definição de notícia, procedimentos e práticas para a captação de notícias, e as relações com as fontes foram revistos pela profissionalização” (DAVIS, 2000: 53).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “Professionalization affected attitudes concerning the function of the press. Journalism educators compared journalism to law and medicine - professions acting as a public trust. A public trust possessed responsibilities to the society. For the journalistic profession, they included accurate portrayal of events sans sensationalism. Professionalization impacted on the news-gathering

Diversos autores têm notado que a profissionalização é uma tendência histórica que acompanha a industrialização e a urbanização. Há um consenso que afirma que uma sociedade industrializada é uma sociedade profissionalizada.

“A ideologia do profissionalismo defende que o praticante deveria não ter independência e autoridade, mas também uma ‘identidade profissional’ que tenha um impacto no ‘pensamento e comportamento através do desenvolvimento de ideologias profissionais distintas’ (...) Como escreve Bourdieu (1996:11): ‘cada profissão produz uma ideologia profissional, uma representação mais ou menos idealista e mítica de si mesma’” (TRAQUINA, 2005: 21;22).

Traquina (2005: 25) a citar Bourdieu (1998: 19) novamente, afirma que o jornalismo é um microcosmo e os jornalistas partilham “estruturas invisíveis que organizam a percepção e determinam o que vemos e não vemos”. Os jornalistas, então, têm “lentes especiais”, através das quais vêem certas coisas de maneira especial e outras não, e isso os difere de outros profissionais, tornando-os aptos a exercerem a profissão. Para Mark Deuze, no artigo *What is Journalism* (2005), <sup>12</sup>esse “poder especial”, essa profissionalização do jornalismo vem da consolidação consensual da ideologia jornalística ao redor do mundo (DEUZE, 2005: 444).

“Em décadas de estudo sobre o jornalismo, os acadêmicos se referem ao processo de profissionalização dos jornalistas como um desenvolvimento marcadamente ideológico, como ideologia emergente serviu para aperfeiçoar continuamente e reproduzir um consenso sobre quem era o jornalista ‘real’, e quais (partes) dos media, em qualquer momento, seriam considerados exemplos do jornalismo ‘real’”. (DEUZE, 2005: 444)<sup>13</sup>.

---

process itself. The definition of news, procedures and practices for gathering news, and relations with sources were revised by professionalization”.

<sup>12</sup> DEUZE, Mark. *What is journalism*. 2005. Disponível em: <http://jou.sagepub.com/content/6/4/442.short> (Consultado em: 12/06/2009, às 13h12).

<sup>13</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “In decades of journalism studies, scholars refer to the journalists’ professionalization process as a distinctly ideological development, as the emerging ideology served to continuously refine and reproduce a consensus about who was a ‘real’ journalist, and what (parts) of news media at any time would be considered examples of ‘real’ journalism”

Nesse caso, o autor define ideologia como um sistema de crenças características de um grupo particular (os jornalistas), incluindo o processo geral de produção de idéias e sentido (a informação). Mas ainda que acredite-se haver valores centrais para o exercício do jornalismo ao redor do mundo, “há muito desacordo sobre as normas profissionais e os valores para reivindicar o surgimento de ‘padrões universais profissionais’ no jornalismo”. (DEUZE, 2005: 445)<sup>14</sup>, o que vê-se são especificidades de país para país.

Mas além do fator econômico relacionado aos grandes conglomerados, a aparição de um grupo de profissionais especializados implica, simultaneamente, na aparição de vários campos específicos e diferenciadas relações competitivas. À medida que o tempo passa, esse grupo se especializa cada vez mais e seus membros tornam-se verdadeiros profissionais, que têm de dominar uma linguagem específica da área em que atuam. A competência desses profissionais significa a incompetência dos não profissionais (TRAQUINA, 2005: 20). “Ainda que a maioria dos jornalistas não saiba exatamente o que profissionalismo seja, todos os jornalistas têm de pensar em si próprios como profissionais” (HERBET, 2000: 07)<sup>15</sup>. Então, torna-se impossível falar em jornalismo especializado, sem antes falar sobre a profissionalização do mesmo e sobre o grupo como um todo.

Eles seguem uns aos outros, são quem mais (per) seguem as notícias, e partilham uma forma comum de ver as notícias. Eles formam uma espécie de tribo, com valores, critérios e uma cultura própria. A profissionalização do jornalismo e a sua especialização ocorre em todo o mundo, mas suas características são diferentes. Em Portugal, após o 25 de Abril, vê-se a entrada cada vez maior de indivíduos no ramo do jornalismo, bem como a profissionalização massiva dos jornalistas, e com isso, sua especialização, provocado pela era dos media portugueses em luta concorrencial. Em 1987, o país conta com 1.508 jornalistas. Dez anos depois, esse número salta para 4247 (MEIRELES, 2007: 31). Caracterizam-se por serem profissionais que lutam pela sua

---

<sup>14</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “There is too much disagreement on professional norms and values to claim an emergence of ‘universal occupational standards’ in journalism”.

<sup>15</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “Although most journalists are not sure exactly what professionalism means, all journalists should think of themselves as professionals”

autonomia no trabalho, que acreditam na atividade enquanto serviço público e a informação que transmitem como conhecimento.

Howard L. Wilensky, citado por Traquina (2005: 21), em seu estudo de 1964 afirma existir uma sequência de eventos para a profissionalização, todas elas seguidas pelo jornalismo português: trabalho em tempo integral (os jornalistas não deixam de serem jornalistas ao saírem do seu trabalho, e trabalham sempre num esquema de 24hrs/7 dias); seleção e treino (seleção entre os mais informados e com maior acesso às fontes; os estágios profissionais); formação de associações profissionais (sindicatos e federações); reconhecimento público e legal da profissão e sua prática (leis de imprensa ainda vigentes em diversas partes do mundo) e elaboração de um código de ética (código deontológico dos jornalistas portugueses).

A constituição de uma categoria que se difere do restante dos profissionais significa uma autonomia, porque a especialização confere uma autoridade a um profissional, sobre um determinado tema.

Assim, os jornalistas acabam fazendo parte de várias comunidades interpretativas; um grupo definido pelas suas interpretações partilhadas da realidade (podendo estas ser semelhantes ou não), uma cultura profissional e uma metodologia de trabalho em comum. Além de terem o reconhecimento coletivo das responsabilidades específicas que têm no espaço público. São profissionais especializados, que “professam; professam saber o que é notícias e como escrevê-las” (TRAQUINA, 2005: 35).

Assim sendo, por mais que o jornalismo especializado tenha surgido no último século, a sua profissionalização já tem bases formadas há mais tempo que isso, fazendo com que a sua difusão seja mais alastrada. O jornalismo político é uma das especializações com maior difusão e mais amplamente discutida, devido a sua importância para as sociedades em geral, então, faz-se importante o estudo e pesquisa

de como se dá a profissionalização e especialização do jornalista de modo a compreendê-lo melhor enquanto indivíduo e profissional atuante dentro de um grupo específico.

## 2.2 - POLÍTICA

A Política está presente no dia-a-dia de todas as sociedades, organizações, instituições e indivíduos. E teve seu princípio com a *polis* grega, que significa cidade-estado, fazendo referência a tudo que é urbano, civil, público, a comunidade ou coletividade. Foi na Grécia antiga que ela teve seu início, com a formação dos estados e seus governos. A politéia era o Estado, a constituição, o regime político, a república e a cidadania, que estava nascendo (GAITÁN, 1998: 02).

“O termo português ‘política’ corresponde às palavras inglesas *policy* e *politics*. A política é uma ação, geralmente inspirada por projectos e convicções, mas é também um domínio em que as diversas políticas, no sentido de projecto e/ou de acção, se desenvolvem” (LAVROFF, 2006: 08).

A política então é a arte de fazer, de governar. Diz respeito às ações do homem; caracteriza a arte ou ciência de organização, direção e administração de nações ou Estados; e o uso dessa ciência dentro da nação e em suas transações externas, e geralmente em busca de um poder simbólico.

O seu conceito permanece inalterado independente da sociedade em que ocorre; é o mesmo pra uma tribo, uma cidade, ou uma nação, não se distinguindo etnia, raça ou credo. É uma ciência à serviço da coletividade.

“A política é, então, a actividade social que tem como objectivo garantir, pela força, geralmente apoiada no direito, a segurança exterior e a concórdia interna de uma unidade política particular, salvaguardando a ordem no meio de lutas que têm origem na diversidade e divergência das opiniões e interesses”. (FREUND, 1974: 233).

Para Freund (1974: 20), toda política é um jogo de políticas, e todo homem público é um homem político. “Não há nada, na história, qualquer exemplo de um homem de Estado que, no exercício do seu cargo, se tenha mantido sempre afastado daquilo que se chama o jogo político”. O que não significa dizer que todos sejam

“politiqueiros”. Todo homem público acaba por ser político por se envolver na luta pelo poder, seja esse simbólico ou não.

A política não existe sozinha. Ela está intimamente ligada à Economia, História, Arte, e tudo que gire em torno dos indivíduos; vive em constante interação com as demais ciências. O principal objetivo do fenômeno político é zelar pelo bem estar comum de cada membro da sociedade.

Gaitán (1998: 07) afirma que as correntes clássicas consideram a ciência política como o estudo do Estado, já a moderna a vê como um estudo do poder. O autor considera a concepção clássica como a mais completa, já que ela estuda também os partidos políticos ou grupos de pressão, sendo seus precursores Aristóteles, Maquiavel, Bodino e Montesquieu.

É impossível falar de política sem falar de poder, que é definido pelo autor colombiano como a amplitude legal para exercer certos direitos ou para referir-se à autoridades de algum grupo, como o Estado.

Atendo-se ao conceito das ciências políticas enquanto estudo do Estado, é necessário falar-se também do sistema político, que consiste no sistema de controle social com a mais alta hierarquia encarregado de fixar metas e direções, e uma série de atividades consecutivas que culminam em decisões apoiadas pelas leis (GAITÁN, 1998: 38).

Num Governo, o poder pode ser exercido por uma só pessoa (um rei, um chefe tribal, um imperador), mas quase sempre é dividido entre vários governantes, com maior ou menor poder de decisão dentro do grupo em que está inserido. Então, nos diversos Estados ao redor do globo, têm-se Assembléias, Ministros, Governos, Câmaras

municipais ou estaduais, Secretarias, Congressos Nacionais, entre outros, responsáveis por gerir e controlar o poder, de modo a beneficiar o maior número de indivíduos.

São chamadas de forças políticas os grupos que intervêm e alteram o poder, e as mais importantes delas são os partidos políticos.

Historicamente, os partidos políticos surgiram como facções ou bandos que dividiam as repúblicas antigas; junto com o aparecimento da democracia, das eleições e das prerrogativas parlamentares (afinidades ideológicas, proximidade regional, mesma profissão etc.). Um Estado pode ser bipartidarista (como os Estados Unidos, onde existem Democratas e Republicanos) ou multipartidária (como Portugal).

Gaitán (1998: 133) enumera como função dos partidos: participar e ganhar o apoio da opinião pública nas eleições; proporcionar educação política através da informação sobre as decisões e intenções do poder político; vigiar o governo para garantir que ele cumpra o seu programa de trabalho; divulgar quem são as pessoas que estão em cargos públicos em seu nome; exercer o poder quando ganharem as eleições; e influenciar a opinião pública por meio de seus programas de trabalho.

Os partidos são compostos por seus membros aderentes (eleitos por outros membros dos partidos), os seus militantes, os simpatizantes (que apóiam ou concordam com as diretivas dos partidos, mas não estão envolvidos no seu funcionamento ou na sua regência interna) e os seus eleitores.

Existem também diversas doutrinas políticas, que servem de base para o sistema político de um Estado, como Fascismo, Comunismo, Liberalismo, Socialismo etc.. São essas doutrinas os fundamentos que nortearão os passos e decisões que o governo deve tomar.

### **2.2.1 – O sistema político português**

Portugal é uma república semipresidencialista democrática, com quatro órgãos de Soberania: o Presidente da República, que é eleito por sufrágio universal para um mandato de cinco anos e nomeia o Primeiro-Ministro e outros membros do Governo; a Assembléia da República (parlamento unicameral), eleita por quatro anos e com o poder de promulgar ou vetar leis; o Governo, chefiado pelo Primeiro-Ministro, que elege os outros ministros e secretários de Estado; e os Tribunais, que são responsáveis por garantir o cumprimento das leis.

As forças políticas de Portugal são multipartidárias, encabeçadas principalmente por dois partidos: O Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD). Outro importante partido é o Partido Popular (CDS-PP), junto com o Partido Comunista Português (PCP). Há ainda o Bloco de Esquerda (BE), o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), o Partido Popular Monárquico (PPM) e o Partido da Terra (MPT).

### 2.3 - O DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO POLÍTICO

Em diversos sites<sup>16</sup> e livros não especializados encontram-se referências para jornalismo político como sendo uma especialização da própria profissão em assuntos relativos à política (em níveis local, regional e nacional, eleições, revoluções, golpes, votações parlamentares, decretos, negociações entre partidos e blocos de poder, etc.), ao parlamento, aos partidos, ministérios, secretarias, gabinetes, órgãos oficiais, institutos de pesquisa de opinião e a todas as esferas de poder formal na sociedade.

Como relatado no primeiro capítulo dessa dissertação, imprensa e jornalismo sempre estiveram ligados a uma veia política, seja no mundo ocidental como todo, seja como em Portugal, que com o passar dos anos sofre alterações, mas que ainda assim reflete-se numa ação co-dependente. Pode-se afirmar que o jornalismo político nasceu junto com jornalismo em si, mas seu apogeu acontece no Primeiro Jornalismo, com as diversas revoluções que acontecem no mundo ocidental.

O jornalismo político começa a ganhar força com as monarquias, no século XV, que utilizam as gazetas para divulgarem notícias favoráveis ao seu governo, mas ainda assim sob intensa censura prévia. A Inglaterra, devido a revolta contra o absolutismo régio e à favor do parlamentarismo, nesse período, é local onde a imprensa encontra uma acolhedora atmosfera de liberdade de pensamento e expressão bem como de confronto político (SOUSA, 2008: 36), dando surgimento ao *party press* (imprensa política de partido), onde os media impressos agora são instrumentos políticos na luta pelo poder. O modelo britânico de jornalismo é o primeiro a garantir uma liberdade, ainda que jornal de expressão, tornando-se o novo espaço para discussão da sociedade.

O século XVIII, junto com o Iluminismo, serve para consolidar o papel do jornalismo político como arena de debate racional; torna-se comum também a discussão política nos meios sociais.

---

<sup>16</sup> Como exemplo, tem-se o site Wikipedia, uma enciclopédia com diversas referências sobre qualquer assunto, editadas por qualquer pessoa. O seu endereço é <http://pt.wikipedia.org/>

O *party press* se expande por toda a Europa, mas ainda é no Reino Unido que a imprensa de partido encontra o seu campo mais fértil, com a aparição de jornais políticos como *The Weekly Review* (1704), *Mercator* (1713) e o *The Spectator* (1714). Os jornais britânicos contêm muitos artigos de opinião, análises e um forte apelo literário. Esses mesmos veículos também contêm muita propaganda política, vinda do próprio governo, como também dos partidos contrários. Em Portugal, seguindo a linha política noticiosa, vê-se surgir a *Gazeta de Lisboa* (1715).

Os jornais, em sua maioria, como afirma Davis (2000: 26), era composto por notícias do estrangeiro, catástrofes naturais, chegada de navios, e decisões políticas e reuniões.

A situação do jornalismo durante o Século das Luzes na Europa Continental é diversificada, pois ao mesmo tempo em que surgem diversos impressos com fortes vertentes políticas, também torna-se evidente o apelo propagandístico do Absolutismo, dificultando uma maior expansão da imprensa. Já nos Estados Unidos, o jornalismo político começa a ganhar destaque com o fortalecimento das colônias, a partir do início do século XVIII.

Figueira (2007: 27) afirma que as grandes transformações político-sociais nesse período, que também afetam Portugal, com destaque para a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa (estopim de quase todas as mudanças sócio-culturais e políticas da cultura Ocidental), inauguraram a Idade Contemporânea, que faz surgir a profissão jornalística, e aprofunda o debate político nos media e na própria sociedade. O autor, citando Jeremy Popkin (FIGUEIRA, 2007: 28), afirma:

“Os jornais tinham por objectivo criar descrições verbais de eventos revolucionários e de representar grupos sociais e políticos cujas acções era suposto renovar a política nacional. O resultado era uma complexa pintura da realidade política que ia muito além de uma

simples cópia do que os jornalistas da Revolução viam e ouviam” (FIGUEIRA, 2007: 28).

Figueira (2007: 30) ressalta que o jornalista, durante a Revolução Francesa, assume o papel de elemento ativo e participativo de todo o contexto: essa é a sua missão, já que faz a sua própria revolução através do papel impresso, sendo a parte vital de um jornal os debates políticos. Nessa época, os jornalistas mantêm uma relação siamesa com a política, atuando nos dois lados, como o próprio Robespierre, além de Mirabeau, Hébert, Poultier, e outros, que eram políticos, mas escrevem para diversos jornais.

Ainda citando Popkin, Figueiras (2007: 30) mostra que os jornalistas exercem uma função ampla e pública: denunciam, decretam, julgam, absolvem ou condenam, tudo ao mesmo tempo, o que é vital para a difusão da Revolução, já que os periódicos reúnem diversas características essenciais para o período, como acompanhar a velocidade dos acontecimentos, capacidade de aglutinar quase em simultâneo os públicos dispersos e espalhados, e a possibilidade de criar uma ligação, recíproca, entre o pensamento desses públicos e os centros de poder. É dentro desse quadro que o jornalismo político assume o papel de símbolo indispensável da opinião pública das massas.

Devido esse papel crucial, os jornais representam um marco histórico na sociedade, onde “a procura sem precedentes pelas últimas notícias, aliada à necessidade premente de informar fez com que o jornal se tornasse o principal veículo de leitura e o mais influente meio de circulação de idéias e de pressão política” (FIGUEIRAS, 2007: 31).

Com a Revolução Francesa (1789), no entanto, o jornalismo político tem uma consolidação exponencial, com a criação de diversos veículos “de partido”, tanto à favor dos revolucionários quanto ao governo, dividindo-se entre uma imprensa política e outra noticiosa.

Chega o século XIX, e com ele as sociedades ocidentais observam a democratização da vida política, com a incorporação pouco a pouco dos cidadãos ao processo decisório governamental. Com a crescente necessidade da imprensa, a relação entre partidos políticos e meios de comunicação começa a intricar-se:

“A imprensa converteu-se, efectivamente, num “Quarto Poder”, mas um “Quarto Poder” deveras problemático e pouco sujeito à fiscalização pública, pois os jornalistas, à margem das instituições da democracia representativa, tomaram em mão a tarefa política de velar pelo interesse público e de representar os cidadãos, embora a independência de jornais e jornalistas fosse (e seja), frequentemente, afectada pelos interesses políticos e pessoais que os jornais e jornalistas foram servindo” (SOUSA, 2008: 42).

A imprensa política floresce devido aos intensos conflitos políticos e militares na Europa, e os processos de independência na América Latina. Ainda é uma imprensa de carácter opinativo, noticioso, literário e ainda inacessível aos cidadãos comuns devido ao seu custo. Por volta da década de Trinta deste mesmo século, surgem jornais noticiosos simples, politicamente independentes, baratos e populares, a primeira geração do *penny press* (nome atribuído ao seu baixo valor). O *penny press* começa a ter grande repercussão já que a população da época encontra-se sedenta por informação, gerando assim um grande crescimento na circulação dos veículos.

“Concepções do papel do jornalismo envolveram - por exemplo, a função do jornal na formação opinião pública sobre questões políticas. Enquanto os órgãos de partido implicitamente assumiram que os eleitores precisam de orientação sobre questões políticas, os jornais começaram a abdicar desse papel” (DAVIS, 2000: 54)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “Conceptions of the role of journalism were involving - for example, the newspaper's function in shaping public opinion on political issues. While the party organs implicitly assumed voters needed guidance on political matters, newspapers began to abdicate that role”.

No final do século XIX, surge a segunda geração do *penny press* (também conhecida como Novo Jornalismo), agora uma imprensa caracterizada por se popular de massas, focada em notícias generalistas e no maior lucro econômico.

A sociedade evolui, graças em grande parte aos novos dispositivos tecnológicos que estão a surgir (telégrafo e telefone, por exemplo), e com isso há um crescimento no fluxo de informação, com mais pessoas buscando o acesso a mesma.

O Novo Jornalismo agora caracteriza-se pelo culto a uma linguagem acessível, mais cuidado com o *layout* e as ilustrações do jornal. Mas, em contraponto a essa vertente, surge o chamado jornalismo “de qualidade”, que busca transmitir uma informação “mais rigorosa, ‘objectiva’ e profunda, por vezes analítica, mais sombria no grafismo, mais voltada para o público do que o privado e mais devotada à exploração estrutural dos grandes temas da política (...)” (SOUSA, 2008: 56).

Esse modelo ainda é o seguido pela maioria dos grandes jornais das sociedades ocidentais, inclusive Portugal, tendo como exemplo o *New York Times* (fundado em 1851). Nesse sentido, Sousa afirma que:

“A história do jornalismo é acumulativa e que os diferentes modelos jornalísticos que foram surgindo ao longo da história não tiveram (nem têm) fronteiras rígidas: houve sempre, tal como acontece hoje em dia, uma interação entre as diversas formas de encarar o jornalismo (...)” (SOUSA, 2008: 56;57).

O século XX é um dos mais turbulentos e movimentados para imprensa política, com diversos acontecimentos importantes, tais como as duas grandes Guerras Mundiais (além de outros inúmeros conflitos territoriais), ascensão e queda de regimes totalitários, fim da URSS e queda do Muro de Berlim, globalização, agravamento de problemas ambientais, entre outros.

A imprensa como um todo tem de lidar com o surgimento de novos aparatos tecnológicos e o da própria televisão e internet, e a crescente mediatização da sociedade, alterando a forma como as notícias são feitas e repassadas à população.

Com a queda e a ascensão de novos sistemas governamentais, o jornalismo político europeu deixa de ter a nação enquanto sua referência para dar lugar a uma imprensa mais popular emotiva “e nacionalista, por vezes chauvinista e imperialista, colonialista, de verbo fácil e superficial” (SOUSA, 2008: 63), que é insuflada pelo clima político até então propício, já que a população está em busca por um Estado forte e estável.

Nesse início de século, os jornais refletem uma euforia nacionalista, atingindo o poder vigente. A imprensa consolida o seu papel enquanto mediadora entre população e governo. Um exemplo disto acontece com o *Diário de Notícias*, à 11 de Janeiro de 1904, que instiga o investimento do governo na Marinha e na reforma do arsenal de Guerra de Portugal (SOUSA, 2008: 64).

Davis (2000: 67) ressalta a importância também do rádio, nesse período. Tanto que “alguns políticos viram o rádio como potencialmente prejudicial e procuram atenuar os seus efeitos por meio do controle editorial”<sup>18</sup>.

Essa transformação do jornalismo político, com a maior popularização dos espaços políticos e a integração de mais cidadãos, prejudica o nível e o racionalismo do debate político, afetando a imprensa em seu conteúdo, mas que mesmo assim mantém altas tiragens, até então não são alcançadas.

---

<sup>18</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “Some politicians viewed radio as potentially harmful and sought to mitigate its effects through editorial control”.

Quando inicia-se a Primeira Guerra Mundial, a maioria dos Estados instaura a censura prévia, de modo a impedir que a imprensa torne-se uma “arma propagandística relevante” (SOUSA, 2008: 65).

Os jornais passam a ser alimentados com notícias advindas dos próprios governos, na sua maioria não corretas ou completamente falsas, minando a credibilidade dos veículos e criando uma propaganda nacional de guerra.

O que volta a ocorrer na Segunda Guerra Mundial, tendo como maior expoente a Alemanha e o braço direito de Hitler, responsável pelo Ministério da Propaganda, Joseph Goebbels, que produz documentários, notícias, fotografias e difunde mensagens positivas sobre o governo alemão.

No pós-2ª Guerra, o mundo vê surgir um novo conflito, dessa vez não armado: a bipolarização mundial entre Estados Unidos e a União Soviética, na chamada Guerra Fria, criando dois novos modelos de jornalismo; o ocidental, com matriz democrática-liberal e capitalista, e o socialista. O modelo ocidental ainda existe nos países democráticos de direito, enquanto que o socialista em países socialista, como a China.

Mas ainda que baseados no modelo ocidental, vários Estados sofrem com um modelo autoritário de jornalismo (em Portugal, esse modelo subsiste até 1974, com o final da ditadura).

A partir do final da 2ª Guerra e até o fim da maioria das ditaduras ocidentais, o jornalismo político vai tornando-se mais forte, e sofrendo alterações com o surgimento dos novos meios tecnológicos, e mesmo antes com o aparecimento a aprofundamento de uma vertente mais interpretativa da notícia.

Correia (1998: 15) afirma que a evolução do jornalismo e da política fez com que a política deixa-se de ser o centro dos media, para passarem a ocupar eles próprios o centro da política.

Os jornalistas, com o passar dos anos, rejuvenescem, adquirem maiores níveis de formação, vêm de diversas classes sociais e têm, cada vez mais, competências multimidiáticas, aumentando a sua objetividade e moldando a relação entre jornalismo e política, que influencia e define o que é o jornalismo político hoje nas sociedades.

## 2.4 - O JORNALISMO POLÍTICO HOJE

“O poder costumava estar nas mãos de príncipes, oligarquias e elites dominantes; era definido como a capacidade de impor a vontade de um ou de alguns sobre os demais, alterando o seu comportamento. Esta imagem do poder já não reflete a nossa realidade. O poder está em toda parte e em nenhum lugar: está na produção em série, nos fluxos financeiros, nos estilos de vida, nos hospitais, nas escolas, na televisão, nas imagens, nas mensagens, nas tecnologias... Uma vez que o mundo dos objectos já foge à nossa vontade, a nossa identidade passa a ser definida não pelo que fazemos, mas pelo que somos, deixando, desta forma, as nossas sociedades mais próximas da experiência das chamadas sociedades tradicionais, mais à procura de equilíbrio, do que de progresso. Esta é a questão principal à qual o pensamento e a acção política têm de responder: como restabelecer os laços entre o espaço excessivamente aberto da economia e o mundo excessivamente fechado e fragmentado das culturas?... O aspecto fundamental não reside na tomada do poder, mas sim na recriação da sociedade, na reinvenção da prática política, na prevenção do conflito cego entre mercados abertos e comunidades fechadas, na superação da ruptura das sociedades onde a distância aumenta entre os incluídos e os excluídos” (Alan Tourraine, *Letter à Lionel*, pp.36-8 – CASTELLS, 2007: 435)

O jornalismo é, desde sempre, um campo vital para o funcionamento da democracia nas sociedades ocidentais. E é também indiscutível o seu papel enquanto ator político dentro dessas sociedades, desde o surgimento da imprensa. É por meio dele que a população consegue saber como está a gerência do seu país (o que afeta toda a sua vida) e como comportam-se as entidades por ela responsáveis pelo governo e pelo poder. O jornalista político é o olheiro do público, seu representante, seu tradutor. Ele relata as irregularidades que a população deve saber. É responsável por mostrar o que não está certo, tornando visíveis as falhas que ocorrem no cenário político. Ele traduz os embates diários políticos para cada indivíduo.

Serrano cita a obra *Four Theories Of The Press* (1956), onde Frank Siebert, Theodore Peterson e Wilbur Schramm defendem que “os media operam de acordo com as estruturas sociais e políticas das sociedades em que se inserem, refletindo os seus sistemas de controlo social” (SERRANO, 2006a: 89). Ou seja, ainda que os valores sejam parecidos em comunidades diversas, os media adotam as características das sociedades em que estão inseridas, adaptando-se ao meio.

“Os autores classificam os sistemas mediáticos de acordo com o sistema de governo dominante. Basicamente, apresentam quatro teorias: a teoria autoritária, segundo a qual o poder absoluto restringe o uso dos media; a teoria libertária, inspirada pela filosofia do racionalismo e dos direitos naturais, segundo a qual os media se constituem como um meio de chegar à verdade, constituindo-se como um mercado livre de idéias; a teoria totalitária/soviética, na qual o jornalismo é controlado através de uma vigilância inspirada pelo pensamento marxista; e a teoria da responsabilidade social, que enquadra o jornalismo numa ética profissional com capacidade para expor conflitos (SERRANO, 2006a: 91)

Desde o século XIX, período em que os próprios partidos políticos eram proprietários de jornais, até ao surgimento e desenvolvimento atual das funções de assessoria de comunicação, à emaranhada e complexa relação entre políticos e jornalistas e à utilização de slogans e *soundbites*, políticos e jornalistas desenvolveram uma relação de dependência, o que, para Serrano (2006a: 89) leva a considerar os jornalistas atores políticos, o jornalismo como uma instituição política e os próprios media como poderosos instrumentos.

Não se pode negar que jornalismo e política estão intimamente ligados. Enquanto os media tem posição chave na política, os políticos têm de despertar o interesse dos media, ao mesmo tempo em que os jornalistas precisam das informações que os políticos detêm. Essa relação é condicionada pelo poder decorrente da relação de cada um com o público.

Agora, os jornalistas políticos assumem um papel de participantes ativo, influenciando uma parte importante do processo político, quando mostram e põe a prova os atores políticos e seus discursos e plataformas. Esse conceito atual de imprensa-política, essa interação, segundo Serrano (2006a: 92) possui diversas consequências: os media passam a ter posições-chave dentro do campo político, onde as políticas editoriais não são pautadas, necessariamente, pelo interesse público; situação que obriga os políticos a fazerem de tudo para chamar o interesse dos jornalistas, que, por sua vez, podem ou não estar vocacionados para a política.

Outra consequência é a profissionalização da produção e disseminação das mensagens políticas, que acabam dando origem a uma complicada rede de relações entre políticos e conselheiros de comunicação, de um lado, e os jornalistas, do outro.

Essa relação entre jornalistas e políticos é simbiótica, não se sabe quem depende de quem, ou quem detém um papel mais importante; os jornalistas das informações repassados pelos políticos, ou os segundos, da visibilidade que os media os proporcionam. É atravessada por tensões, a necessidade de mútua adaptação. Os dois acabam constituindo uma unidade, dois lados de uma corda, cada lado um objetivo, tentando puxar ao máximo a sua parte.

Além de ser uma relação de dependência e poder, jornalistas e políticos lutam também pela legitimação do seu papel dentro da sociedade, pois mesmo que detenham a mesma fonte, o mesmo público, os modos de obtê-la, as formas pelas quais se tornam verdadeiros e importantes para uma sociedade são diferentes. O poder político é legitimado pelo voto, um fato real, palpável, “da autoridade das causas que abraçam, do grau de consenso entre os interesses que articulam e da aceitação, por parte do público, dos processos pelos quais foram escolhidos para representarem esses interesses” (SERRANO, 2006a: 93). Já a legitimação do poder jornalístico reside no campo de valores deontológicos que segue, da sua fidelidade a esses códigos, sua ideologia; assim, sua base acaba sendo menos óbvia, reside num campo subjetivo. O público tem que lhe reconhecer esse papel para que ele se torne real.

Em Portugal, dois casos exemplificam bem essa questão da legitimidade: o que acontece, na época, no Jornal *República* e na Rádio Renascença. No Jornal *República*, a briga acontece entre os trabalhadores gráficos, que não reconhecem os jornalistas como atores sociais protagonistas do contexto em que vivem. Já na Rádio, são os jornalistas que não reconhecem na Igreja o poder de intervir na linha editorial do veículo. “Uma luta a cerca de saber quem seriam os actores legítimos para protagonizarem esse combate” (SOUSA, 2008: 121).

“Ideologia é geralmente referida como o meio dominante pelo qual quem trabalha com notícias valida e dá significado ao seu trabalho” (DEUZE, 2005: 446)<sup>19</sup>. A ideologia jornalística, assim, é a forma dos próprios profissionais ratificarem o seu discurso. Afirmando que buscam a verdade e lutam pelos interesses da população, eles transformam-se em defensores da mesma, legitimando seu papel na sociedade.

“Especialmente quando confrontados com o criticismo público, os jornalistas aplicam os seus valores ideológicos para legitimar ou autopolicar a recorrência da própria semelhança dos acontecimentos selecionados e descritos e modos de vê-los em seus media” (DEUZE, 2005: 446)<sup>20</sup>.

As diferenças entre os dois vão além da questão de legitimação do seu papel. A própria forma como esses dois profissionais encaram a realidade é diferente, já que os políticos estão voltados mais para os critérios ideológicos do seu partido, ou seja, pautam-se conforme as diretrizes do partido ao qual se filiarão, por encontrar nelas referências com as quais concordam, enquanto os jornalistas têm uma visão mais empírica e plural, por muitas vezes até cínica do cotidiano.

As diferenças estruturais entre as organizações em que políticos e jornalistas estão inseridos também são distintas; já que “as empresas de comunicação se organizam como instituições formais, governadas e orientadas, em certos níveis, por procedimentos e normas burocráticas” (SERRANO, 2006a: 92), enquanto que os partidos políticos vivem durante longos períodos como organizações relativamente informais, que apenas são completamente mobilizadas periodicamente e que não exercem controle burocrático sobre os atores políticos, o que ocorre com os jornalistas.

---

<sup>19</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “Ideology is generally referred to as a dominant way in which news people validate and give meaning to their work”.

<sup>20</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “Especially when faced with public criticism, journalists apply ideological values to legitimate or self-police the recurring self-similar selection and description of events and views in their media”.

Para Serrano (2006a: 92;3), uma das consequências desta situação é que os políticos acabam por precisar de mais apoio externo para firmar sua posição dentro do seu partido, coisa que não acontece com os jornalistas dentro dos veículos comunicacionais, pois eles acabam tendo sua participação enquanto profissional diluída dentro da empresa.

Para conseguir esse apoio, os políticos procuram adaptar o seu discurso aos formatos mediáticos; agora, comunicar torna-se mais importante que governar. O político tem de alimentar a máquina que é os media. Assim, concebe-se o que a autora chama de espiral do cinismo: “a classe política concebe e fornece ‘menus’ à pensar no que interessa aos jornalistas, enquanto estes argumentam que se limita a reportar o que lhes é oferecido, criando um círculo vicioso” (SERRANO, 2006b: 37). Não há precisão de quem começa, mas um acaba por alimentar o outro. O que torna, para o público em geral, extremamente difícil detectar, numa notícia política, a contribuição que cada ator deu para a informação em seu enquadramento.

“A óbvia incomodidade que está situação provoca nos jornalistas possui contrapartida na atitude de desconfiança face aos políticos, que se traduz (de uma maneira quase inconsciente) na cobertura de actividade política. Sinal disso é o facto de o noticiário político se ter tornado palco de novas linguagens e novos géneros, sendo cada vez mais difícil, aos leitores, perceber se alguns textos são análises, comentários, notícias comentadas, ou, simplesmente, previsões (o futuro e condicional são os tempos verbais mais usados em muitos deles)”. (SERRANO, 2006a: 20)

Uma das grandes críticas feitas dentro do jornalismo especializado em política é que o profissional passou a formatar os acontecimentos, e não apenas reportá-los, dando uma interpretação pessoal às notícias, segundo seus próprios critérios. O que a autora afirma é que destrinchar o que é notícia do que não é tornou-se uma tarefa complicada ao leitor, que não sabe se, ao ler uma notícia, está lendo o que se passou ou a opinião do jornalista. Opinião compartilhada por Figueira (2007: 28), que vai além, ao afirmar que essa situação ocorre desde sempre:

“As páginas dos jornais eram o lugar onde a competição pela apropriação da legitimidade dos discursos tinha lugar e em que o jornalista – às vezes o único redactor – não se limitava a transmitir as palavras que escutava nos debates parlamentares ou nas discussões travadas no interior dos salões, clubes políticos ou gabinetes de leitura: acompanhava o texto de comentários seus, interpretando e colorindo os acontecimentos de que dava conta” (FIGUEIRA, 2007: 28)

Mas para Serrano (2006a: 84), o jornalismo político mudou em duas principais direções consideradas, em geral, negativas: a primeira abrange o seu papel relativamente à política e aos atores políticos, traduzido no aumento do negativismo e na tendência para incultar nas audiências uma visão cínica da atividade política; a segunda, aponta para o aumento das ‘*soft news*’, ou ‘*infotainment*’, isto é, para o predomínio de valores associados ao entretenimento e à ‘*tabloidização*’ sobre os valores do profissionalismo jornalístico. A imprensa do entretenimento impera e quanto mais sensacionalista uma matéria for, mais explorada e alardeada, melhor para a chamada de audiência.

O novo processo mediático político é marcado por ciclos, onde há uma focalização intensa em certos assuntos, durante um determinado período limitado:

“O início desses ciclos é assinalado por um aumento dramático da cobertura jornalística, seguida de reacções de políticos, comentadores e da generalização da discussão no seio do público. Depois de atingir um certo ‘pico’, a ‘onda’ morre por si mesma ou é substituída por outras”. (SERRANO: 2006b: 40)

Ou seja, o atual sistema ao repetir e divulgar repetidamente o mesmo tema, acaba facilitando e fornecendo o enquadramento dos acontecimentos num sentido que depois se espalha e faz caminho entre os comentadores e a denominada opinião pública, que acaba assumindo ares de opinião publicada. Os media acabam fornecendo não só informação, mas, sobretudo, quadros que organizam a visão do mundo. Os políticos tendem a se adaptar a esse formato, e o público a comprá-lo, como sendo sua “opinião pública”, num eterno ciclo.

O enquadramento, segundo Jamieson e Waldman (2003: xiii) seria a forma de definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamento de moral e sugerir remédios/tratamentos para problemas e seus efeitos. Segundo os autores, os enquadramentos nos dizem o que é importante e ajudam a moldar a opinião pública, quando são usados, de forma intencional ou não, para dirigir a atenção do público, e assim guiar a leitura e compreensão desse mesmo público.

“(…) os enquadramentos noticiosos ajudam a determinar o que o público sabe e acredita por oportunidades abertas para os interesses partidários exercerem influência ao avançar com alguns enquadramentos e subestimar outras. Como os repórteres são dependentes desses mesmos atores em provê-los com informação e indicação, eles podem, algumas vezes, ser suscetíveis a manipulação. Atores políticos entendem quais enquadramentos são submissas em suas posições; quanto maior o poder que um ator tem e mais central são os seus comentários para a estória, maior é o sucesso que ele poderá ter em fazer o seu enquadramento ser adotado” (JAMIESON, 2003: xiii) <sup>21</sup>.

Mas há uma grande diferença entre opinião pública, como descrita por Habermas, e opinião publicada, aquela que vários media supõe ser o que a população pensa, e que por muitas vezes, diverge do real. Castells (2007: 438) acredita que a opinião pública não é passiva receptora de mensagens, facilmente susceptível a manipulações. “Num mundo cada vez mais saturado de informação, as mensagens mais eficientes são também as mais simples e mais ambivalentes, deixando espaço às pessoas para as suas próprias projeções” (CASTELLS, 2007: 440).

Geralmente, as notícias políticas têm uma mesma tendência em sua cobertura: o negativismo, utilização de diversas metáforas como a valorização da dimensão de ‘jogo’

---

<sup>21</sup> Tradução livre do seguinte excerto:“(…) news frames help determinate what the public knows and believes opens opportunities for interested parties to exert influence by advancing some frames and downplaying others. Because reporters are dependent on those same actors to provide them with information and quotes, they can at times be susceptible to manipulations. Political actors understand which frames are more amenable to their position; the greater the power an actor holds and the more central her comments are to a story, the more success she may have in getting her preferred frame adopted”.

e de ‘combate’ entre pessoas, a fixação nas lutas inter e intra-partidárias, o excesso de interpretação em prejuízo do relato dos acontecimentos, a ‘fulanização’ da política e o elitismo na escolha de quem tem, ou não, ‘importância’ para aceder ao espaço público.

Isso tudo leva a uma deterioração da qualidade do discurso público e político, muitas vezes reduzidos à *soundbites*, aumento do cinismo público e erosão da participação cívica da população, que fica desmotivada com o cenário político e com os media. Os media podem sim ter mudado, mas os próprios políticos mudaram também.

Sandra Hoog e Jeffrey Sluyter-Belatro, no texto *The Transformation of Political communication?*, organizado por Barrie Axford no livro *New Media and Politics* (2001), afirmam que o jornalismo e a própria comunicação política foram transformados pelo processo global de liberalização e pela difusão dos novos meios de tecnologia. Assim como os atores neles envolvidos, alterando os caminhos pelos quais os políticos e os problemas são representados nos meios de massa, os caminhos pelos quais esses atores políticos se comunicam uns com os outros, além dessa própria comunicação, assim como os meios em geral e as organizações que com eles lidam, como os partidos políticos, grupos de interesses e movimentos sociais. Surgem os profissionais que são responsáveis por “adequar” os políticos ao que o público “quer”, os assessores políticos.

“Em país após país, os transmissores nacionais adversários misturam informação e entretenimento pela busca de maiores pedaços de audiência, eles estão extensivamente subordinando a cobertura política aos imperativos de discurso e espetáculo, aumentando a projeção de personalidade e imagem ao invés de problemas e idéias. Na sua busca em se adaptar a esse clima midiático, indivíduos, assim como atores coletivos, começam a confiar em administração técnica profissional de imagem e aparatos, como forma de negociação política, competição e apelo - até mesmo o governo, partidos, ou movimentos organizacionais - se tornando cada vez mais 'mediatizados'" <sup>22</sup> (HOOG, 2001: 30).

---

<sup>22</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “In country after country, as competing national broadcasters merge information and entertainment formats in pursuit of ever more elusive audience shares, they are increasingly subordinating political coverage to the imperatives of speed and spectacle, heightening the projection of personality and image over issue and idea. In their attempts to adapt to this media climate, individual as well as collective actors are coming to rely on professional image-management techniques

Assim, os atores políticos passam a confiar cada vez mais nesses profissionais capazes de “mediatizar” as suas imagens e seus discursos, de modo a se adequarem aos meios de comunicação. Agora, os investigadores, os *spin-doctors* e os assessores de imagem tornam-se atores políticos essenciais, “capazes de criar e destruir presidentes, senadores, congressistas e governadores através da combinação entre a tecnologia de informação, a ‘medialogia’, a astúcia política e uma boa dose de atrevimento” (CASTELLS, 2007: 449).

Esse processo tem provocado o desencanto e até a alienação a cerca dos processos políticos nacionais. Hoog (2001: 31) afirma que *surveys* ao redor do mundo vem reportando o aumento da frustração da população com políticos, instituições governamentais e os próprios meios de comunicação.

Castells cita uma pesquisa realizada pelo *Institute of Social Research* da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, coordenada por Ronald Inglehart, em vários países do mundo, que demonstra que “cerca de dois terços da população tem pouca ou nenhuma confiança nos partidos políticos” (CASTELLS, 2007: 482).

Outra pesquisa citada pelo autor é o da *Gallup International Millenium*, realizada pelas Nações Unidas, e apoiada pelo Fórum Econômico Mundial, com 36 mil inquéritos em 47 países de seis continentes, em que 61% dos cidadãos da União Européia acreditam que os seus países não são governados pela vontade do povo, e outros 59% tem muito pouca ou nenhuma confiança na capacidade dos parlamentares para agir no interesse das sociedades (CASTELLS, 2007: 486).

“(…) Enquanto a maior parte das pessoas não vê nenhuma alternativa ao sistema democrático de governação, uma crescente parte da população não acredita que a democracia possa ajudar a resolver os

---

and apparatuses, as political negotiation, competition and appeal – even within government, party or movement organizations – become increasingly ‘mediatized’”.

problemas que os assolam no dia-a-dia (...). Como consequência destes desenvolvimentos, não estamos a assistir, em termos gerais, a uma retirada de pessoas da cena política, mas à penetração de uma política simbólica no sistema político, à mobilização para um tema único, tema local, política de referendos e, acima de tudo, apoio *ad hoc* a lideranças personalizadas. Isto introduz uma imprevisibilidade sistêmica” (CASTELLS, 2007: 493).

O controle sobre entretenimento, conhecimento e informação, conforme a história, é um instrumento de sustentação que corrobora o poder dos Estados. Sempre o foi. De uma maneira ou de outra, continua ainda a ser, onde agora os media se constituem como esse instrumento (ainda que não se esteja a falar que eles sirvam, meramente, de ferramentas dos governos). Mas esses mesmo Estados vêm sofrendo, segundo Castells (2007: 373), com três desafios: globalização e posse dos media; flexibilidade e capacidade de penetração da tecnologia; autonomia e diversidade dos media.

Para Castells (2007: 437), sem os media, é impossível exercer ou adquirir poder. “Deste modo, todos acabam por entrar no jogo, embora não dá mesma forma ou com o mesmo propósito”. Mas o autor também ressalta que os meios por si só não determinam os resultados políticos. Ainda que “todas as formas de fazer política têm necessariamente de passar pelos media para influenciar a tomada de decisão” (CASTELLS, 2007: 445)

“(...) os meios de comunicação estão enraizados na sociedade e o seu grau de interacção com o processo político é muito indefinido, visto que depende do contexto, das estratégias, dos actores políticos e de interacções específicas entre uma série de aspectos sociais, culturais e políticos” (CASTELLS, 2007: 438).

O autor afirma que a comunicação e as informações políticas são capturadas dentro do espaço dos media. Fora da esfera dos media existiria apenas marginalidade política, o discurso do ator estaria perdido. Mas ainda assim, o que decorre dentro desse espaço não é determinado pelos media; eles não têm o poder de alterar os resultados; tratando-se de um processo social e político aberto.

Mas mesmo não determinando os resultados, os meios de comunicação têm impacto não só nas eleições, mas na organização política, nos processos de tomada de decisão e nos métodos de governo, sendo responsáveis por fazer uma avaliação diária dos governos; eles não alteram o resultado final, mas sim a natureza da relação entre o Estado e a sociedade.

“(...) os media precisam de estar suficientemente próximos da política e do governo, para terem acesso à informação, usufruir das regulamentações para a imprensa e, como ocorre em vários países, gozar de subsídios consideráveis. Por outro lado, devem também assumir uma posição suficientemente neutra e distante para preservarem a sua credibilidade, actuando como intermediários entre cidadãos e partidos na produção e consumo de fluxos de informação e imagens, nas bases de formação da opinião pública, das eleições e dos processos de decisão política” (CASTELLS, 2007: 443).

Os meios de comunicação, às vezes, também servem de campo de batalha entre os políticos, então cabe as jornalistas o papel de tentarem impedir ataques, ou quando não for possível, ser o árbitro imparcial. O autor cita Thompson (2000: 244) que diz que “os escândalos são lutas de poder simbólico nos quais o que está em jogo é a reputação e a confiança” (CASTELLS, 2007:472).

“Capturado na arena dos media, reduzido a lideranças personalizadas, dependente de sofisticados recursos de manipulação tecnológica, induzido em práticas ilícitas para obter fundos para as campanhas políticas, conduzido pela política do escândalo, o sistema partidário perdeu o seu atractivo e fiabilidade e, para todos os efeitos, é um resquício burocrático privado da confiança do público” (CASTELLS, 2007: 481).

O pós-25 de Abril trouxe uma maior liberdade para os media, mas também fez com que o cariz político partidário dos jornais tornasse-se mais difuso, um pouco mais escondido. Correia (1998: 39) afirma que os media não deixaram de veicular mensagens políticas, mas agora o fazem de uma outra maneira, procurando contextualizar sua matérias, aproximá-las da população e da realidade onde vivem: mostrar como as decisões políticas afetam o seu dia-a-dia. Agora, os media não têm mais somente a

política como o seu centro, ele próprios passam a ocupar o centro da atividade política (CORREIA, 1998: 15).

Os jornalistas têm o papel de relatar o que dizem e fazem os políticos, mas não podem se deixar influenciar pelo que é dito por eles, não podem relatar uma notícia tendenciosa ou parcial. Cabe à eles o dever de mostrar fielmente a realidade mostra, buscando fontes que as relatem. Fontes essas que devem ser as mais credenciadas possíveis para falar sobre o assunto que estiver em pauta, além de ser uma fonte completamente passível de confiança. A relação entre jornalistas e suas fontes têm de ser de confiança e verdade, e, novamente, o jornalista tem uma função importante de mantê-la e ser confiável à ela também.

## 2.5 - DEONTOLOGIA: A ÉTICA DOS JORNALISTAS POLÍTICOS EM PORTUGAL

O escritor Gabriel Garcia Márquez <sup>23</sup> disse certa vez que “a ética não é uma condição ocasional no jornalismo, mas deve acompanhá-lo sempre, como o zumbido acompanha a abelha”. E em se tratando de política, a ética vê-se como um artefato essencial para a boa utilização e formação do jornalismo. Uma espécie de sistema protetor do jornalismo. Caso perca sua ética, seu sistema imunológico, ele fica sujeito à patologia da falta de credibilidade e de confiança da sociedade, que são seus alicerces principais.

Sara Pina, autora do livro *A Deontologia dos Jornalistas Portugueses* (2000), afirma que a deontologia jornalística perpassa por uma questão de direito e de moral, pois é punível com sanções mais ou menos graves (multas, processos, etc.) e por convenções da sociedade e senso comum.

“A informação constitui, ela própria, um bem moral, no sentido de que constitui um bem humano e social e produz, em consequência, bens humanos e sociais; por isso, o informador ou cria moral ou não informa (desinforma, malinforma ou deforma). O direito à informação, princípio-base de todo o Direito da Informação, estará assim duplamente entranhado na Moral: na medida em que é objecto do direito objectivo e na medida em que constitui a medida da própria informação. Daí igualmente que o conteúdo sistemático da deontologia jornalística integre um grande número de disposições que se incluem também no Direito da Informação, tais como as relativas ao dever de verdade, às cláusulas de consciência, ao segredo profissional, ao respeito da privacidade, da honra, da imagem, da autoria, dos direitos humanos e muitas outras”. (PINA, 2000: 26).

Ela segue a afirmar que a deontologia do jornalismo se encontra mais num campo moral, do que no de Direito, e desenvolve o seguinte questionamento: deverão esses códigos manter-se em limites estritamente morais, ou deverão ir mais longe, mesclando tanto direitos tanto quanto a deveres, aplicando sanções, determinando as entidades competentes para as aplicar, regulando em matéria processual e/ou

---

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/mat2010a.htm> (Acesso em: 13/11/2009, às 15h48).

estabelecendo regimes de incompatibilidades com a profissão? (PINA, 2000: 27). Ou seja, quando um erro do jornalista deve ser caracterizado como um simples erro de moral, um arranhão nas normas da profissão, ou quando ele tem que ser punido, juridicamente?

As questões referentes à ética sempre foram polêmicas e bastantes discutidas tanto dentro do meio jornalístico, quanto no seio da sociedade em geral, e até agora, ainda não chega-se a um acordo sobre os limites da ética, se morais ou de direito. Ética e deontologia caminham lado a lado, e não se pode falar sobre a conduta do jornalista enquanto profissional se não abordarem as duas.

Jeremy Bentham, autor da obra *Deontology or the Science of Morality* (1834), citado por Pina (2000: 31), explica que deontologia deve ser a ciência do que é justo e conveniente, aproximando a mesma da ética, ainda que essa última seja mais aplicada ao exercício de uma profissão concreta, como o jornalismo. A deontologia então tem de ser a ciência que identifica os valores morais que regem uma determinada atividade profissional; ela “implica, pois, não só uma enunciação do *que é*, mas também a enunciação do *que deve ser*” (PINA, 2000: 31). Ou seja, a deontologia é composta por todos os valores que uma profissão tem e deve ter em sua existência.

A deontologia do jornalismo é recente, os seus códigos surgem pela primeira vez no Estados Unidos, no primeiro quartel do século XX, principalmente com a aplicação da Primeira Emenda no país norte-americano. A partir da Segunda Guerra Mundial, e com a maior influência dos media, o debate aprofunda-se, principalmente na Europa. Segundo a mesma autora, isso ocorre, principalmente, quando os governos percebem a importância e influência dos media, procurando assim a aprovação de uma legislação especial para a Imprensa e para o jornalismo. Os próprios jornalistas, assim, criando seus próprios limites, os com seus códigos deontológicos, conseguem constituir um limite interferências governamentais e a todas as restrições à liberdade de informar, e o governo tem meios para verificar e garantir se os profissionais estão trabalhando de forma condigna com esses limites.

Os códigos deontológicos procuram também, enquanto instrumentos de liberdade e responsabilidade com a informação repassada, assegurar a sua própria função social, ou seja, provando que tem especificadas as suas responsabilidades aos olhos públicos, os media garantem sua condição da confiança e credibilidade, e num grau mais aprofundado, sua sobrevivência comercial, já que quanto mais fidedigno conseguir se mostrar, mais audiência terá.

O primeiro código deontológico jornalístico nasce nos Estado Unidos, em 1910, na cidade de Kansas. Depois, difundiu-se pelo resto do país, assim como em toda a Europa, como a *Carta dos Deveres Profissionais dos Jornalistas Franceses*<sup>24</sup>. A própria França já tem, desde 1881, uma Lei de Imprensa, que além de assegurar o direito de informar do jornalista, também ressalta o dever de retificação para com as informações erradas e a obrigatoriedade do direito de resposta.

No geral, os diversos códigos de ética dos países ocidentais têm como valores comuns: verdade, objetividade, exatidão, sigilo profissional, rejeição de calúnia, acusação sem provas e difamação, retificação de informações incorretas e o direito de resposta ou de respeitar a vida privada.

---

<sup>24</sup> Outros códigos relevantes: Código de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas (Brasil), Código de Ética da Associação Nacional dos Jornais (Brasil), Código de Ética da Radiodifusão Brasileira, Código de Ética da Associação Nacional de Editores de Revistas (Brasil), Código de Ética da Federação Latino-Americana de Jornalistas, Declaração de Princípios da Sociedade Interamericana de Imprensa (Declaração de Chapultepec), Código Internacional de Ética Jornalística da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), Declaração de Princípios de Conduta da Federação Internacional dos Jornalistas, Código Europeu de Deontologia do Jornalismo, Código de Imprensa e Diretrizes para as Redações da Alemanha, Código Ética para a Imprensa Austríaca, Códigos de Ética Jornalística para os Jornalistas Búlgaros, Código Deontológico para Profissão Jornalística na Espanha, Princípios para a Correta Prática Jornalística na Finlândia, Carta dos Deveres Profissionais dos Jornalistas Franceses, Princípios Éticos para a Profissão Jornalística na Grécia, Carta dos Deveres dos Jornalistas Italianos, Código de Conduta da Imprensa do Reino Unido, Declaração de Deveres e Direitos dos Jornalistas Suíços, Código de Ética Profissional do Jornalista Russo, Código de Ética Jornalística da República Tcheca, Código Deontológico do Jornalista Português, Código de Conduta do Conselho de Imprensa da Índia, Código do Conselho de Imprensa do Paquistão, Código de Ética dos Jornalistas da Venezuela, Código de Ética dos Jornalistas Colombianos, Código de Ética dos Jornalistas Mexicanos, Código de Ética dos Editores de Jornais dos Estados Unidos, Código de Ética da Confederação dos Jornalistas de Países Árabes, Código de Ética da Confederação dos Jornalistas de Países Asiáticos.

Um estudo da Unesco de 1980 classifica os objetivos da deontologia do jornalismo do seguinte modo:

“Em primeiro lugar, proteger aqueles a quem a informação se dirige, ou seja, o conjunto da população, contra os abusos de uma propaganda irresponsável e anti-social ou mentirosa através dos media; em segundo lugar, proteger aqueles que exercem a sua profissão na informação contra pressões indevidas; em terceiro lugar, garantir que a informação tenha livre acesso, a todo o momento, a todas as fontes (excepto os documentos secretos, por razões de segurança nacional) e permitir, a cada instante, a expressão da voz das populações através dos media e a possibilidade de dizerem o que pensam daquilo que é feito em seu nome” (PINA, 2000: 43).

Em 1976, Portugal aprova o seu primeiro Código Deontológico, em Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Jornalistas, realizada em 13 de setembro. Até então, nos Estatutos do Sindicato Nacional dos Jornalistas, aprovado em 1962, só havia referência, dedicada à disciplina, a um Código Deontológico, determinando-se para a infração das normas respectivas um painel de sanções que poderiam ir da simples censura até à expulsão do Sindicato. Mas rapidamente, o Código fica desatualizado, já que é marcado pelo sentimento revolucionário pós-25 de Abril.

Contudo, só em 1993, precisamente no dia 4 de Maio, é aprovado um novo Código Deontológico<sup>25</sup>, em uma consulta que abrange todos os profissionais que detêm a carteira profissional de jornalista. Este Código teve por base-fonte diversos códigos de outros países, como França e Grã-Bretanha, e assemelha-se aos vários códigos presentes nas sociedades democráticas, já que defende que os jornalistas têm de relatar as notícias com rigor, exatidão e honestidade, procurando evitar qualquer preconceito ou discriminação e salvaguardando o direito do profissional de proteger suas fontes anónimas, entre outros pontos.

---

<sup>25</sup> O presente código pode ser Consultado no endereço:  
<http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=24&idselect=369&idCanal=369&p=368>

Todos esses pontos envolvem estritamente a deontologia da profissão, que para Barbosa (2001: 43), “é a moralidade, a honra, a honestidade, o dever e a obrigação da consciência referentes ao exercício de qualquer profissão”. No entanto, percebe-se que com a transformação dos ideais jornalísticos e de sua realidade na prática, com o intenso ritmo das redações, as atreladas e interligadas relações de trabalho, o profissional diversas vezes burla esses códigos, de modo a atender suas demandas de trabalho, ou mesmo seguir as linhas editoriais do seu ambiente de trabalho. A deontologia parece não ter tempo nem espaço de ser colocada em prática. Como Karam (1997:45) afirma:

“Como obter uma boa matéria e escrevê-la com talento e precisão, se o jornalista trabalha em três lugares diferentes, ganha mal, vai à rua com três ou quatro pautas e possui tempo delimitado para tudo isso? Como conciliar os métodos do jornalismo investigativo, que desconfia das declarações, com um modelo de jornalismo declaratório, que esconde bastidores?” (KARAM, 1997: 45).

A primeira questão a ser levantada dentro do jornalismo e na própria sociedade (esta, detentora real do poder sobre o jornalismo, pelo menos em teoria) é o que é a Ética dentro da profissão.

Ética é bem mais que uma frase técnica de caracterização. É tudo aquilo que se teoriza, idealiza-se e almeja-se, independente de diferenças religiosas, étnicas, raciais, econômicas, para o exercício idôneo de uma profissão, como afirma Bucci (2000: 17). São as relações do homem com o dever e o bem consecutivamente com o objetivo na dignificação do homem, ou seja, é o tratamento incondicional que damos ao próximo sempre como fim e nunca como meio.

Assim, Bucci (2000: 27) relata que ética é esse conjunto de normas, regras de conduta e comportamento que constantemente buscam afirmar condições dignas de vida: liberdade, respeito, saúde, felicidade, educação, etc. De certa forma, todos os fundamentos, conceitos, leis, comportamentos, têm a ética como alicerce para a sua elaboração. Não seria diferente com o exercício de todas as profissões. Cada uma possui o seu Código ou Estatuto de Ética, regulamentador do que é certo e errado dentro de um

meio de convívio comum, que tem como base o que é comentado: o exercício da profissão de maneira a dignificar-se e dignificar o próximo; condutas estabelecidas que efetivem o respeito, a eficiência e o bom funcionamento da categoria tanto para o profissional quanto para o receptor.

No caso do Jornalismo – semelhante ao de dentro de uma sociedade – existem direitos e deveres a serem cumpridos. Em Portugal, há o Estatuto dos Jornalistas<sup>26</sup>, aprovado em 17 de dezembro de 1998, que direciona e administra tais ações. Neste consta os direitos à informação, os deveres do profissional em sua conduta, sua responsabilidade profissional. São normas fixadas, que comprometem o jornalista, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre os próprios.

Uma das máximas comuns jornalísticas é “se um cachorro morder um homem é normal, mas se um homem morder um cachorro, isso é notícia”. Citando o Estatuto, no artigo número 14, inciso “a”, um dos deveres do jornalista é “exercer a actividade com respeito pela ética profissional, informando com rigor e isenção”, mas o que se vê, atualmente, é algo distinto. Sousa (2002: 111) afirma:

“Um dos debates que atualmente mais vem agitando o mundo da comunicação social e os meios acadêmicos consiste em saber até que ponto é o mercado ou são os jornalistas a ditar as leis e os critérios na produção e difusão da informação jornalística. Ou seja, pretende saber-se se os jornalistas possuem sempre uma esfera de liberdade de decisão que passa pela sua consciência individual, ou, talvez mais precisamente, saber-se se os jornalistas são, até certo ponto, autônomos, e, se o são, até que ponto o são verdadeiramente.” (SOUSA, 2002: 111).

E o jornalismo político se encontra numa posição ainda mais delicada, já que mexe com o Estado, responsável por toda uma população. A sociedade encontra-se num período em que o autor adverte que é necessário “proteger os cidadãos dos jornalistas e do jornalismo, porque os cidadãos necessitam de ser protegidos de todo o abuso de

---

<sup>26</sup> Disponível em <http://www.ccpj.pt/legisdata/LgLei1de99de13deJaneiro.htm> (Consultado em: 22/05/09, às 02h13).

poder, e os abusos de poder também podem ser exercidos pelos jornalistas” (SOUSA, 2002: 113). Assim sendo, a ética, talvez, não esteja sendo cumprida, e se não está, a qualidade do trabalho jornalístico fica comprometida.

Pena (2006: 215) afirma que existe sim uma ética, mas a ética geral, e não uma conduta específica a uma profissão. E se essa mesma ética não for seguida, quem é atingido ou sofre com as consequências de sua falta, pode acabar com a moral manchada. Ele ainda relata:

“No jornalismo, não há fibrose. O tecido atingido pela calúnia não se regenera. As feridas abertas pela difamação não cicatrizam. A retratação nunca tem o mesmo espaço das acusações. E mesmo que tivesse a credibilidade do injustiçado não seria restituída, pois a mentira fica marcada no imaginário popular. Quem tem a imagem pública manchada pela mídia não consegue recuperá-la”. (PENA, 2006: 215)

O jornalista político precisa estar pautado, assim, pela ética, para que a população saiba que está sendo bem representada, e que o que está lendo corresponde a realidade. A política mexe com o estado geral de uma nação, com o bem público e sua relação com outras nações. É necessário assegurar que essa representação ocorra de forma fidedigna e correta, e que os jornalistas políticos tenham condições de assim o fazer.

Citando novamente Bahia (1990: 35), o autor lista características necessárias a todo o jornal, para que ele atue dentro dos limites necessários para ser considerado ético. E eis o momento de tentar descobrir se são levados os séculos de padronização de técnicas e idealizações das ações dos jornalistas. A primeira citada pelo autor é a independência. Para um jornal ser independente ele necessita de bases econômicas que lhe permitam dispensar o controle e a tutela do mercado. Ele acrescenta ainda: “uma imprensa dependente, manobrada por interesses obscuros, não pode ser confiável” (BAHIA, 1990: 40).

O autor também afirma que as instituições e empresas precisam ser livres e independentes para terem o poder de escolher e decidir. Ou seja, o jornal não pode depender de outras empresas para a sua sobrevivência. Ele precisa ser autônomo, livre, para que possa criticar e apontar as falhas de quem erra, de quem mente, de quem esconde, e assim, alertar e informar a sociedade. Se um jornal depender de uma determinada empresa privada para sobreviver, a chance de que ele venha a criticar essa mesma empresa mais tarde é quase nula, dificultando o seu papel. O mesmo aconteceria caso um jornalista político trabalhasse diretamente com um ator político. Caso esse ator viesse a cometer alguma transgressão, iria o jornalista com ele envolvido o denunciar?

A segunda seria a veracidade. A verdade no jornalismo é um ideal muito questionado, e para que a veracidade prevaleça é necessário que o seguinte princípio seja seguido: uma informação sempre tem mais de uma versão; o jornalista (não só o político, mas ele principalmente) tem o dever de chegar o mais próximo do real que for possível, analisando diversos ângulos, fontes e pontos de vista. Nada fica mais longe da veracidade que a visão superficial do acontecimento. Percebemos que isso ocorre, quando se comparam as diferentes notícias dos diferentes veículos sobre um mesmo fato. Encontram-se sempre fatos divergentes, às vezes até exorbitantes, já que as matérias sempre seguem a linha editorial da empresa onde são produzidas. Aí entram as fontes. Quanto mais fontes envolvidas num determinado assunto o jornalista conseguir ouvir, mais completo será o seu registro.

Outra característica é a objetividade, que significa apurar corretamente, ser fiel, registrar várias versões de uma notícia, ser criterioso, honesto e o mais imparcial possível. Apesar de por muitos ser considerada inatingível, é indispensável para o profissional. Já é de conhecimento que a objetividade completa é tão utópica quanto à neutralidade, já que a formação cultural, histórica e social do jornalista influi no seu modo de enxergar um acontecimento. Ainda assim, tentar ser o mais objetivo possível sobre um determinado fato deveria ser item fundamental para um bom profissional.

A honestidade é o critério seguinte. O autor relata que uma informação não é informação se não for verdadeira. A honestidade, assim como a verdade, é o bem mais precioso da profissão. Sem ela, o profissional e o jornal se tornam desacreditados do público. E sem a confiança do mesmo, a reputação do jornalismo naufraga e se torna completamente descartável e não-confiável.

Para quem trabalha com política, a verdade é sempre o bem indispensável. Como o profissional pode ser digno de confiança, se seu trabalho não se pautar pela verdade dos fatos, a veracidade do seu relato? É uma questão delicada e crucial.

Ainda segundo o autor, o jornalismo tem que se situar no mesmo plano dos padrões morais da comunidade, como a escola e a Igreja. Tem de ser visto como uma autoridade moral, onde a população possa recorrer para sanar dúvidas e buscar a realidade completa e acessível; ele tem de gozar da plena confiança e credibilidade de quem o lê sobre o que escreve.

Ainda existem outras características essenciais, e não menos importantes, como a exatidão, a imparcialidade e a credibilidade. Mas com essas características já definidas, claras e difundidas, a realidade que se vê é diferente, já que todos os padrões morais são postos de lado quando uma notícia não atende as expectativas da linha editorial que segue a empresa onde o jornalista trabalha.

O artigo 14 do Estatuto aponta que o jornalista deve trabalhar com isenção. Assim, o jornalista não deve seguir um partido, ou preferenciar um candidato, porque isso iria de acordo com tudo que garante e confere credibilidade e confiança à sua profissão.

Para Bucci (2000: 38), o primeiro obstáculo que se apresenta para quem quer investigar, entender e discutir sobre os jornalistas – e a ética deles -, são os próprios

jornalistas. Seriam eles, na visão do autor, que não proporcionam as condições necessárias para que se discuta sobre eles:

“(...) a recusa em discutir ética em público se manifesta como se fosse afirmação de independência. Os jornalistas se recusam a prestar contas a quem quer que seja. (...) Pode-se dizer que a arrogância jornalística não é outra coisa senão a afirmação de uma auto-suficiência ética.”. (BUCCI, 2000: 39).

Mas não se pode colocar a categoria como totalmente presunçosa e despreocupada. Bucci (2000: 46) também contrapõe a afirmação acima, justificando-a com o custo que promover este debate pode ter para o profissional. Afinal, tocar em ética, principalmente nessa profissão é muito delicado: “(...) o aprofundamento da discussão termina por indispor o jornalista com o seu patrão ou com o seu chefe na redação. Ninguém gosta de perder o emprego ou cair em desprestígio acusado de deslealdade (...)”.

Segundo Contrera (2002: 49), o jornalismo é protagonista de uma crise funcional, já que o que é praticado hoje tem pouco a ver com o que seria a sua própria natureza e com seus valores. A autora afirma que "baseando-se em valores (estéticos, religiosos, políticos, etc.), o jornalista precisa reafirmá-los como verdade, para que obtenha credibilidade e plausibilidade" (CONTRERA, 2002: 49). Ou seja, o jornalista, mesmo que esteja divulgando uma inverdade, precisa obter modos de baseá-la e fazer com que a população creia que ela é real.

A autora segue afirmando que quanto mais predominam os critérios de mercado, mais notícias serão encontradas com *non-sense*, drama, *show* e o espetáculo. A esses ingredientes, somam-se os critérios de conflito, do inusitado e do deslize. Vê-se então somente um corte padronizado da realidade. Uma pequena peça do mosaico que é o quadro maior.

Citando novamente a Teoria do Espelho, descrita por Traquina (2005: 56), o jornalismo deve ser um retrato fiel do que acontece na realidade. Contudo, ele não é o discurso da realidade, mas um discurso sobre a realidade, como uma foto batida de um momento. Observa-se que esta realidade pode até ser apreendida, porém ela não deixa de ser repassada segundo as ideologias e preceitos da empresa jornalística para qual o jornalista trabalha.

Mas relatar com veracidade todos esses fatos se torna difícil para o profissional. Marcondes Filho (2002: 58) escreve:

“Consequência do processo de informatização da atividade, fato é que a vida de jornalistas tem se tornado cada vez mais difícil. O trabalho aumentou, o contingente foi reduzido, as responsabilidades se tornaram mais individuais. Aos poucos a mística do *contrapoder* se esvai. Chantageado pelo desemprego, os jornalistas de posição intermediária na empresa e os precários (frilas, repórteres-redatores, focas) perdem rapidamente de vista o fascínio da profissão. Mas não só eles: mesmo tarimbados jornalistas de informação política e geral estão reconhecendo o recuo de seu prestígio: primeiro a TV tem de noticiar para despertar interesse na notícia, depois é que eles podem aspirar a serem lidos”. (MARCONDES FILHO, 2002: 58).

Com a nova crise que tem atingido todos os media, com o fechamento de diversas edições impressas de jornais e revistas, como a *Press Gazette*, após 43 anos de edições, ou meios com edições só em formato digital, como o *Seattle Post-Intelligencer* - após 146 anos de tradição; demissão em massa de profissionais, torna-se cada vez mais necessário que o profissional se ajuste ao seu meio e procure se profissionalizar e especializar, para poder manter-se atual e necessário.

São perguntas, dúvidas, perplexidades ou apressadas certezas que não faltam quando se envolve a discussão sobre o jornalismo, principalmente político, na esfera moral em que se movimenta. A tarefa parece ser difícil na hora de aliar interesses da sociedade, do Governo, o lucro da empresa jornalística e os ideais e valores pessoais do profissional de maneira que o produto final – a notícia – não seja prejudicada em sua qualidade e veracidade. Ou seja, como fazer com que a ética prevaleça acima de tudo e

em todos os aspectos? Karam (1997: 45) explica bem este “drama” vivido pelos jornalistas, que mais parecem estar perdidos em um labirinto:

“Como resolver o problema ético entre perder o emprego e submeter-se a cortes de edição sucessivos em matérias que escreve? (...) Como selecionar, no mar diário de acontecimentos, aqueles que possuem relevância social? (...) Como, no ritmo avassalador do levantamento diário de informações, conciliar uma profunda reflexão sobre a profissão, sobre a necessidade de teorizar sobre o jornalismo e a preocupação com o sentido moral e ético de sua atividade? (...) Como mostrar a moralidade vigente e apontar, ao mesmo tempo, para a consecução de uma nova moralidade? (...) Como aderir a um código moral, se a moralidade é um movimento contraditório, permeado por um conjunto de particularidades éticas ou de éticas particularistas? (...) Como usar métodos lícitos para obter informações se as fontes podem utilizar os ilícitos para escondê-la? (...) Qual a imagem que os jornalistas têm de si mesmo? (...) A consciência individual do jornalista passa a ser juíza dos fatos? (...)”. (KARAM, 1997: 45;47).

O jornalismo é também uma política, pois é uma atividade de organização, ordenação do comportamento no meio social, que possui a capacidade de intervenção, de realização – poder – sendo este uma categoria dentro da sociedade. Ainda que poucos teóricos o vejam como quarto poder agora, ele detém em suas mãos o poder de elevar ou rebaixar governos, pessoas, empresas, instituições, já que o que está escrito nele é lei para muitas pessoas.

Por mais abalada que possa estar a imagem do jornalismo por causa de seus deslizes de conduta ética, geralmente, uma informação que é publicada em um jornal é tida como verdadeira. Qualquer cidadão acredita nisso – ou pelo menos a maioria deles. Não seria por acaso que muitos jornais são utilizados como fontes históricas e até como conteúdo de provas de inquéritos policiais e judiciais.

Assim, o jornalismo político encontra forte e importante base na sua deontologia, que por vezes, é deixada de lado pelo profissional, por variados motivos, como interesses pessoais, empresariais, etc. Não esquecendo que os Governos, geralmente, são os que mais gastam dinheiro com anúncios publicitários. Então, entrar

em conflito com o mesmo pode não ser uma boa perspectiva para a empresa jornalística. Cabe ao profissional lidar e aplicar a sua ética, dentro de uma realidade cada vez mais ferrenha e difusa.

## 2.6 - NOVAS TECNOLOGIAS

A tecnologia, em termos de História, ainda é um fator recente na vida da humanidade. Recente sim, mas já completamente inserida e essencial para parte da população, que já não vivem sem computador, internet, redes sociais etc.

Segundo Castells (2006: 17), a tecnologia não determina a sociedade, ela é a sociedade. “A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias”.

Faustino (2005: 174) afirma que as mudanças na imprensa fazem parte de uma nova era, uma terceira revolução, com a primeira sendo a invenção da máquina de impressão à vapor (1814), a segunda a invenção da linotipia, que compunha palavras e justificava linhas (1884), e a terceira revolução a adoção de computadores nas redações e produções, e a chegada da internet, que provoca uma mudança mais que significativa na lógica de produção dos *media*.

Herbert (2000: 03) cita a definição de Luciano Floridi para definir internet, onde a mesma “lembra uma enorme livraria, onde a cada meia hora uma nova leva de livros é jogada na porta e todo dia se muda a posição dos livros nas prateleiras”<sup>27</sup>. Ou seja, há sempre informação, basta saber procurá-la. E cabe ao jornalista saber ser o intermediador dessa procura.

Até a década de 1980, os *media* sofrem um determinado tipo de controle por parte dos Estados, sendo os mesmos “capazes de influenciar; senão formar, a opinião pública” (CASTELLS, 2007: 374). Cenário esse que se modifica com o surgimento das novas tecnologias; agora são múltiplos os canais de acesso às informações disponíveis a população, além da possibilidade de qualquer indivíduo pode divulgar sua própria notícia.

---

<sup>27</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “(...) resembles a huge library were every half hour a new load of books is dumped at the doors and every day they change the position of the books on the shelves”.

“(…) com efeito, o acesso on-line a informações e a comunicação mediada por computador facilitam a difusão e a localização de informações, proporcionando a interação e a realização de debates em fóruns electrónicos independentes, capazes de escapar a controlo dos media. (...) Mais importante, os cidadãos podem formar, e estão a formar, as suas próprias constelações políticas e ideológicas, contornando as estruturas já estabelecidas, criando desta forma um campus político flexível e adaptável” (CASTELLS, 2007: 495).

Então as tecnologias deixaram de ser um luxo ou algo supérfluo, para fazerem parte e comporem a sociedade, uma sociedade em rede, uma estrutura social baseada em redes produzidas por tecnologia da comunicação e informação, geradas em microeletrônica e em redes digitais, que geram, processam e distribuem informação, “a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (CASTELLS, 2006: 20).

Dominique Wolton (1999: 76) relata que “a identificação do progresso com as nossas tecnologias está por todo lado, esmagadora, omnipresente nos discursos dos homens políticos, dos meios de comunicação e das elites”. Uma sociedade hipersocial, onde todos estão em contato constantemente, composta por indivíduos em rede, mas que ainda assim é individualista.

Desde o antes o surgimento da escrita, as pessoas sempre estiveram em busca de informação e conhecimento, portanto, a sociedade em rede acaba por ser um passo natural na busca de cada indivíduo. É uma sociedade na qual a comunicação em rede transcende fronteiras; é global, difundindo capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia. E ainda que tenha por mote principal a integração global e a fim das distâncias geográficas, ainda não é uma sociedade que inclua à todos.

“Aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica. Porém, como as redes são selectivas de acordo com os seus programas específicos, e porque conseguem, simultaneamente comunicar e não

comunicar, a sociedade em rede difunde-se por todo o mundo, mas não inclui todas as pessoas. De facto, neste início de século, ela exclui a maior parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afectada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social”. (CASTELLS, 2006: 18).

No que concerne aos meios de comunicação nessa sociedade, o aprimoramento da internet, a criação de novos veículos (PDAs, iPad, Kindle, para citar alguns) e redes sociais, promoveram uma grande mudança em suas estruturas, com a concentração dos negócios em grandes conglomerados e um processo comunicativo contrário ao unificado e unidimensional. As várias sociedades existentes, e em vários casos não só as ocidentais, têm partido de um sistema de comunicação em massa para um sistema especializado e fragmentado, em que as audiências são cada vez mais segmentadas, como dito anteriormente (tópico 2.1). Sendo esse novo sistema flexível e variado, cada vez mais há a inclusão de todas as mensagens enviadas, possibilitando aos novos meios de comunicação uma integração mais abrangente de todas as suas fontes num mesmo canal. Logo, a comunicação digital tornou-se menos organizada centralmente, mas absorve uma parte crescente da comunicação social.

“Com a difusão da sociedade em rede e com a expansão das redes de novas tecnologias de comunicação, dá-se uma explosão de redes horizontais de comunicação, bastante independentes do negócio dos media e dos governos, o que permite a emergência daquilo a que chamei comunicação de massa autocontrolada. É comunicação de massa porque é difundida em toda a internet, podendo potencialmente chegar a todo planeta. É autocomandada, porque geralmente é iniciada por indivíduos ou grupos, para eles próprios, sem a mediação do sistema de media. A explosão de blogues, vlogues (vídeo-blogues), *podding*, *streaming*, outras formas de interactividade. A comunicação entre computadores criou um novo sistema de redes de comunicação global e horizontal que, pela primeira vez na história, permite que as pessoas comuniquem umas com as outras sem utilizar os canais criados pelas instituições da sociedade para a comunicação socializante” (CASTELLS, 2006:23;24).

Para Castells (2006: 22), a força de trabalho evolui para a individualização e fragmentação. Os postos de trabalho se modificaram, com a extinção de certos cargos e a criação de outros, a capacidade de trabalhar autonomamente, diminuição do tempo de trabalho de genéricos (aqueles que podem ter os postos de trabalho substituídos por

máquinas) tudo isso influencia o jornalista, esse trabalhador multifuncional pós-moderno.

Em Portugal, esse avanço ainda é mais recente, já que Faustino (2005: 175) demonstra que ela só começou a ocorrer no país há pouco mais de 15 anos, sendo o jornal impresso *Público* o precursor na informatização da sua produção. O autor também cita o estudo realizado pela Associação Portuguesa de Imprensa, de 2003, que afirma que os leitores portugueses procuram na internet informações especializadas, ou seja, buscam informações mais aprofundadas e específicas sobre determinados temas.

Agora, qualquer pessoa com uma câmera e uma conexão, pode divulgar acontecimentos *on line*, que rapidamente se espalham e viram notícias. O jornalista tem na internet uma nova fonte, mas também uma nova barreira, onde tem que se mostrar sempre antenado, em conexão com os novos canais, as novas redes sociais, as novas fontes difusoras de conhecimento. Não basta ter conta no *Twitter*<sup>28</sup>, *Facebook*<sup>29</sup>, *MySpace*<sup>30</sup>, o jornalista precisa ser capaz de manejar programas que criem novas interfaces e dêem um aspecto mais interativo as suas matérias. Não basta mais apenas fazer críticas e análises de discurso e notícias; os profissionais precisam adaptar as suas matérias a formatos atrativos e que permitam que o público interaja e comente, dê a sua opinião e faça parte assim também da construção da notícia.

---

<sup>28</sup> [www.twitter.com](http://www.twitter.com)

<sup>29</sup> [www.facebook.com](http://www.facebook.com)

<sup>30</sup> [www.myspace.com](http://www.myspace.com)

### CAPÍTULO III

#### UM RETRATO DOS JORNALISTAS POLÍTICOS DE PORTUGAL

##### 3.1 – METODOLOGIA

Como dito no começo dessa dissertação, desde o início da civilização, o homem sempre está em busca de meios para registrar seu cotidiano e de obter maior conhecimento. Ele sempre está a procura do “conhecimento verdadeiro”, sobretudo aquele que é perceptível aos seus sentidos. E como registrado na história, ter conhecimento é importante não só para a conscientização da população, mas como forma de saber o seu lugar, a sua importância, seus direitos e deveres dentro de uma sociedade, e entender o mundo ao seu redor; a própria organização da sociedade se faz em torno do conhecimento.

Assim, observa-se que pesquisar é essencial para a compreensão de problemas e realidades, já que a “a pesquisa investiga o mundo no qual se vive, atendendo ao desejo quase que genético do ser humano de conhecer-se a si mesmo e a realidade circundante” (NASCIMENTO, 2002: 55). A pesquisa tem por objetivos resolver problemas específicos, gerar teorias ou avaliar teorias já existentes, corroborando ou refutando alguma informação ou fato que se tenha. E para que ela ocorra, para que se investigue a fundo alguma questão, são essenciais determinadas virtudes, como curiosidade, perplexidade, o desejo de saber mais sobre um fenômeno, a capacidade de problematizar, tornando o investigador um caçador empenhado de seu alvo, tal como o jornalista o é, tantas vezes. Kummar (2005: 02) afirma que mais do que um conjunto de métodos, pesquisar é uma forma de pensar.

Pensar e pesquisar são formas de desenvolver conhecimento, que Nascimento (2002: 04) afirma ser uma maneira de interpretar e apreender o mundo, com variados tipos, todos presentes no cotidiano humano: conhecimento vulgar (ou senso comum, é o obtido sem nenhum rigor metodológico, mas é o que está mais presente no dia-a-dia da população em geral); conhecimento religioso (é fundamentado em dogmas e ritos aceitos pela fé); conhecimento filosófico (é aquele que estuda as leis mais gerais do ser, para assim fazer juízos de realidade e de valor), e o conhecimento científico (é aquele

obtido por meio de metodologias, comprovações, é o sistemático) (NASCIMENTO, 2002: 04;05).

A filosofia chama de epistemologia a teoria do conhecimento, que estuda a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento que reside entre crença e verdade. É o instrumento mental e sensorial capaz de proporcionar o conhecimento verdadeiro (NASCIMENTO, 2002: 21). Mas além do teor filosófico, faz-se necessário, para que o conhecimento seja completo, se conjugar conhecimento empírico e teórico com pesquisas práticas e de campo, porque assim se tem uma percepção mais completa do objeto estudado. Assim sendo, conhecimento teórico e prático (método) devem andar juntos.

“O conhecimento científico é uma construção, como as restantes formas de conhecimento. Não é algo pronto, acabado ou definitivo. Não corresponde a posse de verdades absolutas, mas todo o conhecimento científico necessita de ser provado e qualquer investigador, repetindo os procedimentos de uma determinada investigação, deve chegar as mesmas conclusões. Por isso, a ciência é conhecimento geral e universal, pois, enquanto não for invalidado, o conhecimento científico de um caso é válido para todos os casos do mesmo tipo, independentemente do sujeito de conhecimento” (SOUSA, 2006: 321).

Para conhecer é necessário o uso de estratégias capazes de fixar o pensamento, de acordo com o objeto de estudo (forma, também, de limitar a parcialidade do investigador), escolher um caminho, uma forma que garanta a obtenção da verdade; surge então a necessidade do método, um “conjunto de meios e processos utilizados durante a busca da verdade, capazes de garantir o seu alcance” (NASCIMENTO, 2002: 27), e assim, melhorar e avançar a base do conhecimento profissional do pesquisador.

Dentre os vários métodos existentes, faz-se necessária a busca por entender cada um deles, para que seja escolhido o que mais se adequa a cada pesquisa. A validade dos resultados de uma pesquisa depende inteiramente dos métodos de pesquisa adotados pelo investigador (KUMMAR, 2005: 04).

Os que mais se adequam a presente dissertação são: o método indutivo, que é aquele que visa a obtenção de leis gerais, capazes de explicar a realidade. Esse método parte de fatos resultantes de observação de um meio, um objeto ou problema, nesse caso específico a observação do meio jornalístico, com ênfase no jornalismo político. Junto com o método indutivo, também será utilizado o método monográfico, que segundo Nascimento (2002: 28), é aquele que permite, mediante o estudo de casos isolados ou de pequenos grupos (o dos jornalistas políticos), entender determinados fatos sociais (um retrato de como eles são e os métodos de trabalho por eles utilizados).

“Mais de que um conjunto de competências, pesquisar é uma maneira de pensar: análise crítica dos vários aspectos do seu dia-a-dia profissional no trabalho, compreensão e formulação de princípios que governem um determinado procedimento, e desenvolvimento e teste de novas teorias para o reforço de sua prática”. (KUMMAR, 2005: 02)<sup>31</sup>.

Os requisitos básicos para o planejamento de uma pesquisa são: escolha do tema, delimitação do assunto, levantamento ou revisão bibliográfica, formulação dos problemas, construção de hipóteses, indicação das variáveis, delimitação do universo (amostragem), seleção dos métodos e técnicas a serem aplicados, bem como avaliação e interpretação dos resultados por meio de análise estatística adequada. Seguindo cada uma dessas premissas, temos a delimitação da metodologia.

As ciências sociais, onde estão os estudos comunicacionais, diferem-se das ciências físicas e matemáticas já que não são passíveis de quantificação; como Nascimento (2002: 90) afirma “o objetivo das ciências sociais não é obter generalizações e sim compreender casos particulares”, assim, surge a pesquisa qualitativa, para lidar com motivos, significados, crenças, valores, relações etc. que não

---

<sup>31</sup> Tradução livre do seguinte excerto: “More than a set of skills, research is a way of thinking: examining critically the various aspects of your day-to-day professional work; understanding and formulating guiding principles that govern a particular procedure; and developing and testing new theories for the enhancement of your practice”.

podem ser quantificados ou explicitados em dados sólidos ou numéricos. Assim sendo, ao lidar com pessoas reais e seu cotidiano de trabalho, faz-se necessário o uso de um método que possa explorar e entender os seus problemas e variáveis, já que o sujeito e o problema estão intimamente ligados.

“Na pesquisa qualitativa todos os pesquisados são reconhecidos como sujeitos que elaboram conhecimento e produzem práticas capazes de intervir nos problemas que identificam. Em assim sendo, a relação entre pesquisado e pesquisador é interativa, devendo todos os envolvidos participarem de todas as etapas da investigação, desde a definição do problema até a construção coletiva dos resultados”. (NASCIMENTO, 2002: 91).

Uma das metodologias utilizadas nessa dissertação dentro do método qualitativo é a entrevista em profundidade, já que é entendido que é uma das melhores formas de explorar um determinado tema, pois a mesma visa a recolha de indicações sobre opiniões, atitudes e comportamentos prováveis (BARATA, 2007: 167).

As pesquisas qualitativas têm um caráter exploratório: elas buscam estimular que os entrevistados pensem livremente sobre um determinado tema ou problema, sendo este último, determinado pela questão lançada pelo investigador. Por ter essa característica, pesquisas qualitativas tendem a ser mais subjetivas, fazendo com que nas respostas dos entrevistados surjam motivações implícitas de maneira mais espontânea. Elas são importantes para a apreensão e conhecimento da natureza da questão problematizada.

Para as características técnicas metodológicas desta dissertação é utilizado o texto de Jorge Duarte, *Entrevista em Profundidade*, presente no livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação* (2006), por explicitar e detalhar bem as características dessa metodologia, considerada a mais adequada ao tema por permitir fazer um retrato sobre quem são os jornalistas políticos em Portugal, saber os motivos pelos quais determinadas fontes jornalísticas são utilizadas, como são acessadas, suas dificuldades, problemas, seu meio de trabalho, a maneira como se relacionam com

outros companheiros de profissão, e a forma como os políticos vêem esses profissionais especializados em cobrir o meio onde atuam, sua relação com a imprensa e os meios pelos quais se dirigem ao público; além de buscar uma terceira opinião, como um observador especialista nesse meio, os politólogos.

“É uma pseudoconversa realizada a partir de um quadro conceitual previamente caracterizado, que guarda similaridade, mas também diferenças, com a entrevista jornalística. São próximas no objetivo de buscar informações pessoais e diretas por meio de uma conversação orientada, no cuidado, rigor e objetivo de compreensão (...) e na noção de que há, explicitamente, um participante interessado em apreender o que o outro tem para oferecer sobre o assunto”. (DUARTE, 2007: 64).

São encontrados nessa pesquisa dois tipos de entrevistas em profundidade. A primeira, e mais importante, é realizada com cinco jornalistas políticos dos maiores media impressos com circulação nacional em Portugal, entre eles, dois jornais diários (Público e Jornal de Notícias); dois semanários (Expresso e Sol); e uma revista semanal (Sábado)<sup>32</sup>.

Essa amostragem é válida como modo de comparar como é a metodologia de trabalho de cada profissional, se se assemelham ou não, como cada um lida com suas fontes, como eles vêem o seu trabalho, se acham que compõem uma categoria, como relacionam-se em seus iguais, etc.; isso permite analisar se, independentemente das diretrizes editoriais de cada empresa onde trabalham, a forma como trabalham diferem uma das outras, ou se sua metodologia de trabalho, enquanto jornalistas especializados em Política, é igual, de modo que as perguntas são formuladas de modo a responder esses questionamentos, seguindo os seguintes parâmetros:

“Os temas a desenvolver numa entrevista em profundidade devem limitar-se aqueles que são pertinentes para a pesquisa. Além disso, como se viu para os inquéritos, as questões devem ser formuladas com clareza, não devem ser dirigidas ou avaliativas (nomeadamente acerca daquilo que o entrevistado disser) e devem ser acessíveis aos

---

<sup>32</sup> Para um efeito mais abrangente e aprofundado dessa dissertação, primeiramente buscou-se um número maior de entrevistados, o que não foi possível devido à indisponibilidade dos mesmos.

conhecimentos, competências e memória do entrevistado. As palavras usadas têm de ser devidamente ponderadas, tal como a ordem das questões” (SOUSA, 2006: 78;79).

O segundo tipo de entrevista é feita com cinco políticos dos cinco maiores partidos políticos e com maior representatividade dentro do país, dentre eles Partido Socialista (PS), Partido Centro Democrático Social (CDS), Partido Social Democrata (PSD), Bloco de Esquerda (BE) e Partido Comunista Português (PCP). A relevância dessas entrevistas reside no fato de ver o outro lado do trabalho dos jornalistas: como eles são vistos pelos próprios políticos, como enxergam o trabalho que é feito e a sua relação com esses profissionais.

Duarte (2006: 68) afirma que é preferível um número reduzido de entrevistados, mas que possam dar informações confiáveis e relevantes sobre o tema de pesquisa. Portanto, foram selecionados profissionais com anos de prática dentro do jornalismo políticos e atores políticos com expressividade dentro do cenário atual.

“É possível, entrevistando pequeno número de pessoas, adequadamente selecionadas, fazer um relato bastante consistente sobre um tema definido. Relevante, neste caso, é que as fontes sejam consideradas não apenas válidas, mas também suficientes para responder à questão de pesquisa, o que torna normais, durante a pesquisa de campo, novas indicações de pessoas que possam contribuir com o trabalho e, portanto, ser acrescentadas à lista de entrevistados” (DUARTE, 2006: 68; 69).

Como explicitado pelo autor, no decorrer da investigação, pode-se chegar ao ponto em que se faz necessária a busca por outras fontes de informação, no caso, os politólogos, que viriam a dar contribuição enquanto um observador especializado do meio político. São relatadas duas entrevistas, feitas por email, com dois politólogos de Portugal, classificadas dentro da entrevista em profundidade.

É latente a seleção intencional dos entrevistados, feita por juízo particular, como forma de reconhecimento informação que os entrevistados têm a acrescentar ao tema; os

entrevistados escolhidos assim o são por sua representatividade dentro da categoria em que estão inseridos, seja pelo tempo em que trabalham na área, sua importância ou ainda mesmo sua especialização na mesma.

Seguindo a classificação de Duarte (2006: 70), percebe-se que os entrevistados podem ser classificados como informantes-chaves (jornalistas políticos e os próprios políticos), dada a sua relevância dentro do jornalismo político e informantes-complementares (políticos), que são fontes de oportunidade que surgem no decorrer da investigação.

As entrevistas assumem um caráter neutro, buscando a impessoalidade e o equilíbrio na relação investigador-entrevistado, e são classificadas como semi-abertas e dirigidas, já que partem de um roteiro base - as questões numa ordem estabelecida remetidas a cada um dos entrevistados, e sua vantagem “é permitir criar uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes informantes (...)” (DUARTE, 2006: 67). Informações essas que serão relevantes para montar um retrato sobre esses profissionais jornalistas.

## 3.2 – RESULTADOS SEGMENTADOS E INTERPRETAÇÃO

### 3.2.1 – Os jornalistas

De modo a tornar mais fácil a compreensão dos dados obtidos, estão compiladas e resumidas as entrevistas feitas com os jornalistas políticos dos dois jornais diários (Público e Jornal de Notícias); dois semanários (Expresso e Sol); e uma revista semanal (Sábado)<sup>33</sup>. Essas entrevistas são importantes para tornar reais as percepções sobre a cerca de quem são esses profissionais, já que esse método de pesquisa ajuda a melhor compreender o objeto que está sendo analisado.

“A finalidade da entrevista em profundidade é obter de uma pessoa dados relevantes para a pesquisa. A sua principal vantagem, como o nome indica, reside na possibilidade de se obterem informações pormenorizadas e aprofundadas sobre os valores, experiências, sentimentos, motivações, idéias, posições, comportamentos etc., dos entrevistados” (SOUSA, 2006: 378).

Opta-se pela apresentação dos resultados das entrevistas em profundidade em formatos de grelhas de análise, de forma a obter uma melhor interpretação e aprofundamento a cerca das respostas obtidas nas mesmas.

**TABELA 1 – ESPECIALIZAÇÃO E MÉTODO DE TRABALHO.**

Perguntas/ Jornalistas	Especializado em política	Tribo	Sentimento de união	Metodologia de trabalho	Trabalha de forma semelhante
<b>Pinto (Expresso)</b>	Sim, principalmente pela forma que prepara o seu trabalho	Sim	Apenas no sentido de partilha de interesses	Estar informado e em contato com as fontes	Sim
<b>Soares (JN)</b>	Sim, é a área de eleição	Se considera parte de um grupo	Sim, uma cumplicidade	Negociação com as fontes	Não acompanha o cotidiano de outros jornalistas da área
<b>Matos (Sábado)</b>	Sim, pois já faço política há vários anos	São um grupo, mas não considera uma tribo	Não há união ou desunião	Tem um método específico do seu veículo	Talvez não
<b>Rainho (SOL)</b>	Sim, é a área onde sempre	Sim	Há união entre os jornalistas	Falar regularmente	Sim

<sup>33</sup> A transcrição de todas as entrevistas encontra-se na Lista de Apêndices.

UM RETRATO DOS JORNALISTAS POLÍTICOS DE PORTUGAL

	trabalhou		em geral	com as fontes	
<b>Fontes (Público)</b>	Sim, dominante	Não	Não	Tenho, mas não são sempre iguais	Sim

Phillipe Bordieu (TRAQUINA, 2005: 19) escreve que ninguém é capaz de compreender as notícias sem compreender quem são os “agentes especializados” da notícia, os jornalistas. E como corroborado pelos os resultados da na tabela 1, todos os profissionais se consideram jornalistas especializadas em política, seja por ser a sua área de eleição, seja por já estarem a trabalhar na profissão há anos. Eles voltam sua atenção e devoção totalmente para essa área, tornando-se assim mais capacidades que os outros jornalistas generalistas.

Ainda que sejam todos especializados em política, Fontes não os vê como uma tribo, e sim como jornalistas em geral, enquanto Pinto e Rainho acreditam que sim, eles compõem um tribo de jornalistas com especialidade em política. Matos e Soares preferem a definição "grupo". Matos chega a afirmar: “Os jornalistas cobrem as mesmas áreas, seguem certos códigos, maneiras de interpretar as coisas, conhecem as mesmas coisas, têm memórias parecidas. Sob esse ponto de vista, formam uma unidade, mas não sei se uma tribo”.

Seja como tribo ou grupo, os jornalistas acabam por assemelhar-se entre si, com códigos e condutas de trabalho semelhantes, ainda que não percebam, formando sim uma espécie de unidade profissional, tendo uma mesma posição dentro da sociedade, que como Serrano (2006a: 96) é a de posição-chave na transmissão da governação de um estado.

Sentimento esse que perpassa a cerca da união entre os profissionais, que também gera respostas diferentes. Pinto acredita em união encontrada apenas pela partilha de interesses em comum, como as mesmas fontes, os mesmo lugares de trabalho etc.; Soares afirma haver uma cumplicidade entre os colegas de profissão;

Matos não vê união, mas tampouco desunião; Rainho acredita em uma união entre os jornalistas em geral, enquanto para Fontes a resposta é um firme não. O sentimento que se tem de uma maneira geral é de que mesmo que não percebam, os jornalistas são unidos como classe; podem ter suas divergências enquanto jornalistas especialistas, mas ainda assim são jornalistas.

Os cinco jornalistas acreditam que falar regularmente com as fontes é a sua principal metodologia de trabalho, e isso talvez reflita-se na maioria acreditar que trabalham de formas semelhantes aos outros jornalistas da área. Fontes também ressalta que toda metodologia depende de cada ator a que está relacionada. Rogério Santos (2002: 04) afirma que “a notícia é fruto da relação e negociação entre jornalistas e fontes, entre várias fontes, jornalistas, meios noticiosos, organizações das fontes e a sociedade em geral”, sendo assim, é compreensível e até esperado que as metodologias de trabalho versem a cerca dessas mesmas fontes.

**TABELA 2 – CONSTRANGIMENTOS E PAPEL SOCIAL**

<b>Perguntas/ Jornalistas</b>	<b>Jornalismo de qualidade</b>	<b>Código deontológico</b>	<b>Constrangimentos</b>	<b>Imparcialidade</b>	<b>Busca pela verdade</b>
<b>Pinto (Expresso)</b>	Muito relativo	Sim	Cumprir o timing	Com dificuldade	Procura transmitir o que está a acontecer
<b>Soares (JN)</b>	Sim	Sim	Tempo	Tenta ser o mais objetiva possível	Sim
<b>Matos (Sábado)</b>	Sim	Sim	Acesso à informação	Tenta ser o máximo possível	Sim
<b>Rainho (SOL)</b>	Sim	Sim	Nunca sentiu	Não é difícil ser imparcial	Sim
<b>Fontes (Público)</b>	Alguns	Acho que sim	Falta de tempo	Não é difícil, é a matriz da verdade	Sim

O jornalismo português é visto por eles como um jornalismo de qualidade, conforme a tabela número dois; todos acreditam no trabalho que o fazem, já que se dedicam à isso. Novamente, ser um jornalistas especializado implica que eles saibam mais sobre o assunto que outros jornalistas. Suas leituras versam sobre isso, suas conversas também, seus hábitos profissionais. Como indivíduos dedicados ao trabalho que realizam, os jornalistas vêem nele um trabalho pautado pela qualidade, veracidade e

dedicação. Valores que Bahia (1990: 40) ressalta serem imprescindíveis para o exercício da profissão.

Esses jornalistas afirmam que seguem a risca o código deontológico da profissão, que consideram sagrado. Preceito importante já que como Pina (2000: 43) explicita é importante para garantir ao público que o que o jornalista está a escrever é o real, o concreto. Pena (2006: 215) relata que quem tem sua reputação manchada pelos media nunca consegue recuperá-la, residindo aí a importância desses códigos dentro do trabalho do jornalista político.

Bahia (1990: 50) também escreve que uma imprensa que depende de algo ou alguém não pode ser confiável, e os jornalistas sabem disso. Por isso buscam sempre escrever com imparcialidade. O poder do jornalista está pautado pela confiança que o público tem na sua “pena”, se ele faltar com a verdade, dificilmente será credível outra vez. Buscar a verdade é essencial, e todos o afirmam fazer, mesmo que seja uma verdade pautada pelo que eles acreditam está a acontecer.

**TABELA 3 – FONTES E MATERIAL.**

<b>Perguntas/ Jornalistas</b>	<b>Papel das fontes</b>	<b>Fontes nos partidos políticos</b>	<b>Onde encontrar</b>	<b>Material político</b>	<b>Troca de informações</b>
<b>Pinto (Expresso)</b>	Fundamental	Sim, mantendo contacto regular	Partidos políticos	Campanhas políticas	Sim
<b>Soares (JN)</b>	Essencial	Sim	Conferências de imprensa	Congressos partidários	Sim
<b>Matos (Sábado)</b>	Essencial	Sim	Como já trabalha há muito tempo, sabe a quem recorrer	Conversa com fontes	Às vezes trocam comentários
<b>Rainho (SOL)</b>	Essencial	Sim, mantendo contacto	Parlamento	Entrevistas com políticos	Trocam opiniões
<b>Fontes (Público)</b>	Muito importante	Sim, telefonando	Rosto da notícia	Entrevista e debate	Sim

Como analisado na tabela número três, não há como negar o peso que as fontes têm no trabalho jornalístico. Sem elas, não há notícia, só especulação. Então talvez seja redundante usar palavras como "fundamental" e "essencial" quando descrever o seu papel. Os jornalistas sabem que precisam das fontes, precisam que elas confiem neles e estejam dispostas a ajudar no seu trabalho. Para Correia (1998: 56) um dos pontos cruciais dentro do trabalho jornalístico é saber como lidar e tratar essas fontes, o que os jornalistas também afirmam saber; quanto mais próximos forem das fontes, e maior contato manter com as mesmas, melhor acesso à informações terão, às vezes, até com exclusividade.

E como trabalham já há anos nesse ramo, é mais do que natural eles já saberem a quem recorrer quando precisam da notícia, exemplificado por Filomena Fontes que afirma recorrer sempre ao rosto da notícia. Além disso, buscar por novas fontes em conferências de imprensa e no próprio Parlamento também são relevantes. As notícias estão onde as fontes estão. Para Sofia Rainho ajuda também “ir com regularidade as sedes dos partidos”.

Cantanhêde (2006: 190) estabelece que ser cordial e objetivo, buscando sempre se mostrar confiável, é uma forma de estar próximo às fontes, de ganhar sua credibilidade, de modo que as entrevistas são consideradas a melhor forma de obter informações quando já se conhece a fonte. Os jornalistas políticos sabem disso e buscam sempre estabelecer uma relação de simpatia para com os atores políticos.

E já que buscam uma relação de proximidade com as fontes, eles também relacionam-se de maneira amistosas, procurando trocar informações, comentários e opiniões entre si, mas salvaguardando fatos que considerem ser exclusivos e importantes para sua matéria e veículo.

**TABELA 4 – RELAÇÃO COM POLÍTICOS**

Perguntas/	Estratégias	Comunicação	Dependência	Influência na	Feedback
------------	-------------	-------------	-------------	---------------	----------

UM RETRATO DOS JORNALISTAS POLÍTICOS DE PORTUGAL

<b>Jornalistas</b>	<b>ao falar com políticos</b>	<b>política</b>	<b>dos políticos</b>	<b>opinião pública</b>	
<b>Pinto (Expresso)</b>	Não	Com alguma dificuldade	Dependente no sentido de necessitar das informações	Papel importante	Não muito
<b>Soares (JN)</b>	Objetiva	Relação amigável	Não é uma questão de dependência	Sim	Sim
<b>Matos (Sábado)</b>	Educado	Depende dos assessores	É inevitável	Sim	Mais dos políticos
<b>Rainho (SOL)</b>	Não	Lida facilmente	Existe uma relação de dependência	Sim	Sim
<b>Fontes (Público)</b>	Sim	Lida bem	Não	Não	Sim

Talvez pelo fato de buscarem ser objetivos e cordiais com as suas fontes, a maior parte dos jornalistas não acredita em estratégias para falar com os políticos. Matos afirma apenas ser objetivo (ver tabela número quatro). Soares ressalta: “a forma que eu tenho pra lidar com as fontes é com confiança, confiar em mim”.

Torna-se comum e recorrente, com o maior destaque os políticos têm devido aos media, a utilização de empresas de comunicação política para ajudar os políticos a lidarem com o jornalismo. Uma relação muito pontuada pelo conflito, já que vários jornalistas reclamam da dificuldade que têm para chegar aos políticos por meio dos seus assessores. Vitor Matos afirma que essa dificuldade varia de assessor para assessor. O trabalho dos assessores políticos ganha cada vez mais força quando os políticos tornam-se cada vez mais influentes e com destaque na imprensa, o que por vezes prejudica o trabalho do jornalismo. Um outro constrangimento citado anteriormente pelos jornalistas é esse acesso as fontes, o acesso às informações.

A relação entre jornalistas e políticos sempre foi uma relação interligada. O jornalismo surge com um cariz extremamente crítico e político (TENGARRINHA, 1965: 53). A imprensa tinha o dever de lutar para melhorar as condições da sociedade e relatar os abusos e irregularidades. Por estar tão próximo da política, interagir com a mesma e ser responsável por transmitir as decisões dos atores, os jornalistas políticos passaram eles próprios a também influenciar a esfera política. Citando novamente Gans

(2004: 117), “enquanto as fontes tentam ‘administrar’ as notícias, colocando o foco em si mesmos, jornalistas, ao mesmo tempo, ‘administram’ as fontes de modo a extrair das mesmas o que querem”, uma relação cíclica, e muito questionada a cerca de dependência de um para com o outro.

Para o jornalista do Sábado, Vitor Matos, pode ser sim uma relação balanceada, desde que os jornalistas não sacrifiquem uma noticia para não perder a fonte, mas que ainda assim é uma relação baseada na dependência mútua.

“É inevitável. Eu não consigo fazer as minhas histórias sem os políticos, e os políticos não conseguem passar a mensagem sem os jornalistas, e sem uma certa submissão aos jornalistas. Tentaram vender aos jornalistas que o que estão a vender é importante, lhe darem espaço para aquilo que tem a dizer, e os jornalistas procuram coisas nos políticos que valem a pena dar espaço. Isso é inevitável, desde que seja uma relação equilibrada”<sup>34</sup>.

Apenas Fontes afirma não haver uma relação de dependência entre jornalistas e políticos, opinião que talvez se explique no fato da jornalista acreditar que não pode depender de nada ou ninguém, ou o seu trabalho estará comprometido, como afirma o autor Juarez Bahia (1990: 50).

Filomena Fontes também não vê o jornalismo político como uma influência na opinião pública. Por um lado, a jornalista do Público pode crer que hoje o jornalismo impresso já não tenha tanta força, como os outros meios. Enquanto os demais acreditam no papel importante dos media, já que isso significa acreditar e agregar valor ao seu próprio trabalho.

E uma forma de saber se o seu trabalho está agradando, ou não, é o *feedback* de que os lê. Todos os jornalistas entrevistados afirmam receber retorno a cerca daquilo que escrevem, uma forma de comprovar que os cidadãos respondem ativamente aos

---

<sup>34</sup> Excerto da entrevista dada à autora e disponível no Apêndice 5.

media. Mas os jornalistas também ressaltam que recebem principalmente dos políticos, sejam com sugestões ou com críticas. “(...) alguns ligam pra fazer alguma correção. Ou então ligar para dizer que não gostaram da notícia. Ou pelo contrário, para dizer que gostaram”, lembra Rainho. Mesma afirmação de Ricardo Pinto: “Já é mais freqüente com as fontes de informação, que por causa desse contato regular, (...) é muito natural que essa pessoa me comente o artigo que eu escrevi, dando a sua opinião”.

**TABELA 5 – DISCURSO E PAPEL DO JORNALISMO**

<b>Perguntas/ Jornalistas</b>	<b>Soundbite</b>	<b>Manipulação pelo discurso</b>	<b>Discursos políticos mais uniformizados</b>	<b>Novos meios tecnológicos</b>	<b>Papel do jornalismo político</b>
<b>Pinto (Expresso)</b>	Soundbite é muito útil	Sim	Sim	Claro que sim	Intérpretes
<b>Soares (JN)</b>	Antes era pior	Sim, claramente	Não	Sim, um pouco	Ligação entre político e público
<b>Matos (Sábado)</b>	Tentam dizer tudo da melhor forma	Sim, é o que se tenta fazer enquanto jornalista	Sim, mas nem sempre funcionam	Sim, usa o Twitter	Um só jornalista pode causar catástrofes
<b>Rainho (SOL)</b>	Tentamos resistir	Sim, completamente	Sim	Não, não tem por hábito ir a blogues	Tentar interpretar e decodificar o que está em causa
<b>Fontes (Público)</b>	Utilizam muito	Às vezes sim, noutras não	Sim	Sim, mais informação	Não se diferencia de qualquer outro papel, ajuda as pessoas a serem livres

Os media mudam e também os discursos políticos, de modo a se adaptarem a essa mudança. Hoje, todos os políticos usam soundbite, como afirma Hoog (2001: 30), um fato também confirmado pelos dos jornalistas entrevistados; Pinto acredita ser útil e Rainho afirma que os próprios jornalistas tentam de resistir à eles. Serrano (2006b: 37) afirma que hoje os políticos produzem “menus”, que são servidos aos jornalistas, e às vezes, estão tão bem produzidos que torna-se difícil resistir ao seu uso, como explicita Sofia Rainho (tabela número cinco). Mas para Carla Soares, “(...) há uns anos era pior. Há uns anos, na época dos comícios, isso acontecia mais, eram sempre as mesmas idéias”. Assim como a autora, eles também crêem na maior uniformização dos discursos políticos. “É organizar o discurso para que ele caiba no tipo de jornal, (...) e depois, também, tentar agradar aquilo ao que eleitores procuram”, opina Pinto.

Ainda que os políticos ofereçam “menus”, por vezes, irresistíveis, o papel do jornalista é identificar quando algum deles tenta manipular um fato por meio do seu discurso, ainda que por vezes seja difícil, como ressalta Fontes. Para Vitor Matos, “o trabalho permanente do jornalista é estar a tentar desmontar as peças do discurso político”. Seu papel é ser o decodificado: ele está presente na política, ele está onde a população média não chega, cabe a ela relatar com veracidade o que realmente acontece, e não o que talvez os políticos queiram deixar transparecer.

Além de lidar com uma sociedade sempre em mutação, os jornalistas também tem que estar sempre atento a novas e constantes aprendizagens, principalmente para um uso melhor dos novos instrumentos eletrônicos, uma nova era considerada por Faustino (2005: 174) como a terceira revolução.

Blogues, Twitter, Facebook, MySpace, e o já não tão novo serviço de mensagens instantaneas, Messenger, são os meios pelos quais os jornalistas também buscam e divulgam informações. Castells (2007: 495) relata que os cidadãos podem contornar as usuais meios de informação, assim como os jornalistas. Pinto afirma: “É frequente, antes de escrever uma peça pra o Expresso (...) eu consultar redes sociais, como o twitter, blogues de informação política para me ajudarem a compreender aquilo sobre o que eu vou escrever”.

Mas ainda há aqueles que resistem. Sofia Rainho cita que os meios tecnológicos ainda não influenciaram a forma como trabalha, apesar de afirmar fazer uso dos mesmos. “Eu não sou uma info-excluída”.

Todos acreditam no papel do jornalismo político na sociedade, um poder que Deuze (2005: 446) afirma ser legitimado pela ideologia da importância do jornalismo

político para o meio em que está inserido. O que é confirmado pelos jornalistas, ainda que com idéias diferentes. Pinto acredita no papel do jornalista enquanto intérpretes da política; Soares como o responsável pela ligação entre político e público; Matos acredita no poder dos jornalistas; Rainho também acredita que ele deve interpretar e decodificar o que está em causa; enquanto Fontes afirma que o jornalismo político ajuda as pessoas a serem livres.

Afinal, ser um jornalista político é estar no centro do poder, no local onde tudo e todos acontecem. E ser, acima disso, uma parte importante desses acontecimentos.

### 3.2.2 – Os políticos

O mesmo esquema da compilação de dados das entrevistas com os jornalistas será utilizado aqui, com as entrevistas em profundidade realizadas com políticos dos seguintes partidos: Bloco de Esquerda, Partido Socialista, Partido Socialista Democrático, CDS, e Partido Comunista Português<sup>35</sup>.

<b>TABELA 6 – RESPOSTAS DOS POLÍTICOS</b>					
<b>Político / Perguntas</b>	<b>RELVAS (PSD)</b>	<b>LOPES (BE)</b>	<b>SÁ (PCP)</b>	<b>SAMPAIO (PS)</b>	<b>BRANCO (CDS-PP)</b>
<b>Jornalismo político português</b>	Tem jornalistas de grande qualidade	Repetitivo, redundante e com pouco espaço para investigação	Bipolar (PSP e PS) e parcial	Deveriam estar mais preparados	Existe bom e mau
<b>Papel dos media</b>	Papel forte	Fundamental, como um contra-poder	Há muita governamentalização dos media	Fundamental	Essencial
<b>Retrato fiel dos políticos</b>	Nem sempre	Não, difundem uma idéia errada	Não, muita criação de mitos	Às vezes não, há muita deturpação	Retrata o que deixa conhecer
<b>Influência na população</b>	Afastam a população da política, muito politiquês	Despolitizam a esfera pública	Tendência a descredibilizar os políticos	Às vezes nem sempre da melhor forma	Sim, grande responsabilidade
<b>Escolhe para quem divulgar notícias</b>	Valoriza o papel da pessoa que conhece	Depende, procura media com grande circulação	Conferência de imprensa	Depende	Não escolho

<sup>35</sup> A transcrição de todas as entrevistas encontra-se na Lista de Apêndices.

UM RETRATO DOS JORNALISTAS POLÍTICOS DE PORTUGAL

<b>Mantém laços com jornalistas</b>	Sim, com vários	Sim	Sim	Boa relação	Sim, amigos
<b>Relação com a imprensa</b>	Boa relação	Cordial, de simpatia mútua	Cordial e de respeito mútuo	Positiva	Boa relação
<b>Contacto com os media</b>	Conhece a maioria de longa data	Telefone, email e conferência de imprensa	Por conferências de imprensa	Telefone	Via gabinete de comunicação
<b>Metodologia para falar com os jornalistas</b>	Não	Sim, forma é conteúdo	Não, mas procura avaliar o público alvo antes	Não	Não
<b>Personaliza o que divulga</b>	Sim, consoante o jornalista	Depende	Não	Sim	Não
<b>Como lida com o que é publicado</b>	Com muita paciência	Às vezes fica irritado	Às vezes o agrada, noutras não	Não teve problemas	Complicado, cuidado com a mensagem
<b>Anonimato</b>	Não acha positivo	Depende, mas tende a evitar	Não	Não acha bom, nem nunca recorreu	Nunca

O jornalismo é uma profissão polêmica. Ora vista como salvadora, ora como cúmplice do poder corrompido. Os políticos vêem sérios problemas nos jornalismo político português, definindo-o como redundante e repetitivo (Lopes), bipolar e parcial (Sá) e com falta de maior preparação (Sampaio), como compilado na tabela número seis. Relvas acredita que há jornalistas com grande qualidade apesar de suas falhas, já Branco afirma haver o bom jornalismo e o mau jornalismo. Há anos o jornalismo vem sofrendo com acusações de não cumprir seu papel enquanto quarto-poder. Em parte isso pode ser explicado pelos constrangimentos que esse profissional tem de lidar.

“Como obter uma boa matéria e escrevê-la com talento e precisão, se o jornalista trabalha em três lugares diferentes, ganha mal, vai à rua com três ou quatro pautas e possui tempo delimitado para tudo isso? Como conciliar os métodos do jornalismo investigativo, que desconfia das declarações, com um modelo de jornalismo declaratório, que esconde bastidores?” (KARAM, 1997: 45).

Eles também não acreditam que os media façam um retrato fiel dos políticos. Sá afirma: "eu acho que há nitidamente a criação de mitos por parte da comunicação social (...), como o salvador de pátria, e vão se criando essas imagens que depois não correspondem a verdade". Mas por outro lado, a resposta à essa afirmação esteja nas

falas de outro político, Álvaro Castelo Branco: “A comunicação social retrata o que o político deixa conhecer ou o que quer que se conheça, e isso pode não corresponder a realidade”.

Na questão da influência na população, Relvas condena "acho que afastam a população da política, porque os meios de comunicação retratam muito o lado mau, o lado mesquinho, o lado de combate, o lado da pequena política e muitas vezes, da baixa política". Vários autores escrevem a cerca disso. Não é uma reclamação nova, muito pelo contrário. Os jornalistas têm espetacularizado cada vez mais o seu trabalho, seja para cumprir suas linhas editoriais, seja para atrair mais audiência.

Ainda que com falhas, todos os políticos acreditam no papel dos media; eles o vêem como fundamental e importante para a sociedade. Como diz Branco, “só há um meio de chegar às pessoas que é via comunicação social”. E só há um meio de uma sociedade se tornar forte e justa, e é com conhecimento.

Quando têm de divulgar alguma notícia, os políticos agem de forma diferente uns dos outros. Branco afirma não fazer escolha de para quem divulgar ou não. Relvas procura valorizar o jornalismo com papel que já conhece; Lopes afirma que é uma variável, mas geralmente busca meios com grande circulação; Sampaio afirma que depende da notícia; já Sá faz sua divulgação por meio de conferências de imprensa.

Miguel Relvas afirma personalizar o que divulga conforme o jornalista, assim como Sampaio. Já Branco e Sá afirmam que não personalizam. Lopes afirma que depende do contexto e da ocasião. Essas respostas mostram que sim, os discursos políticos muita das vezes vem em forma de menu, consoante a quem o vai consumir, a que público está destinado, como afirma Serrano (2006b: 37).

Apesar das diferenças a cerca da qualidade e da influência do jornalismo, todos os políticos, assim como dito pelos jornalistas, afirmam manter boa relação com esses profissionais, confirmando que o relacionamento entre dois é primeiramente baseado na cordialidade. "Não é uma relação de amizade ou de proximidade, mas é uma relação de cordialidade, não me lembro de ter feito nenhuma queixa a alguma entidade reguladora quanto a algum meio de comunicação", ressalta Lopes. Esse contato, geralmente, é mantido por base de telefonemas, emails e conferências de imprensa, como afirmam esses atores.

Desde o início da história, há atritos entre governos e medias. Também afirmam não lidar muito bem com o que é publicado pelos jornalistas. "(...) temos que entender que determinadas coisas falamos de uma maneira e outras de outra maneira, portanto temos que ter algum cuidado quando passamos a mensagem pra conseguir os objetivos que queremos. Portanto, temos que saber a lidar com isso", pensa Branco. Lopes prossegue "Às vezes fico irritado, outras vez não, outras vezes me dão pistas pra eu pesquisar, e aceito as críticas que me são feitas, evidentemente fico muito satisfeito quando elas vão de encontro as minhas expectativas".

Todos afirmam serem contra o uso do anonimato, ou ainda das fontes anônimas, mas Lopes ressalta: "quem em política não utilizar o anonimato é louco ou ingênuo". A frase do político do Bloco de Esquerda serve para reafirmar o poder que as fontes têm em suas mãos. Quando recorrem ao sigilo, quando pedem para não serem identificados, os políticos estão a garantir que podem falar o que quiserem, a cerca de quem quiserem, sem medo de sofrer retaliações. Por isso Lopes afirmar ser ingenuidade, ou ainda loucura, a não utilização desse meio. Cabe ao jornalista o trabalho de ter cuidado ao selecionar sua fonte e o que vai divulgar.

### **3.2.3 - Politólogos**

De modo a obter uma visão mais completa sobre o jornalismo político português, são realizadas duas entrevistas em profundidade, por email, com os politólogos Carlos Jalali, doutorado em Ciência Política em 2002, pela Universidade de

Oxford, na Inglaterra e Manuel Meirinho, com estudos em Ciência Política (Mestrado, Doutoramento e Agregação, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), há 14 anos<sup>36</sup>. Os resultados, assim como os anteriores, também encontram-se em uma grelha abaixo.

**TABELA 7 – RESPOSTAS DOS POLITÓLOGOS**

<b>PERGUNTAS</b>	<b>JALALI</b>	<b>MEIRINHO</b>
Existe uma classe de jornalistas especializados em política	Sim.	Não.
É um jornalismo de qualidade	Em geral, sim, mas com muito enfoque na competição partidária.	Globalmente, sim.
Relação entre jornalistas e políticos	Cumplicidade e antagonismo.	Cumplicidade.
Media enquanto formadores de opinião pública	Contribuem para percepção dominante que existe da política.	Papel fundamental.
Uso de soundbites	Alguns mais que outros.	Utilizam-se muito.
Novos meios de comunicação	O efeito ainda não é evidente nas estruturas intermediárias.	Em Portugal, ainda não.
Notícia enquanto retrato fiel do cenário político	Há muitos aspectos que poderiam ser aprofundados.	Varia. Questão muito complexa.

Como pode ser observado na tabela número sete, enquanto Carlos Jalali acredita numa classe de jornalistas especializados em política, Meirinho crê que não: “Existem alguns jornalistas que tratam preferencialmente matérias relacionadas com a política”. Para Jalali, assim como para os jornalistas, trabalhar de forma semelhante, ter os mesmo códigos e condutas e utilizar de uma mesma metodologia com a fonte constitui uma classe a parte de jornalistas. Já para Meirinho, é apenas isso, uma forma de trabalhar semelhante.

Jalali acredita que o jornalismo feito pelos atores portugueses foca-se muito na competição partidária entre PS e PSD, e isso é verdadeiro, já que os dois partidos concentram grande parte do poder político em suas mãos, tornando difícil não centrar a política a volta deles. Meirinho afirma “Há também pouca preocupação em recorrer a especialistas da área e a estudos sobre o fenómeno político”. O politólogo acredita que a

<sup>36</sup> A transcrição de todas as entrevistas encontra-se na Lista de Apêndices.

relação entre jornalistas e políticos é pautada pela cumplicidade, enquanto Jalali vai além: “cumplicidades e antagonismos em geral coexistem bastante bem”. O politólogo acredita que o equilíbrio de poder na relação oscila, “consoante o tema, os políticos ou os jornalistas”.

Como apontado desde o início desse estudo, ainda não há verdades absolutas a cerca da dependência entre jornalista e político, mas esses especialistas preferem deixar de lado essa palavra com denotação por vezes negativa, e utilizar a cumplicidade. Enquanto Meirinho vê os media como fundamentais para a formação da opinião pública, Jalali acredita que eles ajudam a reforçar a percepção que dominante que já existe da política. Os dois acreditam no papel do jornalismo, assim como Berry (2000: 75), para quem a população só pode ser consciente através do jornalismo e de uma imprensa.

Ambos também concordam com o jornalismo: os políticos usam muito soundbites, e também convergem na idéia de que a utilização dos novos meios tecnológicos ainda não pode ser muito sentida em Portugal, talvez pelo fato de ainda ser um fator novo e que não chega à toda população. Fator que está mudando, como respondido pelos jornalistas, ainda que lentamente.

Meirinho afirma que nem sempre a notícia é um retrato fiel do cenário político. Jalali ressalta: “retratam em geral com fidelidade a competição inter e intra partidária. Mas há outros aspectos que poderiam ser aprofundados pelos media e que não o são, sobretudo em termos das políticas públicas (...)”.

“(…) todas essas novas tecnologias estão em vias de transformar e de degradar as condições de trabalho dos jornalistas: ‘Os jornalistas trabalham demais; eles dispõem de menos tempo para fazer suas reportagens e para escrevê-las; eles produzem informações mais superficiais (...)’.”. (RAMONET, 1999: 136)

Os politólogos vêem muitos problemas no jornalismo político, problemas que nem os próprios jornalistas negam. Mas nem todos os problemas dos jornalistas podem ser explicados pela falta de tempo. Os jornais são empresas que têm de dar lucro (RAMONET, 1999: 137), e para isso, precisam de matérias que chamem atenção do público, sejam elas inteiramente voltadas para o politiquês. Talvez resida aí a grande preocupação dos politólogos para com o jornalismo político.

### 3.3 – COMPARAÇÃO INTERPRETATIVA DOS RESULTADOS

O jornalismo é uma política; uma atividade de organização, ordenação do comportamento no meio social, que possui a capacidade de intervenção, de realização – poder – sendo este uma categoria dentro da sociedade. Ele detém em suas mãos o poder de elevar ou rebaixar empresas, instituições, governo, pessoas, já que o que é divulgado nos media, pode ser tido como lei para muitas pessoas. E é a “pena” do jornalista político a responsável por isso.

“A imagem que as pessoas têm do jornalista revela-se, geralmente, bastante contraditória. Por um lado é uma imagem mitificada, assente na literatura, no cinema e nas séries de televisão, que não se têm cansado de explorar o filão da personagem do repórter misto de aventureiro e detective, apresentado um pouco como D. Quixote, fragilizado na sua impotência perante os poderosos que o cercam, mas também, simultaneamente, um pouco como Robin dos Bosques, no seu empenho em roubar a verdade aos que se arrogam em seus únicos detentores, para depois a distribuir fraternal e solidariamente pelo povo, sob a forma de notícia, da reportagem ou da entrevista” (CORREIA, 1998: 13).

De acordo com Traquina (2005: 24), os jornalistas especializados, aqui em foco os que trabalham com jornalismo político, se consideram parte de área específica dentro do seu ramo, já que procuram voltar a sua atenção, trabalho, leitura para essa especificidade, com anos de trabalho nessa mesma área.

Filomena Fontes afirma que é a parte dominante do seu trabalho: por mais que possa vir a trabalhar em conjunto com outras áreas, a política domina o seu dia-a-dia, o seu tempo. Vitor Matos ressalta que é o que faz todos os dias. Para Carla Soares, além de ser sua área de eleição, é também a área que gosta. Sofia Rainho continua: “víamos o efeito do nosso trabalho na vida das pessoas, (...) ao lidarmos com os políticos, acabamos por muita das vezes, influenciar e isso tem efeito na vida das pessoas”. Para o jornalista Ricardo Pinto:

“(...) não só pela duração e nem pela permanência nessa área especializada do jornalismo, trabalho há 20 anos na componente do

jornalismo político, mas também pela forma como procuro preparar o meu trabalho, vocacionando quer nas leituras que faço, quer os contatos com os pontos de informação que tenho, quer na apreciação daquilo que é o ambiente geral deste território específico que é o território específico que é o território da informação política”<sup>37</sup>.

O que o jornalista diz entra em alinhamento com o sentimento encontrado em todos os outros profissionais entrevistados: ser um jornalista especializado em política reflete em muito mais do que apenas uma área de escolha, é também um modo de vida, que influencia o dia-a-dia dessas pessoas muito além da sua esfera de trabalho.

Já o politólogo Manuel Meirinho não enxerga essa questão desta maneira. “Existem alguns jornalistas que tratam preferencialmente matérias relacionadas com a política, mas isso tem a ver com a natureza da profissão”. Mas seja por designação da profissão ou por gostos pessoais, esses jornalistas se vêem como especialistas.

A maioria, se não todos, consideram-se como pertencentes não só a um ramo específico do jornalismo, mas também a uma tribo, já que dividem afinidades, códigos, critérios e metodologias de trabalho, que consistem em estar sempre informados e ter um contato regular com as suas fontes, sempre em busca de se estar onde a notícia acontece (Parlamento, Presidência da República, sedes dos partidos etc.), mesmo que afirmem não conhecer a fundo o trabalho de outros jornalistas da área.

Os que não consideram os jornalistas como uma tribo, como Matos, afirmam que ainda assim, eles formam uma unidade, uma espécie de grupo, opinião compartilhada pelo politólogo Manuel Meirinho. Já o politólogo Carlos Jalali acredita sim na existência de uma classe de jornalistas especializados em política.

Segundo o termo cunhado por Traquina, no livro *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional* (2005), uma tribo de

---

<sup>37</sup> Excerto da entrevista dada à autora e disponível no Apêndice 1.

jornalistas seria formada por profissionais com valores e uma cultura própria; nesse caso então, os jornalistas políticos podem ser considerados como pertencentes à uma tribo, um grupo.

Dando seguimento a este tipo de questionamento, ou seja, da existência de uma tribo jornalística, não há uma resposta definitiva quanto à união dos mesmos. Ricardo Pinto considera que eles são unidos apenas pelo interesse comum que partilham, a política. Já Carla Soares considera que há sim um sentimento de cumplicidade entre os profissionais.

Vitor Matos encontra um meio termo, ao afirmar que não existe união, mas tampouco chega a existir uma união entre os jornalistas de Portugal. Vê-se então, que como em diversas outras áreas profissionais, o que os trabalhadores muitas vezes vêem como união de classe, os jornalistas também podem ver uma confluência para interesses semelhantes.

Talvez por conta desses mesmos interesses, os jornalistas políticos portugueses acabem por partilhar, além de uma mesma área de atuação (ainda mais por isso), uma metodologia de trabalho semelhante, que foca-se principalmente no contato regular com as fontes, que segundo o autor Santos (2002: 05), é fundamental para o trabalho jornalístico.

“A notícia não é o que os jornalistas pensam, mas o que as fontes dizem, mediadas pelas organizações noticiosas, rotinas jornalísticas e convenções, numa clara demonstração de fabrico e negociação entre agentes sociais – ou construção social. (...) O que é notícia depende da fonte que, por sua vez, depende da forma como o jornalista a procura” (SANTOS, 2003: 18;19).

Como observado pelo autor, as fontes são peças importantes para a as notícias e os jornalistas vêem nelas um papel vital para o seu trabalho. Sem fontes, não há notícia.

Os jornalistas bem o sabem, assim como o sabem também as próprias fontes, criando assim uma relação intrínseca e profunda entre ambos.

Sabendo dessa importância, os jornalistas como um todo buscam sempre estar próximos à suas fontes, mantendo uma relação baseada em um certo grau de confiabilidade. Os jornalistas políticos, talvez mais ainda, procuram constantemente manter um contato regular com as suas fontes, sendo objetivos e cordiais, e mantendo por vezes uma relação de amizade, que é correspondida por alguns políticos. O político Miguel Relvas, do PSD, afirma:

“Tenho vários que são meus amigos, com outros tenho cumplicidade, mas tenho vários que são meios amigos. Não vejo que isso seja negativo, eles não influenciam na minha opinião e eu também não os influencio. Não significa que eu não os tente influenciar e não significa que eles não me tentem influenciar”<sup>38</sup>.

Para além da utilização normal das fontes, há casos em que os políticos preferem dar alguma informação em caráter *off the record*; como relatado em capítulos anteriores, o artigo 11º do Estatuto dos Jornalistas de Portugal afirma que os jornalistas não são obrigados a revelar as suas fontes de informação, podendo assim fazer uso das fontes anónimas.

Contudo, Miguel Relvas, Rui Sá, Renato Sampaio e Álvaro Castelo Branco afirmam nunca terem recorrido ao anonimato enquanto fontes. João Teixeira Lopes confirma que já o fez algumas vezes, mas que tende a evitar, embora afirme: “quem em política não utilizar o anonimato é louco ou ingênuo”.

Para os jornalistas, o uso de fontes anónimas pode-se constituir uma mais valia, por conseguir uma informação exclusiva e crucial, mas também pode ser um risco, pois quando não dá uma face, por assim dizer, a informação divulgada, o jornalista poderá

---

<sup>38</sup> Excerto da entrevista dada à autora e disponível no Apêndice 6.

estar a divulgar uma informação mentirosa. Como ressaltado anteriormente: “Imprescindível: checar, checar e checar” (CANTANHÊDE, 2006: 187).

Mas ainda que ambos, jornalistas e políticos afirmem manter uma relação cordial e, por vezes, amigável, muitos se escreve e comenta a cerca questão da dependência entre ambos; um campo delicado de discussão entre autores e profissionais.

Quando se afirma que não há notícia sem fonte, deixa-se claro a importância do papel das mesmas, assim como do papel crucial dos media para os políticos. Rainho acredita haver sim uma relação de dependência entre os dois; mesma opinião compartilhada por Matos.

Concordando parcialmente com esse pensamento, o jornalista Ricardo Pinto afirma que é uma dependência somente no sentido do jornalista necessitar das informações que os políticos possuem; “precisamos das interpretações que eles dão, não dependente no sentido de que eu não possa fazer o meu trabalho se eles saírem, por exemplo, completamente da minha rede de contatos”. Já Fontes e Soares não acreditam em dependência. “Eu não sinto a mim, nem a outros jornalistas dependentes de políticos”, pontua Soares.

Carlos Jalali e Manuel Meirinho vêem essa interação entre os dois como uma relação de cumplicidade e consensualidade: um acaba por ajudar o outro em seu trabalho. Ainda que o equilíbrio de poder possa variar entre os dois, pode ser uma relação de dependência positiva, com um ator dando suporte de trabalho ao outro.

Rui Sá, do PCP, partilha desse pensamento, e acredita que “a fiabilidade da informação que nós prestamos ajuda a ter uma relação muito mais aberta com os jornalistas. Quanto mais informação o jornalista tiver, melhor consegue fazer o seu trabalho”.

As fontes, como escrito acima e ressaltado pelos próprios entrevistados, são descritas como “fundamentais” e “essenciais” para o trabalho do jornalista. Os próprios políticos afirmam que mantém um contato regular com os jornalistas, baseados em várias conversas por telefone, por exemplo. “(...)falo muito com eles por telefone, nos encontramos, almoçamos. Em Portugal, a relação do político com o jornalista político é uma relação saudável, porque a imagem pública é de que há independência de parte a parte”, pondera o político Miguel Relvas.

Um trabalho que é feito de acordo com variados procedimentos, como se inteirar a cerca de um assunto, procurar conhecer os atores que nele estão envolvidos, dividir o seu trabalho em partes etc.; cada jornalista tem uma forma de trabalhar. E ainda que a maioria dos jornalistas afirme não conhecer a fundo a metodologia de outros companheiros de área, eles acabam por partilhar mecanismos de trabalho semelhantes, como esse jeito de falar com as fontes, como procurá-las e mantê-las, sendo cordiais e objetivos, dentre outros.

Embora possam trabalhar de maneira parecida e dividir interesses, isso não significa que esses mesmos profissionais jornalistas dividam todas as informações entre si. Eles podem trocar impressões e opiniões, mas caso tenham alguma informação especial, não dividem com outros colegas. Sofia Rainho é categórica: “com outros os outros colegas, pode-se dividir opiniões. Informações não, não posso dar as nossas informações privilegiadas para a concorrência”.

Os jornalistas também partilham de problemas semelhantes no seu cotidiano profissional. A frase do sociólogo francês Dominique Wolton, que compara os jornalistas ao coelho branco, parece escrita sob medida para os jornalistas políticos, já que tempo, ou a falta dele é o que dificulta e o constrange em seu ambiente de trabalho. Talvez isso explique o fato de Renato Sampaio acreditar que os jornalistas deversem

estar mais preparados: falta tempo para investigar mais a fundo, para se preparar melhor antes de começar uma entrevista; esse é a maior barreira para os jornalistas.

Opinião, em parte, compartilhada pelo jornalista Ricardo Pinto, que afirma “ter que cumprir *timings* (...) apertados para, por exemplo, confirmar informações, para poder ir um pouco mais a fundo em termos de compreensão de um determinado fenômeno”.

A existência de um público ávido por informações é real: “por meio de jornais, rádios e televisões interpostos, ou mesmo sobrepostos, o cidadão não pode ficar muito tempo sem saber dos rumores que circulam (...)” (RAMONET, 1997: 207) Logo, a cobrança por um trabalho de qualidade e veloz da imprensa passa a ser cada vez maior.

Tal realidade acaba influenciando diretamente na vida e na rotina dos jornalistas, que têm que se desdobrarem em um ritmo cada vez mais frenético nas redações para atender a demanda de notícias cobradas pelo público do mundo contemporâneo e pela empresa onde trabalham. O prazo de 24 horas já não é suficiente para o jornalista que sofre com a ditadura do tempo precisamente cronometrado para o fechamento de mais uma edição do jornal.

Traquina (2005: 45) compara a profissão a uma máquina do tempo, que funciona diariamente marcada pelas horas de fechamento. Para ele, o fator tempo condiciona todo o processo de produção das notícias, o que reflete-se no dia-a-dia dos jornalistas políticos. Soares chega a ressaltar “o tempo, basicamente, apenas o tempo. O resto, os obstáculos são facilmente ultrapassáveis”. Talvez no sentido de acreditar, como Soares, que todos os obstáculos são ultrapassáveis, Sofia Rainho afirme que nenhum constrangimento a impeça de exercer a sua profissão.

Se antes, nos séculos XVII e XVIII, a “tribo” dos jornalistas é formada por políticos e intelectuais, hoje a realidade é outra. O padrão industrial imposto pelos avanços da tecnologia e por um novo regime econômico influencia diretamente na qualidade e na maneira do jornalista de trabalhar, o que afeta por tabela as condições do seu trabalho, e conseqüentemente a matéria-prima do jornalismo, que é a notícia.

Mas apesar de terem de enfrentar constrangimentos, os jornalistas, como todos os outros profissionais, buscam seguir os códigos de sua profissão, assim como os seus pessoais. Colocando em primeiro lugar o seu comprometimento com a verdade, sua ética pessoal e o cumprimento da imparcialidade.

Não há um consenso a cerca do uso imparcialidade, ainda que todos afirmem praticá-la; Filomena Fontes acredita que a imparcialidade é a matriz da verdade, enquanto Sofia Rainho afirma que não é difícil de lidar com a mesma. Já Vitor Matos relata tentar ser o mais imparcial possível em suas matérias. Para Ricardo Pinto, “A única sensação positiva de que estou a ser imparcial é quando eu sou criticado pelos vários lados”.

“A primeira obrigação do Jornalismo é com a verdade. Sua primeira lealdade é com os cidadãos. Sua essência é a disciplina da checagem. Seus praticantes devem manter independência de quem estão cobrindo. Deve funcionar como um monitor independente do poder. Deve apresentar um fórum para a crítica pública e o compromisso. Deve lutar para transformar o fato significativo em interessante e relevante. Deve manter as notícias compreensíveis e equilibradas. Seus praticantes devem ter liberdade para exercer sua consciência pessoal” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, contracapa).

O jornalista é visto como o paladino da verdade e da justiça. O profissional sempre empenhado na busca por essa verdade, e todos os entrevistados acreditam em seu papel para tal. Rainho prossegue: “transmitir o máximo de informação possível, e procurar realmente o que está por trás”.

Pena (2005: 215) escreve que: “No jornalismo, não há fibrose. O tecido atingido pela calúnia não se regenera”. Daí a preocupação do jornalista em buscar a veracidade dos fatos; o seu papel dentro da sociedade baseia-se na sua credibilidade para com a população. O jornalista do Expresso, Ricardo Pinto pondera: “eu acho que o (que o) jornalista deve fazer, e no ponto de vista pessoal é isto que eu procuro fazer, é ser honesto sobre aquilo que vi. Isto foi aquilo que vi, isto foi aquilo que compreendi”.

Os jornalistas acreditam que seu trabalho influencia, de maneira positiva a opinião da população, enquanto que os políticos acreditam que por diversas vezes, a imprensa os descredibiliza, afastando a população da verdadeira política. Uma discussão que já persiste por séculos.

“Cada vez mais, porque o jornalismo político chegou aos canais privados de televisão, está na internet, temos novos semanários. Eu penso que a informação política é determinante para formar a opinião das pessoas. E as pessoas têm poucas formas de aceder a política fora os meios de comunicação, fora uma informação que seja muito generalizada, além daquela que nós vemos nas campanhas e nas transmissões de televisão, somos nós que transmitimos isso ao cidadão”.<sup>39</sup>

Manuel Meirinho vê os media com um papel fundamental na formação da opinião pública, mas que não garante que essa mesma opinião seja crítica. Já Carlos Jalali acredita que os media contribuem para a percepção dominante que existe da política, seja ela positiva ou negativa. Serrano (2006b: 37) escreve que “a classe política concebe e fornece ‘menus’ à pensar no que interessa aos jornalistas, enquanto estes argumentam que se limita a reportar o que lhes é oferecido, criando um círculo vicioso”.

Guardada as suas particularidades, ambos jornalistas e políticos consideram o jornalismo feito em Portugal um jornalismo de qualidade, ainda que muito envolvido em *politics*.

---

<sup>39</sup> Excerto da entrevista dada à autora e disponível no Apêndice 2.

Relvas acredita que existem profissionais de qualidade, enquanto Sampaio afirma que eles deveriam estar mais preparados. Lopes acha o jornalismo repetitivo e redundante. Sá o vê como bipolar (dividido entre PS e PSD) e parcial, opinião compartilhada pelo politólogo Carlos Jalali: “depende de jornal para jornal, mas nos jornais de referência diria que em geral sim, ainda que com o enfoque claramente em termos da competição partidária”.

Branco acredita em um bom e um mau jornalismo. Contudo, os políticos vêm os media como fundamentais e essenciais para a sociedade. “A política, aquilo que um político vai fazer, é pautada através da notícia, portanto a comunicação é fundamental”, opina o político do CDS-PP.

Mas apesar de confirmarem o papel essencial dos media nas sociedades como um todo, os políticos afirmam que os media não retratam de modo fidedigno a sua classe. Lopes acredita que esses veículos difundem uma ideia errada sobre os políticos, enquanto Branco afirma que eles somente retratam o que os próprios políticos deixam conhecer. Sá encontra um meio termo:

“Eu transmito uma ideia de uma determinada maneira, mas considero que é possível e legítimo que aja interpretações diferentes sobre isso, e portanto, eu acho que uma liberdade dos jornalistas de interpretar aquilo que digo e de dar mais valor ou menos valor as coisas, faz parte das regras do funcionamento, portanto, desde que não aja uma atitude pré-concebida de má-fé no sentido de interpretar alguma coisa ao contrário daquilo que eu disse, eu acho que é legítimo, por mais que possa me agradar mais ou menos”.<sup>40</sup>

Já os jornalistas, com anos de trabalho na área, afirmam que conseguem identificar quando um político tenta manipular um dado por meio do seu discurso, assim como acreditam que o uso de *soundbites* é inevitável; Rainho afirma que por vezes não

---

<sup>40</sup> Excerto da entrevista dada à autora e disponível no Apêndice 7-

é ruim, já que fornecem material para trabalharem. Para Matos, “o trabalho permanente do jornalista é estar a tentar desmontar as peças do discurso político”.

Talvez essa discrepância entre as percepções dos discursos políticos vista pelos jornalistas e pelos políticos aconteça devido aos políticos acreditarem ser importante personalizar a informação que divulgam consoante ao meio, ou até mesmo ao jornalista, já que como afirma João Teixeira Lopes, “a forma é o conteúdo”.

E até a forma como as notícias são confeccionadas sofre com mudanças, já que os novos meios de tecnologia alteram a forma como as pessoas chegam até as notícias, tornando qualquer pessoa um novo narrador do que se passa nas ruas. Castells (2007: 496) afirma que “os cidadãos podem formar, e estão a formar, as suas próprias constelações políticas e ideológicas, contornando as estruturas já estabelecidas, criando desta forma um campus político flexível e adaptável”.

Assim sendo, o trabalho dos jornalistas também sofre alterações. Agora, o *Twitter* e os blogues são meios de se divulgar notícias, assim como o *Facebook* é uma fonte para encontrar fontes. “Temos mais informações pra explorar, mais pistas para seguir”, afirma Filomena Fontes. Mas ainda que os novos meios tecnológicos influenciem um pouco o método de trabalho dos jornalistas, Carlos Jalali e Manuel Meirinho acreditam que o efeito ainda não é de todo muito perceptível à população em Portugal, talvez pelo fato de a internet ainda não chegar a casa de todas as pessoas.

Marcondes Filho (2002: 54) afirma que “a vida de jornalistas tem se tornado cada vez mais difícil. O trabalho aumentou, o contingente foi reduzido, as responsabilidades se tornaram mais individuais”. Mas mesmo com todos esses percalços e contratemplos, os jornalistas continuam em buscar de reafirmar o seu papel dentro da sociedade.

O papel de ser o tradutor, o catalisador que faz a ligação do público com os políticos, que acreditam na singular importância desse trabalho e designação. João Teixeira Lopes, do Bloco de Esquerda, observa: “Eu creio que os media, particularmente em Portugal, tem um papel fundamental. Não é só questão de serem um poder, é questão de ser mais que um poder que em a especificidade é ser um contra-poder”.

É possível não haver um único papel do jornalismo político dentro da sociedade portuguesa. Ele é múltiplo em seus direitos, deveres, formas, repercussões, histórias e, porque não?, o seu papel dentro da sociedade. Portugal sofre com vários anos de ditadura dentro da sua imprensa, e hoje busca reforçar a importância que os veículos sociais têm dentro da gerência do país.

Os políticos vêem esse jornalismo como fundamental e essencial para a sociedade. Os especialistas em política também partilham dessa mesma idéia, onde a imprensa contribui e ajuda para a percepção dominante da política dentro da opinião pública. Cotta (2005: 203) afirma que "o olho do jornalista é ou deveria ser o olho da sociedade, de todos os indivíduos. O modo de ver as coisas, para saber se são ou não são, é o que faz a diferença".

O jornalista político é um intérprete da política (Ricardo Pinto), uma ligação entre essa política e o público (Carla Soares). O jornalista tenta decodificar o que está em causa (Sofia Rainho), ajudando as pessoas, a sociedade, a serem livres (Filomena Fontes). O jornalista político sabe o poder da sua escrita, sabe que sozinho é capaz de causar catástrofes (Vitor Matos). Ele vê a si próprio como um trabalhador diferenciado dos outros pelas suas características e valores, mas sobretudo pelo reflexo do seu trabalho no meio em que se insere.

Citando novamente Berry (2000: 75), é somente através do jornalismo e da uma imprensa livre que o público poderá ser consciente. E reside aí o maior papel do

jornalista: buscar sempre ser capaz de conseguir realizá-lo com a integridade necessária à profissão, sendo correto consigo, seu trabalho e a sociedade.

### 3.4 – CONCLUSÃO

Ao final deste estudo, observa-se que independentemente de trabalharem em jornais diários, semanários ou revistas, os jornalistas que trabalham com política em Portugal vêem a si próprios como jornalistas especializados, o que os diferencia de outros jornalistas; eles estão mais aptos a realizarem as tarefas e desafios que essa classe exige, constituindo uma tribo, um grupo, uma unidade de profissionais que partilham interesses, leituras, rotinas e metodologias de trabalho, e até mesmo constrangimentos; que vêem nas fontes peças fundamentais para o seu trabalho, com quem buscam manter uma relação de cordialidade e confiança, mas que também tem o cuidado de não deixar essa relação afetar a maneira como escrevem e relatam um acontecimento.

Esses jornalistas vêem essa relação com as fontes como algo entre uma dependência e uma cumplicidade, já que um necessita do outro, mas buscando levar em conta sempre o código deontológico da profissão e o seu próprio, escrevendo com imparcialidade. Eles vêem a si mesmos como profissionais que buscam e primam pela verdade dos fatos, e têm por objetivo desmontar os discursos políticos, de modo a retratar fielmente o que acontece e influencia a esfera pública, e assim tornar a sociedade mais consciente e atenta.

São vistos com ressalvas pelos políticos, que acreditam que eles deixam-se levar pelo *politiquês*, o que acaba por criar uma imagem que, às vezes, não corresponde a verdadeira imagem dos políticos. Mas até mesmo esses atores políticos não são capazes de negar o papel fundamental do jornalismo político para a sociedade.

Os jornalistas políticos são profissionais que têm falhas, como em qualquer área. Muitas das vezes estão mal preparados ou não conseguem concluir uma matéria de modo que desejam, falha muitas das vezes causada em grande parte pela falta de tempo; eles têm horários apertados à cumprir, toda uma cadeia de produção que depende do seu trabalho.

A sua relação com os políticos é marcada por uma co-dependência: os jornalistas precisam ter acesso as informações que só os políticos têm, assim como os políticos precisam dos meios de comunicação social para divulgar o seu trabalho e atingirem a sociedade. É uma relação às vezes pautada por conflitos, já que os políticos reclamam que não são retratados de modo fidedigno pelos jornalistas, e estes afirmam que os discursos de hoje estão mais uniformizados, como menus prontos a serem consumidos, e marcados por diversos *soundbites*.

Ao final, é um relacionamento muito pautado pela cumplicidade entre os dois atores, já que agora os jornalistas não são apenas expectadores da realidade: eles a influenciam, têm papel determinante na sociedade em que se inserem; ao mesmo tempo em que escrevem sobre a política, eles influenciam o que nela ocorre, são também atores importantes da esfera pública política.

Ninguém pode negar a importância dos veículos de comunicação para o funcionamento das comunidades modernas. O conhecimento é a base de uma sociedade forte, fundamentada e racional. A política é uma ação que envolve e altera essa sociedade. Estudar e entender os jornalistas políticos é essencial para compreender o que acontece na esfera pública, como é composta a realidade e que meios os cidadãos têm para estar presentes nas tomadas de decisões que concernem a sua vida.

O jornalista político mais do que um mero intérprete, é o fio condutor que liga e possibilita essa compreensão. Tão importante quanto se estudar as implicações dos veículos comunicacionais, é a percepção de quem é esse profissional tantas vezes julgado e condenado. É preciso ressaltar, além de suas falhas e deslizes, as suas virtudes, já que é preciso coragem para se comprometer, paixão por seu trabalho para se entregar e simplicidade e honestidade para dizer o que se vê e o que acontece, com verdade e imparcialidade.

O jornalista político português é um profissional especializado, em busca, também, da compreensão a cerca da realidade que o envolve, que faz do seu trabalho um instrumento de poder para a população, trabalhando com obstáculos e críticas, mas sempre em busca do cumprimento do seu papel social para tornar a sociedade em que vive mais consciente.

**BIBLIOGRAFIA**

ABIAHY, Ana Carolina. *O jornalismo especializado na sociedade de informação*. 2005. Disponível em: [www.bocc.uff.br/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf](http://www.bocc.uff.br/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf) (Consultado em: 19/03/2010, às 14h50).

ANDRINGA, Diana. *Jornalismo: uma profissão em mudança*. VI Congresso Português de Sociologia, 2008. Disponível em: [www.aps.pt/vicongresso/pdfs/442.pdf](http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/442.pdf) (Consultado em 21/04/2010, às 14h35).

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica – As técnicas do Jornalismo*. São Paulo: Ed. Ática S/A, 1990.

BARATA, Oscar Soares. *Introdução às ciências sociais Volume 1*. Lisboa: Bertrand, 2007.

BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. 2. ed rev. e atualizada. – Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BERRY, David (ed.). *Ethics and media culture – practices and representations*. Oxford: Focal Press, 2000.

BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Schwarcz, 2000.

BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CANTANHÊDE, Eliana. *Jornalismo político: teoria, história e técnicas*. In: Roberto Seabra e Sousa, Vivaldo de (orgs.). Rio de Janeiro: Record, 2006.

CASTELLS, Manuel (org.). *A sociedade em rede*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2006.

CASTELLS, Manuel (org.). *O poder da identidade. A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*. 2a Ed. Lisboa: Gulbenkian, 2007.

CONTRERA, Malena Segura. *Jornalismo e Realidade: a crise de representação do real e a construção simbólica da realidade*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2004.

CORREIA, Fernando. *Os jornalistas e as notícias*. Lisboa: Editora Caminho, 1998.

CORREIA, Fernando. *Jornalismo, grupos económicos e democracia*. Lisboa: Caminho, 2006.

CORREIA, Fernando. *Jornalistas: do ofício à profissão*. Lisboa: Editora Caminho, 2008.

COTRIM, Gilberto. *História e Consciência – a reflexão sobre a vida humana através do tempo*. 10 ed., São Paulo: Saraiva, 1997.

COTTA, Pery. *Jornalismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2005.

DAVIS, Richard. *The Press and American Politics*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2000.

DEUZE, Mark. *What is journalism*. 2005. Disponível em: <http://jou.sagepub.com/content/6/4/442.short> (Consultado em: 12/06/2010).

DUARTE, Jorge. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006.

FALEIRO, Ana Rita. A sociedade portuguesa no pós-25 de abril (2006). Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/23343794/A-sociedade-Portuguesa-no-pos-25-de-Abril-algumas-consideracoes> (Consultado em: 08/01/10, às 16h20)

FAUSTINO, Paulo. *A imprensa em Portugal – Transformações e tendências*. Lisboa: Media XXI, 2005

FIGUEIRA, João. *Os jornais como actores políticos*. Coimbra: Edição Minerva, 2007.

FREUND, Julien. *O que é política?* Lisboa: Futura. 1974.

GANS, Herbert J. *Decoding What's News – A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Nova Iorque: Vintage Books, 2004.

GAITÁN, Fernando. *Manual de ciência política*. Bogotá: Temis, 1998.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HERBERT, John. *Journalism in the digital age – Theory and practice for broadcast, print and on line media*. Oxford: Focal Press, 2000.

HOOG, Sandra. *New Media and Politics*. In: Barrie Axford e Richard Huggins (orgs.). Oxford: Sage, 2001.

JAMIESON, Kathleen Hall. *The press effect: politicians, journalists and the stories that shape the political world*. Oxford University Press. Oxford: 2003.

KARAM, Francisco José. *Jornalismo, Ética e Liberdade*. 54 ed.. São Paulo: Summus, 1997.

KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do Jornalismo*. 2 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUMMAR, Ranjit. *Research methodology – A step-by-step guide for beginners*. London: Sage, 2005.

LAVROFF, Dmitri Georges. *História das idéias políticas - Da antiguidade ao fim do século XVIII*. Lisboa: Edições 70, 2006.

MARTINS, Franklin. *Jornalismo político*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Imprensa e capitalismo*. São Paulo, Kairós, 1984.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MELO, José Marques de. *Jornalismo Brasileiro*. Porto Alegre, Sulina, 2003.

MEIRELES, Sara Graça. *Os jornalistas portugueses: dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais*. Coimbra: Editora Minerva, 2007.

MORETZSOHN, Silvia. *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. *Metodologia do trabalho científico: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

PENA, Felipe. *Teorias do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

PENA, Felipe. *Jornalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2006.

PINA, Sara. *A deontologia dos jornalistas portugueses – Dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais*. Coimbra: Minerva, 2000.

RAMONET, Ignácio. *A Tirania da Comunicação*. Petrópolis, Vozes, 1999

RODRIGUES, Adriano Duarte. *O campo dos media*. 2 edição, Lisboa: Vega, 1997

SERRANO, Estrela. *Jornalismo Político em Portugal*. Lisboa: Minerva, 2006a.

SERRANO, Estrela. *Para Compreender O Jornalismo*. Lisboa: Minerva, 2006b.

SANTOS, Rogério. *Os jornalistas e as fontes de Informação* (2002). Disponível em: [www.unav.es/fcom/cicom/pdf/g1.estrategias/rogerio\\_santos.pdf](http://www.unav.es/fcom/cicom/pdf/g1.estrategias/rogerio_santos.pdf) (Consultado em 12/05/2010, às 16h40).

SANTOS, Rogério. *Jornalistas e fontes de informação. A sua relação nas perspectiva da sociologia do jornalismo*. Coimbra: Minerva, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. *Teorias da Notícia e do Jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. 2<sup>a</sup> ed. Revista e ampliada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro; PINTO, Mário; et al. *A génese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro (org.). *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa. Perspectivas luso-brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1965.

TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Caminho, 1989.

THOMPSON, John. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TRAQUINA, Nelson. *O que é jornalismo*. Lisboa. Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLTON, Dominique. *E depois da internet?* Miraflores: Difel, 1999.

## LISTA DE APÊNDICES - ENTREVISTAS

### APÊNDICE 1

- **Entrevista com jornalista político Ricardo Pinto, do Expresso.**

1. - Você se considera um jornalista especializado em política? Por quê?

Sim, não só pela duração e nem pela permanência nessa área especializada do jornalismo, trabalho há 20 anos na componente do jornalismo político, mas também pela forma como procuro preparar o meu trabalho, vocacionando quer nas leituras que faço, quer os contatos com os pontos de informação que tenho, quer na apreciação daquilo que é o ambiente geral deste território específico que é o território específico que é o território da informação política.

2. - Você se considera parte de uma espécie de “tribo” especializada em Jornalismo Político?

Sim, de alguma maneira eu acho que esse conceito tribo pode aplicar-se, há uma série de características que os jornalistas que trabalham neste território da política, em diferentes meios de comunicação e até em diferentes plataformas partilham, quer em termos de fontes de informação a que tem acesso, a comunidade política em Portugal é relativamente pequena e, portanto os jornalistas partilham basicamente todos as mesmas fontes de informação, quer pelo tipo de formação, ou melhor, de preparação diária que obtém, isto é, eu acho que devo ler os artigos que outros meus colegas de os outros meios de comunicação lêem, com regularidade, artigos que saem sobre informação política, entrevistas televisivas que são feitas com atores políticos, as peças radiofônicas, os blogues que existem com essa informação, penso que todos nós que trabalhamos na seções políticas dos meios de comunicação partilhamos esses fóruns de discussão e esses produtos informativos, daí que me parece que existe, de alguma maneira, essa noção de partilha de informações, de partilha de fontes, de partilha até de uma certa preocupação com determinados temas, que nos podem dar essa sensação de tribo, pra além de que em determinadas épocas, e essa que estamos a viver é uma delas, entre campanhas políticas, nós nos encontramos uns com os outros com alguma regularidade, com alguma frequência, portanto, partilhamos também conversas que ajudam a alimentar esse sentimento de unidade, portanto, acho que esse conceito de tribo é um conceito completamente aceito nesse território, e considero-me completamente parte dessa tribo.

3. - Você acha que existe um sentimento e união entre os jornalistas políticos de Portugal?

União apenas nesse sentido de que há uma partilha de interesses, partilha de informação, não que exista, digamos assim, algum movimento organizado, quer em termos laborais, tentativas de defesa de condições de trabalho, e nem sequer que exista alguma organização mais ou menos definida para nos unir a todos, nesse ponto de vista acho que não existe, existe realmente um conjunto de pessoas que partilha uma determinada área de informação e que a volta dela acaba por conjugar uma série de características que são comuns.

4. - Você tem alguma metodologia de trabalho específica?

Metodologia que eu acho que todo jornalista tem, isto é, antes de mais, estar preparado e informado de forma regular e cuidada sobre aquilo que acontece no mundo da política nacional, e depois manter um contato regular com fontes de informação, quer oficiais ou não oficiais que me permitem obter os conhecimentos de que necessito, para cada um dos trabalhos, quer sejam para as pequenas notícias, grandes reportagens ou entrevistas, que eu tenho que executar para o meu meio de comunicação, portanto a metodologia basicamente passa por aí.

5. - Você acha que trabalha de forma semelhante a outros jornalistas da área?

Sim, claramente. Não só em meios de comunicação das mesmas plataformas, isto é, de jornais, diários ou semanários, mas até de outras plataformas, da rádio, da televisão, e agora do online, eu acho que partilho de uma série de ferramentas, de instrumentos, de fontes de informação que esses outros jornalistas dispõem, portanto, eu acho que se calhar, em Portugal mais do que em outros países, onde a diversidade se calhar é maior, há uma certa homogeneidade instrumental e funcional dos jornalistas nas diferentes áreas de especializações, e a área de política, penso eu, é uma área particularmente dada a essa homogeneidade

6. - Você considera o jornalismo político feito em Portugal um jornalismo de qualidade?

Isso é tudo muito relativo, tínhamos que definir o que que era um grau de qualidade, e isso já me parece difícil, porque eu acho que o grau de interesse que as pessoas têm é muito diverso, eu acho que a pessoas que provavelmente se sentirão insatisfeitas com a informação política a que tem acesso e haverá outras pessoas que acham que até têm excesso de informação e que a qualidade é perfeitamente aceitável e razoável, portanto há aqui um elemento de subjetividade que dificulta um pouco a resposta. Agora,

fazendo uma análise um pouco mais distanciada, ou até acadêmica também, olhando para esta informação não apenas como jornalista, mas também como acadêmico, eu acho que a informação política de Portugal está ainda muito direcionada para aquilo que poderia se chamar de *politics*, isto é, a politiquice, os bastidores da política, e se calhar ainda tem um déficit a *policy*, isto é, a política enquanto instrumento de governarão da sociedade, a política enquanto meio de organização da cidade onde nós vivemos. Há muita politiquice, se calhar, pouca *policy* no jornalismo político que se faz em Portugal. Mas isso penso também que não é muito diferente dos outros países, portanto, também não vejo aqui uma grande diferenciação. Um outro aspecto que eu acho que pode ajudar a compreender ou ajudar a dar uma resposta a esta pergunta, é o aspecto que me parece positivo que é a diminuição do peso das fontes anônimas neste jornalismo político, que eu acho que no final de década de 90 era muito elevado, era, quanto a mim, até exageradamente elevado. Se nós pegássemos as peças políticas percebíamos da existência muito frequente, e até exagerada, de fontes não identificadas, que de alguma maneira acabavam por legitimar uma série de interpretações que poderiam perfeitamente depois ser catalogadas como especulações a volta dos fenômenos políticos, assistiu-se nesses últimos anos, quase nos últimos dez anos, a uma diminuição significativa dessas fontes de informação anônimas. Eu próprio, quanto jornalista, sinto hoje menos necessidade de recorrer ao uso de fontes não identificadas para organizar as minhas peças. E isto deve-se, por um lado, a uma maior factualização do jornalismo político em relação ao que acontecia há dez anos atrás, que era um jornalismo muito mais especulativo, mas deve-se também a uma classe política que começou a compreender que o jornalismo que se faz a sua volta só tem a ganhar, e essas pessoas a aparecerem de rosto dado garantem a informação que concedem ao jornalista, portanto a conjugação destes dois elementos fez com que hoje as fontes de informação estejam muito mais visíveis e identificadas nas peças jornalísticas da área da política o que me parece que eleva o grau de credibilidade, ou pelo menos, a capacidade de transmitir confiança, aos utilizadores desta mesma informação política. Agora, se esta qualidade é ou não suficiente, como eu lhe digo, acho que é uma questão subjetiva, e uma questão relativa.

7. - Você acha que consegue seguir o código deontológico dos jornalistas portugueses?

Sim, claramente. Não vejo, nunca me senti na necessidade de ter que violar esse código deontológico. Quer porque me parece que há regras que esse código

deontológico me impõe que são muito fáceis de respeitar, quer também porque nesta área, e, sobretudo no meio de comunicação em que trabalho, que tem uma longa tradição na área do jornalismo político, e que se considera um meio credível, quer fora do jornal, quer dentro do jornal, nunca senti nenhuma pressão, quer por parte da hierarquia do jornal, quer por parte das fontes de informação com quem eu trabalho, para que em alguns momentos tenha que esticar a corda relativamente a estes valores, portanto, posso dizer com a maior das tranquilidades, que sempre cumpro o código deontológico e nunca me vi em nenhuma situação em que tivesse que o desrespeitar para cumprir as minhas funções.

8. - Quais os constrangimentos que você tem de lidar no dia-a-dia da profissão? Quais os impedimentos que você encontra para exercer a profissão?

Os maiores constrangimentos podem ter a ver com questões temporais, portanto que, apesar de em que tenho que trabalhar num jornal semanário, e este é um jornal semanário que já tem também uma edição online, e a edição online tem que ter um grau de atualização muito mais rápido, e, portanto, tem os constrangimentos de por vezes ter que cumprir *timings* que por vezes estão um pouco apertados para, por exemplo, confirmar informações, para poder ir um pouco mais a fundo em termos de compreensão de um determinado fenómeno, e sinto também por vezes um constrangimento nas dificuldades de obter informação por parte de fontes que se mostram renitentes em falar sobre determinados assuntos. Isto é, apesar das fontes de informação se assumirem cada vez mais como tal, portanto, já não ser necessário recorrer tanto às fontes anónimas para legitimar aquilo que esta a dizer, a verdade é que na área da política, muitas vezes as fontes de informação têm muitas cautelas, muitos cuidados, preservam muito a informação que tem, por razões muitas vezes estratégicas, ou até muitas vezes por razões pessoais, e outras vezes estratégias partidárias ou estratégia política pessoal, e isso dificulta um pouco a vida dos profissionais. Não é o meu caso no meio de comunicação em que trabalho, já que sempre me foram dadas as condições, até financeiras, para fazer as reportagens, mas sei também outros colegas que têm também o constrangimento para montarem, por dizer, as reportagens que seriam um pouco mais caras e os meios de comunicação para quem trabalham acabam por não poder lhes dar essas condições, de deslocar-se a vários pontos do país para poder entrevistar pessoas, ou para poder observar fenómenos, não é o meu caso. No jornal onde eu trabalho sempre tive todas as condições e todos os meios para fazer tudo que precisava para uma reportagem ou para uma notícia.

9. - Como você lida com a imparcialidade? Como o jornalista político lida com a imparcialidade?

Com dificuldade, porque por vezes não sabemos o que é imparcialidade, e nesta área da política ainda mais difícil é. A única sensação positiva de que estou a ser imparcial é quando eu sou criticado pelos vários lados. É quando depois de termos escrito uma notícia, pessoas de diferentes partidos, vem me queixar da notícia que eu escrevi, então aí eu fico sossegado, são mais a criticar é porque aquilo não estava a beneficiar uns invés de outros. Agora quando se trata de uma área de informação muito subjetiva, muito interpretativa, muito analítica, o jornalismo político se calhar mais que outras áreas de especialização têm uma forte componente interpretativa, uma forte componente de análise, para conseguir manter este grau de imparcialidade, isto é na análise que é um campo muito subjetivo, conseguir estar sempre num ponto de equilíbrio total em relação a todos os interesses instalados é muito difícil. Nas áreas informativas mais factuais, como por exemplo, a área da economia, eu penso que o nível suficiente de imparcialidade é mais fácil de atingir. Porque há ali um grau de factualidade maior, são números, os números estão lá, e não é preciso fazer um grande exercício de análise a volta dos números, e, portanto há um grau de estabilidade maior em volta desta especulação. A área de informação política é uma área muito analítica, e, portanto, com muita facilidade, uma análise que até julgamos estar perfeitamente imparcial pode com muita facilidade acabar por descambar para os muitos lados que a estar a situar, e, portanto, o exercício da imparcialidade é um dos exercícios mais difíceis de executar no campo do jornalismo político.

10. - Você acha que enquanto jornalista político assume um papel de busca pela verdade?

Isso eu penso que... O jornalista próprio persegue não sei se exatamente a verdade, porque eu não sei se aí a verdade existirá, mas procura sempre transmitir aquilo que percebe está a acontecer, mas com a questão da análise que falava a pouco, eu acho que ele não se pode e não faz limitar-se a apenas a descrição daquilo que ver, mas tenta também interpretar aquilo que vê. No momento em que interpreta aquilo que vê, mais do que procurar a verdade, ele procura a honestidade, ele procura dizer “eu não sei se foi isto o que aconteceu, mas isto foi o que eu ouvi”, e, portanto aquilo que ouviu, entretanto pode até não ser, entre aspas, a verdade, pode haver um outro jornalista ao seu lado, e ver exatamente as mesmas coisas e chegar a outras conclusões, porque esse trabalho interpretativo leva a olhar com uma outra perspectiva. E, portanto aquilo que

eu acho que o jornalista deve fazer, e no ponto de vista pessoal é isto que eu procuro fazer, é ser honesto sobre aquilo que vi. Isto foi aquilo que vi, isto foi aquilo que compreendi, agora eu não tenho nenhuma pretensão de dizer “isto foi aquilo que compreendi, e isto foi aquilo que realmente aconteceu”, porque tenho sempre a sensação de que uma outra pessoa no mesmo lugar, compreenderia outra coisa, agora o que eu procuro sempre é nunca desvirtuar, comprometer aquilo que eu compreendi, o que eu tento fazer é: não compreender uma coisa, e depois descrever outra. Tento sempre transmitir aquilo que vi, aquilo que compreendi, e trago um pouco na complexidade de não deixar me enredar pelo grau mais superficial e mais fácil da realidade. Procuro sempre ver aquilo que é um pouco além da primeira camada que me apresentam. Quando um político me faz uma declaração, eu procuro sempre entender que intenções estão por detrás dessa declaração, tento depois ir depois de junto com outro político perceber se essa afirmação que ele fez tem ou não validade, ou se ela depois não é contraposta com outra perspectiva que possa ajudar a compreender a complexidade do fenómeno que eu estou a relatar, mas também mantenho sempre a sensação de que este trabalho não é um trabalho acabado, que se eu tivesse todo o tempo, e os jornalistas nunca tem todo o tempo, eu poderia ir sempre um pouco mais ao fundo no grau de compreensão dessa complexidade afinal.

11. - Qual o papel das fontes no seu trabalho?

Fundamental. Fundamental não só nos termos de apresentação dos fatos, dos dados, mas, e até se calhar, mais importante ainda, ajudar a compreender os fenómenos, ajudar a interpretar os fenómenos. Daí que o jornalista sendo cada vez mais um intérprete, o jornalista político sendo cada vez mais um intérprete da realidade, a verdade é que o jornalismo político é muito pouco factual, ele serve-se das fontes de informação como filtros daquilo que acontece, daí a necessidade de se ter várias fontes de informação. Eu acho que aquilo que faz o melhor ou o pior do jornalista político são basicamente duas características, que é a característica de ser um bom intérprete, ser um bom hermenauta, alguém que tenha capacidade de ligar vários pontos de um fenómeno, e o acesso diversificado que ele tem a fontes de informação. E o tamanho da agenda que ele tem diz muito do grau de profissionalismo desse jornalista político, porque se o jornalista fica refém de um grupo muito limitado de fontes de informação, ele vai ficar refém também de uma base interpretativa muito limitada, e, portanto, com muitas restrições. Eu acho que um bom jornalista político é aquele que tem acesso a uma grande diversidade de fontes de informação que lhe permitem acesso a diferentes bases

interpretativas, e que depois, com a sua própria competência hermenêutica, é capaz de organizar o processo informativo com um grau de profundidade, complexidade, entendimento muito mais apurado.

12. - Você cultiva fontes nos partidos políticos? Como?

Sim, cultivo no sentido de manter um contato regular com essas mesmas fontes de informação. Independentemente da necessidade que tenha de contactar com eles para obter algum dado em particular para uma peça que esteja a fazer naquele momento, isto é, eu falo com regularidade com políticos muitas vezes apenas para conversar e não apenas para obter informações para uma peça que estou a fazer. E nesse caso, há aí um conceito de cultivar as fontes, que é manter uma certa proximidade, porque se as fontes de informação não são apenas fornecedoras de dados, são também ajudantes de interpretação, então tem que haver a li alguma proximidade com essas fontes de informação. Tem que haver, eu não diria uma intimidade, mas tem que haver alguma naturalidade de contato entre o jornalista político e suas fontes de informação. O risco disso depois é causado exatamente pelo grau de intimidade, o problema é, por exemplo, no meu caso que trabalho há 20 anos, há 20 anos que mantenho uma relação de proximidade com algumas destas fontes, e eu quase que diria que é impossível ao longo de 20 anos falar com as mesmas pessoas e não começar a construir com essas pessoas até mesmo um grau de amizade com algumas delas. E isso comigo aconteceu. Há fontes de informação que já não são apenas fontes de informação, já são também pessoas do meu círculo de contactos, e até, em alguns casos, do meu círculo de amizade. E isso de alguma maneira depois, pode torna-se um obstáculo para o jornalista político, que é perceber que aquela fonte de informação que também passou a ser um amigo, tem que continuar a ser apenas uma fonte de informação, e não posso deixar que a amizade interfira no relacionamento que eu tenho entre jornalista e fonte de informação, e esse, confesso, é um dos aspectos, mas difíceis de manter. Em alguns casos, mais fáceis, sobretudo quando os políticos compreendem que o amigo também é o jornalista, e de vez em quando o amigo sai de cena, e está na frente só o jornalista. Noutros casos, já me aconteceu ter fontes de informação com quem eu estabeleci amizade que depois não compreendem porque que o jornalista que também é amigo escreveu de uma determinada maneira que não lhe é favorável, ou que não lhe agradou por algum motivo.

13. - Onde você encontra mais fontes? Você tem alguma forma especial de lidar com elas?

Os partidos políticos são, até pela hegemonia que tem em Portugal, territórios privilegiados para encontrar essas fontes de informação. E depois, isso acaba por se revelar um centro quase hegemônico também de absorção de informação. Felizmente, nos últimos tempos, nos últimos anos, começaram a surgir movimentos cívicos, alternativos aos partidos políticos que servem também de fontes muito valiosas de informação para o jornalista político. E se há alguns anos atrás os jornalistas políticos tinham que ficar limitados aos partidos políticos, hoje têm já outros espaços onde podem ir buscar essas fontes de informação. Politólogos que ajudam a compreender determinados fenômenos, sociólogos, especialistas em comunicação, que começam a também entrar nessa rede de contatos dos jornalistas políticos, fornecendo, então, novas visões sobre os fenômenos que estão tendo cobertura no jornalismo político.

14. - Qual o tipo de evento que proporciona melhor material político? Entrevistas, comícios, debates, sondagens etc.?

As campanhas políticas são espaços ótimos para a reportagem política, porque é o político em contato com os eleitores. É verdade também que as campanhas hoje já estão organizadas, e por vezes são espaços artificiais desse contato com os eleitores, mas não deixam de ser um espaço para um contato muito direto sobre o que é a realidade política. Os congressos políticos também são muito importantes para compreender os bastidores sobre aquilo que está a acontecer. A verdade é que no dia-a-dia, o jornalista político tem que conseguir trabalhar sem esses fenômenos, e aí é a parte difícil do jornalismo político. Enquanto que, por exemplo, no desporto, o jornalista escreve quando há um jogo, ou um evento desportivo, na área do jornalismo político, muitas vezes o trabalho acontece quando nenhum desses fenômenos esteja em cena, e aí há um certo grau de especulação anunciado, tem um risco do qual eu tinha falado no início, de se falar muito mais do *politics* do que do *policy*.

15. - Você troca informações com outros jornalistas da sua área?

Sim, como eu dizia, é natural, sobretudo em congressos, em campanhas políticas, os jornalistas políticos se encontrarem uns com os outros, e é natural também que passem informações, comentem pequenos casos, e transmitam informações de caráter até mais genérico. Para além, começaram a surgir, devido às novas tecnologias, blogues, ou espaços de discussão onde esses jornalistas se encontram, e indicadamente, acabam fornecendo informações uns aos outros. Por exemplo, no meu caso, o *Twitter* acaba por ser um espaço, onde, com alguma regularidade, troco informações com jornalistas que trabalham na mesma área que eu.

16. - Você utiliza alguma estratégia ao falar diretamente com políticos?

Não. Procuo que o contato seja o mais direto possível. Uma preocupação que eu tenho, e penso que outros colegas também têm é de obter os números de telefone, sobretudo os telefones portáteis, e tentar evitar as agências de comunicação, tentar evitar os assessores, que são sempre intermediários, que em alguns casos, é impossível evitar. Por exemplo, se eu quiser falar com o primeiro ministro, será difícil, e quase certamente, terei que passar por algum assessor, mas em outros casos, já consigo um contato muito mais direto com os políticos e muitas vezes essa não-intermediação, penso eu, é uma boa estratégia de contato.

17. - Como você lida com a comunicação política dos partidos/políticos?

Em alguns casos essa comunicação é muito elaborada, e até muito hierarquizada, o que dificulta um pouco o trabalho dos jornalistas, quando a informação que é me fornecida é limitada, quando o acesso aos políticos é também filtrado. Felizmente, na maioria dos casos, esse contato é mais facilitado, a estratégia de comunicação política está mais liberta dessas amarras. E, portanto é possível, não só entrar nesses meios, mas evitar os constrangimentos que estão ligados as estratégias de controle que passam pela comunicação social.

18. - Você vê os jornalistas como dependentes dos políticos, e vice-versa?

Dependente no sentido de que precisamos das informações que eles nos fornecem, precisamos das interpretações que eles dão, não dependente no sentido de que eu não possa fazer o meu trabalho se eles saírem, por exemplo, completamente da minha rede de contatos. Agora é verdade que há aí alguma cumplicidade. Eu sempre costumo dizer que há entre os jornalistas políticos e suas fontes de informação uma relação dupla de cumplicidade e de consensualidade. Consensualidade porque muitas vezes eu quero revelar o que eles querem esconder, mas de cumplicidade, por que, na verdade, partilhamos de um interesse comum que é as pessoas as informações que conseguimos. E isso é o interesse do jornalista, que quer, obviamente, ter a matéria com a fonte noticiosa pra suas audiências, mas é também interesse do político, que quer fazer chegar as suas aos seus eleitores.

19. - Você acha que o jornalismo político que é feito hoje influencia na opinião do público em geral? Tem um papel determinante?

Não sei se tem um papel determinante, agora tem um papel muito importante, de lhe fazer chegar as notícias que eles depois falem na mesa do café, ou em família. A informação política que se produz é no fundo a informação que formata o espaço

público onde esta informação está a ser formatada, está a ser discutida, está a ser organizada, e desse ponto de vista eu acho que há ali um grau muito relevante em termos de interferência. Faria um pouco mais de reserva sobre a capacidade que o jornal político ou um analista político tem de influenciar a opinião de determinada pessoa. Eu continuo a pensar que as pessoas conseguem pensar pela sua cabeça, conseguem depois de processarem determinada informação a que tiveram acesso ter a sua própria compreensão dos fenômenos. Agora, eu acho que até pelo ângulo de abordagem do jornalismo político, as pessoas acabam também por se deixar influenciar sobre a informação que recebem.

20. - Você recebe algum tipo de feedback?

Não muito, agora graças às novas tecnologias, aos emails, o jornal onde eu trabalho, quando eu assino uma peça, fica o meu email também por baixo do meu nome, e, portanto é muito fácil um leitor me mandar um email comentando um artigo que eu escrevi, ou no caso das análises políticas que faço em televisão, as pessoas, com alguma regularidade, telefonam para fazer algum comentário qualquer, pra dizer que gostaram, pra dizer que não gostaram, pra dizer que concordam, ou não, mas ainda assim é um número relativamente restrito. Não posso dizer que aja ali um feedback. Já é mais freqüente com as fontes de informação, que por causa desse contato regular, isto é, quando eu faço contato para obter alguma informação, na semana seguinte vou falar com ela a propósito de uma coisa qualquer ou para manter o contato, e é muito natural que essa pessoa me comente o artigo que eu escrevi, dando a sua opinião. Portanto, eu diria que recebo mais feedback das fontes de informação do que da audiência.

21. - Os políticos usam muito sound-bites? Como você lida com isso?

Soundbites é das coisas mais úteis para o jornalista, quando o jornalista tem poucas palavras, ou pouco tempo pra dizer o que quer, quando o político reduz aquilo à frases que são sonoras, frases que tem grande capacidade de comunicação, ajudam o trabalho do jornalista. Agora quando nós partimos para o trabalho de interpretação, o soundbite cria dificuldades, nós temos que extrair informação desse soundbite, e o soundbite muitas vezes tem muito pouca informação. Muitas vezes são apenas frases feitas. São muito bonitas, mas quando nós esprememos tem muito pouco sumo. É aí que o trabalho do jornalista fica difícil. Portanto, o soundbite por um lado ajuda a sintetizar informação, mas depois dificulta no momento da interpretação, no momento de ir mais além das palavras dizem, e obter aquilo que é verdadeiro sobre o significado das coisas que estão em jogo.

22. - Você percebe quando um político tenta disfarçar ou manipular um fato por meio do seu discurso?

É quase sempre, o que um político fala, o jornalista sabe que ele está a tentar manipulá-lo, é função dele manipular, é função dele fazer perceber que a idéia que tem é melhor que a idéia que tem a concorrência; é função dele fazer que um fenômeno qualquer que lhe poderia ser prejudicial para a sua imagem, procura transformar num fenômeno qualquer. Os *spin-doctors*, que são aqueles tais especialistas que andam em volta dos políticos, têm exatamente essa função: transformar qualquer coisa negativa em positiva. Até diria que uma parte importante do político é manipular, e, portanto o trabalho do jornalista é desqualificar a manipulação. É estar sempre com pé atrás praticamente sobre aquilo que o político diz. Mas isso também eu acho que acontece em qualquer área do jornalismo. As fontes de informação são sempre tendenciosas. A fonte de informação está ali presente sempre pra dar uma visão manipulada daquilo que aconteceu. E é trabalho do jornalista estar constantemente atento aos graus de manipulação e também as condições manipuladores que estão subjacentes.

23. - Você acha que os discursos políticos de hoje estão mais uniformizados? São produzidos para se encaixar no que o público quer?

Ah, claro. Não só aquilo que o público quer, mas ao sistema midiático, os soundbites são exatamente um exemplo disso. É organizar o discurso para que ele caiba no tipo de jornal, pra que ele caiba nos poucos segundos de uma peça radiofônica ou televisiva. E depois, também, tentar agradar aquilo ao que eleitores procuram, mas muitas vezes, que encontrar soluções práticas, pragmáticas, para os problemas que as pessoas sentem, e aqui, muitas vezes, uma esquizofrenia entre o que eles dizem e os resultados que eles procuram obter, porque na verdade, aquilo que eles dizem, se ajusta muito mais ao sistema midiático precisam aquilo que os eleitores gostavam ou querem ouvir, mais do que aquilo que são as soluções, que na verdade, os políticos precisam de obter.

24. - Os novos meios tecnológicos, ou ainda as redes sociais, provocaram alguma mudança no seu jeito de trabalhar? Na forma como lida com a notícia e os políticos?

Claro que sim. Cada vez mais é frequente, antes de escrever uma peça pra o Expresso ou uma análise para a televisão, eu consultar redes sociais, como o *twitter*, blogues de informação política para me ajudarem a compreender aquilo sobre o que eu vou escrever, ou vou falar, e, portanto, aquilo que são redes sociais, aquilo que são

espaços de informação entre fontes de informação, jornalistas, analistas de comunicação, assessores etc., são espaços onde eu, e penso que outros colegas meus, vão colher a informação de que precisamos para realizar o nosso trabalho.

25. - Qual o papel dos jornalistas dentro da política?

Os jornalistas são, por um lado, amplificadores das idéias dos políticos, somos incômodos, porque muitas vezes os nossos interesses não são os interesses deles, falamos ou escrevemos sobre coisas que eles preferiam que ficassem em silêncio. Mas somos sobretudo intérpretes, e aí eu não sei se eles gostam ou não do que nós fazemos; agora eu acho que todos eles compreendem o papel muito importante que nós temos em formatar aquilo que é a apreciação que as pessoas têm em relação ao seu próprio trabalho, e portanto, eu acho que não é possível no atual momento, falar do sistema político sem falar do sistema midiático. Imaginar a política sem os jornalistas. Os jornalistas são uma parte integrante da política. A política em grande parte é feita para e por causa dos jornalistas. Não por eles, claro, mas por aquilo que eles representam em termos sociais, em termos de comunidades no interior do qual os jornalistas atuam.

## APÊNDICE 2

- **Entrevista com a jornalista política Carla Soares, do Jornal de Notícias.**

1. - Você se considera um jornalista especializado em política? Por quê?

Sim, porque já faço jornalismo político há doze anos, lido com os vários políticos, de vários organismos públicos, privados, e penso que ao longo deste tempo posso me considerar especializada em política. É a área que eu gosto, é minha área de eleição e pretendo fazer cada vez mais jornalismo político.

2. - Você se considera parte de uma espécie de “tribo” especializada em Jornalismo Político?

Não usaria a palavra "tribo", mas considero que faço parte de um grupo de jornalistas especializados em jornalismo político. Essa é, pelo menos, a área a que me tenho dedicado ao longo dos anos e aquela que colhe a minha preferência. Além disso, fiz uma pós-graduação em Jornalismo Político, precisamente.

3. - Você acha que existe um sentimento e união entre os jornalistas políticos de Portugal?

Sim, penso que há uma cumplicidade, muitas vezes até mesmo ajuda, principalmente aqui no Porto. Nos procuramos, conversamos, trocamos opiniões, eu diria que somos quase cúmplices em muitas ocasiões.

4. - Você tem alguma metodologia de trabalho específica?

Minha metodologia de trabalho em jornalismo político acaba por ser um método em negociar, acaba por ser uma negociação, há vários autores que já abordaram essa questão, acaba por ser uma relação de troca. Há aqui vários interesses em jogos que precisamos avaliar. A o meu interesse primeiro como jornalista, há o interesse do jornal, há o interesse do público, e do outro lado da fonte. Portanto nós tentamos jogar nesse tabuleiro, articular todos esses interesses, acabando por fazer uma negociação

5. - Você acha que trabalha de forma semelhante a outros jornalistas da área?

Sinceramente, não acompanha o cotidiano dos jornalistas que façam política. Atualmente nesta seção, sou praticamente apenas eu [no jornal] que faço. Mas tento ao longo dos anos criar vários métodos semelhantes, sendo que cada pessoa tem o seu método pessoal, o modo de conseguir as fontes. Foram anos falando com políticos, anos e anos, muitas vezes diariamente, acaba sendo um método muito particular, uma forma de trabalhar muito pessoal.

6. - Você considera o jornalismo político feito em Portugal um jornalismo de qualidade?

Sim, penso que sim, cada vez mais.

7. - Você acha que consegue seguir o código deontológico dos jornalistas portugueses?

Sim, sigo e acima de tudo, a parte de seguir o código deontológico dos jornalistas, eu tenho a minha própria ética e aquilo que eu tenho prezado desde o início é o rigor e a ética. E muitas vezes eu digo que é preferível deixar de publicar uma boa notícia e arriscar perdê-la pra concorrência, que se publicar uma notícia que não tenha base ou fundamentos, porque assim não se conquista a confiança do público. Sem essa confiança, sem esse rigor, perde-se tudo.

8. - Quais os constrangimentos que você tem de lidar no dia-a-dia da profissão? Quais os impedimentos que você encontra para exercer a profissão?

O tempo, basicamente, apenas o tempo. O resto, os obstáculos são facilmente ultrapassáveis. Conversamos, tentamos trocar impressões. Em termos de fontes, tentamos ouvir sempre as pessoas todas, e arranja-se um tempo para confrontar as versões e tentar averiguar ao máximo se a fonte nos enganou ou não, entre aspas. Mas o problema mesmo é falta de tempo.

9. - Como você lida com a imparcialidade? Como o jornalista político lida com a imparcialidade?

A imparcialidade tem sido o fio condutor de todo o meu trabalho, no qual tento ser o máximo possível objectiva, apesar da subjectividade inerente a qualquer produção textual. Sobretudo tratando-se de temas políticos, o meu esforço vai no sentido de não ser parcial e de não transmitir opinião, a qual tem o seu espaço próprio num jornal.

10. - Você acha que enquanto jornalista político assume um papel de busca pela verdade?

Sim, busca da informação, no primeiro instante, na minha atitude é que eu própria buscarei, eu buscarei a informação e a busca pela verdade. Se eu acho que ali há alguma coisa estranha, eu não descanso enquanto não ligar a meio mundo e confirmar. Eu não consigo escrever se não tiver a certeza de que aquilo é verdade. Há sempre a dúvida, a própria fonte pode estar enganada, estar de boa fé conosco, mas estar mal informada ela própria e ser usada. Mas eu tinha que sentir que minimamente a informação é verdadeira.

11. - Qual o papel das fontes no seu trabalho?

É essencial, é aquilo que eu faço todos os dias. É negociar com as fontes, acaba por ser uma convivência de anos e, portanto, é isso basicamente.

12. - Você cultiva fontes nos partidos políticos? Como?

Sim, não só assessores. O assessor é fundamental, para ter a fonte digna oficial do partido, mas basicamente as minhas fontes são não oficiosas, as pessoas que estão dentro do partido e falam comigo de forma anônima. São essas, sobretudo que me dão as notícias.

13. - Onde você encontra mais fontes? Você tem alguma forma especial de lidar com elas?

Eu aproveito alguns eventos, algum trabalho, alguma conferência de imprensa, algum congresso. Congressos partidários são uma grande fonte de fontes. São aí que se encontram diversas pessoas que nós costumamos falar pelo telefone, mas não conhecemos pessoalmente. Congressos são ótimos lugares para nós conhecermos novas fontes e cultivarmos essas mesmas fontes. A forma que eu tenho pra lidar com as fontes é com confiança, confiar em mim. Nunca subjugando o jornal, porque eu gosto de pensar que o interesse maior é da fonte. Não gosto de pensar que o interesse maior é meu, porque assim nós temos uma posição de quase igualdade, ao mesmo nível. E eu tento cultivar uma situação semelhante à amizade, conversamos, e eu sei que posso contar com essa pessoa, e essa pessoa também sabe que pode contar comigo. É a tal troca. E em troca da manutenção dessa fonte, da promessa de ter uma notícia mais importante, eu acabo por não noticiar algo de alguma forma. É essa relação que eu estabeleço com elas.

14. - Qual o tipo de evento que proporciona melhor material político? Entrevistas, comícios, debates, sondagens etc.?

Congressos partidários são aqueles que por eleição me dão mais notícias, e encontramos muitas fontes anônimas. Às vezes eu estou num congresso, e estou a falar com alguém que está a dois metros de distância sentado, que não pode estar a falar comigo pessoalmente para não desmascarar a fonte e conversamos assim. E os congressos são as fontes de eleição.

15. - Você troca informações com outros jornalistas da sua área?

Eu troco sempre informação com os colegas, porque estamos a conversar, a trocar impressões, e se o colega chegar atrasado, eu passo-lhe a matéria, mas é óbvio que se estiver com um colega no mesmo ambiente de trabalho e houver alguma coisa que eu descubra, e essa coisa é exclusiva pra mim, fui eu quem descobri, é óbvio que eu

não vou passar ao colega. Mas tudo que seja informação básica, que seja para todos, é óbvio que eu passo ao colega.

16. - Você utiliza alguma estratégia ao falar diretamente com políticos?

Tento ser objetiva, tento ser simpática, não demasiado, tento ter um tom profissional, seguro. Transmitir confiança no que estou dizendo. Lá estar, pra mim, é com rigor e confiança.

17. - Como você lida com a comunicação política dos partidos/políticos?

É uma relação amigável nos casos em que já conhecemos essas fontes oficiais, porque trabalhamos com elas durante vários anos. O problema é nesta altura, em campanhas, autárquicas e legislativas. Vêm novos protagonistas, novos assessores, empresas de comunicação são contratadas na hora que nós não conhecemos e acabamos por ser alvo de burocracia, da vontade de pessoas que não conhecemos. Pedimos informações e acaba por ser complicado confiar nessa informação. É uma coisa muito dispersa, tudo ao mesmo tempo nessa altura, e contato com pessoas que não conhecemos, nem temos ainda aquela relação de confiança que é necessária.

18. - Você vê os jornalistas como dependentes dos políticos, e vice-versa?

Não é uma questão de dependência. Eu não sinto a mim, nem a outros jornalistas dependentes de políticos. A minha fonte de informação, quanto mais local é, é mais difícil se libertar dessa dependência, o jornalista local acaba a sofrer com isso. Se ele não tiver essa dependência com políticos, ele não tem notícias. Acabam por deixar essa notícia a um grupo restrito. Quem faz notícias de um modo mais geral, como o distrito, o país, acaba por ser mais fácil. Eu penso que a dependência é igual. A dependência que eu tenho em relação ao político é a mesma que ele tem em relação a mim. Não há nenhuma sensação de inferioridade a ninguém.

19. - Você acha que o jornalismo político que é feito hoje influencia na opinião do público em geral? Tem um papel determinante?

Tem, penso que tem. Cada vez mais, porque o jornalismo político chegou aos canais privados de televisão, está na internet, temos novos semanários. Eu penso que a informação política é determinante para formar a opinião das pessoas. E as pessoas têm poucas formas de aceder a política fora os meios de comunicação, fora uma informação que seja muito generalizada, além daquela que nós vemos nas campanhas e nas transmissões de televisão, somos nós que transmitimos isso ao cidadão.

20. - Você recebe algum tipo de feedback?

Sim, até acaba por ser uma coisa curiosa. Há pouco tempo começamos a introduzir no cabeçalho, temos lá o nosso nome, o nosso email direto. E às vezes recebemos uma mensagem de alguém ou um telefonema pra saber uma notícia nossa, pra concordar, ou até mesmo discorda, quer nos acrescentar alguma coisa.

21. - Os políticos usam muito sound-bites? Como você lida com isso?

Eu penso que há uns anos era pior. Há uns anos, na época dos comícios, isso acontecia mais, eram sempre as mesmas idéias. E apesar de isso ainda acontecer agora, com vários partidários, entre eles o Primeiro Ministro, penso que já não é tão notório.

22. - Você percebe quando um político tenta disfarçar ou manipular um fato por meio do seu discurso?

Sim, claramente. Apesar de eu achar que isso não acontece constantemente, já houve casos em que isso aconteceu, e, por exemplo, às vezes sai uma notícia num dia, e o político vem no dia a seguir, nos dizer algo que nós percebemos estar a responder aquela situação, a tentar manipular ou disfarçar algo que foi dito ou críticas da oposição, mas não o faz diretamente.

23. - Você acha que os discursos políticos de hoje estão mais uniformizados? São produzidos para se encaixar no que o público quer?

Eu penso que não. Penso que não posso dizer que estejam mais, mas isso continua a acontecer e os políticos têm assessores de imagem, têm vários assessores de comunicação que os ajudam a produzir discurso com o que as pessoas querem. Isso sempre aconteceu. Não consigo concluir que isso aconteça mais agora do que aconteceu em outra hora.

24. - Os novos meios tecnológicos, ou ainda as redes sociais, provocaram alguma mudança no seu jeito de trabalhar? Na forma como lida com a notícia e os políticos?

Sim, mas pouco. Nessas redes sociais muitas vezes são colocadas notícias nossas e são colocados links do Jornal de Notícias que falam daquela notícia. Temos blogues que debatem as nossas notícias, metem uma notícia online, depois debatem e muitas vezes somos alertados pra isso, e muitas vezes conseguimos retirar. Mas não é um fator determinante e constante no meu trabalho. É transitório.

25. - Qual o papel dos jornalistas dentro da política?

Penso que o papel do jornalista é fazer a ligação entre político e o público. Não fazer apenas pé de microfone que é aquilo que costumo criticar nos jornalistas que é reproduzir literalmente aquilo que o político diz, mas tentando interpretar e expor ao

leitor as consequências daquilo que é dito, portanto, há o discurso político e nós explicamos ao leitor no que que aquilo vai afetar a sua vida, que que aquilo quer dizer em termos práticos, temos o jornal a continuar de ter aquela função que não tem os outros meios de comunicação que é explicar.

### APÊNDICE 3

- **Entrevista com a jornalista política Sofia Rainho, do jornal SOL.**

1. - Você se considera um jornalista especializado em política? Por quê?

Sim, porque em princípio é a área em que sempre trabalhei. Quando estagiei ainda tive uma experiência na área da sociedade, porque era o que eu pensava que queria fazer na altura. Eu não tinha nenhum gosto em especial pela política antes de ir pra jornalismo. Quando via os jornais, não era necessariamente a primeira seção que eu procurava para ler. Mas foi por assim dizer um bocadinho de acidente de percurso. O estágio que eu fiz no Diário de Notícias, em 98, foi na sociedade e não correu bem como eu gostaria que tivesse corrido, não correspondeu a tudo que eu esperava, entretanto, passado alguns meses, surgiu a oportunidade de estagiar para o Expresso, onde eu comecei realmente a minha profissão, isso na área de política. Tem graça que na altura disseram-me que na política tinha uma coisa, víamos o efeito do nosso trabalho na vida das pessoas, porque acabávamos de certa forma, ao lidarmos com os políticos, acabamos por muita das vezes, influenciar e isso tem efeito na vida das pessoas.

2. - Você se considera parte de uma espécie de “tribo” especializada em Jornalismo Político?

Posso dizer que sim, porque já estou há diversos anos a contactar com pessoas, já acompanhei tantas matérias, portanto posso dizer que sim, que a área da política é uma área que eu domino, em que me sinto a vontade.

3. - Você acha que existe um sentimento de união entre os jornalistas políticos de Portugal?

Eu não diria um sentimento de união. Há uma união, uma certa em união entre os jornalistas em geral. E muito facilmente criticam os outros, são muito exigentes e criticam muito os outros. Os jornalistas são muito críticos em relação a outros jornalistas. Há, por exemplo, um grande sentimento de união entre os jornalistas do Parlamento. Nós os chamamos “ratos do Parlamento”, conhecem o lugar todo, conhecem os funcionários, os assessores, vivem lá. E aí, nesse sentido, há uma união entre os jornalistas políticos

4. - Você tem alguma metodologia de trabalho específica?

A metodologia de trabalho que tenho, que eu acho que é comum a muitos jornalistas políticos, é, portanto, a preocupação de falar com regularidade com as nossas fontes de

informação. No meu caso, procuro falar todas as semanas com as pessoas da direção do PSD, do CDS, da Presidência da República. Muitas vezes, uma coisa muito importante também é combinar um encontro pra um café, pra um almoço são muito importantes, são investimentos que valem à pena. É muito importante essa proximidade que se cria com as fontes para conhecer melhor as pessoas, ganham mais confiança em nós, pra quando chega a hora de contar aquilo que está por trás, nos bastidores, mas compensa conversa conosco do que com os outros.

5. - Você acha que trabalha de forma semelhante a outros jornalistas da área?

Sim.

6. - Você considera o jornalismo político feito em Portugal um jornalismo de qualidade?

Considero um jornalismo de qualidade. É lógico que há coisas que não têm qualidade, há coisas que funcionam melhor num jornal que no outro. Mas no geral, é de qualidade, sim.

7. - Você acha que consegue seguir o código deontológico dos jornalistas portugueses?

Sim. Tenho essa preocupação.

8. - Quais os constrangimentos que você tem de lidar no dia-a-dia da profissão?  
Quais os impedimentos que você encontra para exercer a profissão?

Eu não consigo identificar nenhum constrangimento, nenhum obstáculo que me impeça.

9. - Como você lida com a imparcialidade? Como o jornalista político lida com a imparcialidade?

Pra mim não é difícil ser imparcial. Tenho a preocupação de seguir o código. Mas não é difícil pra mim ser imparcial. É óbvio que há pessoas com quem me relaciono melhor do que com outras, em termos de fontes, mas nunca houve nenhum constrangimento em mim para distinguir as coisas quando vou escrever alguma coisa sobre essa pessoa.

10. - Você acha que enquanto jornalista político assume um papel de busca pela verdade?

Sim. Transmitir o máximo de informação possível, e procurar realmente o que está por trás.

11. - Qual o papel das fontes no seu trabalho?

Fundamental.

12. - Você cultiva fontes nos partidos políticos? Como?

Cultivo, claro. Como lhe disse, com contatos regulares. E já conheço muitas pessoas depois de trabalhar há muito tempo na área. Às vezes, vale a pena também investir em fontes que não são tão importantes dentro dos partidos, mas que muitas vezes nos dão mais informações do que as pessoas de poder dentro do partido. É fundamental cultivar a relação com as fontes.

13. - Onde você encontra mais fontes? Você tem alguma forma especial de lidar com elas?

No Parlamento. Devemos ir com regularidade as sedes dos partidos.

14. - Qual o tipo de evento que proporciona melhor material político? Entrevistas, comícios, debates, sondagens etc.?

Comícios nem pensar. As entrevistas com os políticos. É fundamental a abordagem pessoal, sem outras pessoas por perto, sem outros jornalistas.

15. - Você troca informações com outros jornalistas da sua área?

Com os meus colegas de jornal sim. Com outros os outros colegas, pode-se dividir opiniões. Informações não, não posso dar as nossas informações privilegiadas para a concorrência.

16. - Você utiliza alguma estratégia ao falar diretamente com políticos?

Não uso nenhuma estratégia em particular. O que eu faço muitas vezes é pressionar muito, eu tenho uma semana pra trabalhar, para realizar o meu trabalho, a estratégia que utilizo é mandar sms, para dizer que é mesmo importante falar sobre alguma coisa, e geralmente isso funciona, a pessoa acaba por me ligar. Tento cultivar ao máximo uma relação de confiança. Que de fato, eu às vezes digo: “diga-me então, porque essa informação é importante para eu escrever o meu trabalho, a minha peça, e eu posso deixar claro que eu não uso isso, portanto, para eu obter o quadro todo sobre aquilo que está a se passar. Aquilo que é em *off* é em *off*, aquilo que é *on* é *on*”, e eu respeito sempre isso.

17. - Como você lida com a comunicação política dos partidos/políticos?

Bem. Facilmente. Os assessores dos partidos com quem eu trabalho já me conhecem há muito tempo. Falo com muita facilidade, tenho confiança neles.

18. - Você vê os jornalistas como dependentes dos políticos, e vice-versa?

Existe. Eles precisam muito de nós e pra nós eles são fundamentais. Nós precisamos de fontes para trabalhar

19. - Você acha que o jornalismo político que é feito hoje influencia na opinião do público em geral? Tem um papel determinante?

Eu acho que tem muita influência, até porque volta e meia acontece dos políticos se queixarem dos ataques dos meios de comunicação. O nosso trabalho tem influência, pra bem ou pra mal, na opinião que as pessoas formam sobre as coisas.

20. - Você recebe algum tipo de feedback?

Sim, do público chega-me por vezes email. Feedback dos políticos também. Alguns mais corretos que os outros, alguns ligam pra fazer alguma correção. Ou então ligar para dizer que não gostaram da notícia. Ou pelo contrário, para dizer que gostaram.

21. - Os políticos usam muito sound-bites? Como você lida com isso?

Imenso. Às vezes é irresistível, porque às vezes são soundbites tão bons que nós temos a tentação de ir atrás deles. Há uns que são peritos nisso, o Paulo Portas, por exemplo, que dá resultado com ele. Nós temos tentado a resistir isso, porque soundbite é uma coisa que pega.

22. - Você percebe quando um político tenta disfarçar ou manipular um fato por meio do seu discurso?

Sim, completamente. Por exemplo, quando estamos a insistir num assunto e eles tentam nos levar para o outro lado, para tentar desviar atenção daquilo, portanto, que não querem que isso venha cá pra fora agora, que nós tratemos desse assunto, isso nos percebemos com certeza.

23. - Você acha que os discursos políticos de hoje estão mais uniformizados? São produzidos para se encaixar no que o público quer?

Sim, eles cada vez mais têm consultores de marketing, comunicação, e repetem muito, tendem muito a copiar o que vem lá de fora. Por exemplo, o Obama foi um fenômeno e a comunicação política do Obama foi um fenômeno, que os nossos políticos tentaram imitar, copiar, portanto, isso é cada vez mais inevitável.

24. - Os novos meios tecnológicos, ou ainda as redes sociais, provocaram alguma mudança no seu jeito de trabalhar? Na forma como lida com a notícia e os políticos?

No meu caso não, porque eu resisto. Não sou info-excluída de maneira nenhuma, mas não tenho o hábito que alguns jornalistas têm de ir com regularidade aos blogues de pessoas da minha área. Eu não faço isso, é uma opção minha e tenho cuidado. Tenho *facebook*, por exemplo, é uma rede social, e aceito muitos políticos como amigos, não sei se fiz bem ou mal, mas evito sempre, por exemplo, pôr opiniões sobre aquilo que está a se passar no trabalho. No meu caso não me afetou muito. Mas também facilitou, os sites, o *gmail* é uma forma muito eficiente de buscar informação.

25. - Qual o papel dos jornalistas dentro da política?

Eu acho que é um bocado interpretar e identificar para os cidadãos aquilo que está realmente em causa. Nós temos, por um lado, de desmistificar os temas complicados, mas também desmistificar o que eles estão a querer mesmo com isso. Tentar dar a informação, decodificando tudo que está por trás, para assim as pessoas terem um acesso mais completo a verdade.

#### APÊNDICE 4

- **Entrevista com a jornalista política Filomena Fontes, do jornal Público.**

1. - Você se considera um jornalista especializado em política? Por quê?

Sim. Porque é a parte dominante do meu trabalho.

2. - Você se considera parte de uma espécie de “tribo” especializada em Jornalismo Político?

Não.

3. - Você acha que existe um sentimento e união entre os jornalistas políticos de Portugal?

Não.

4. - Você tem alguma metodologia de trabalho específica?

Tenho algumas especiais, mas não são sempre iguais, digamos por que os atores políticos nunca são iguais.

5. - Você acha que trabalha de forma semelhante a outros jornalistas da área?

Sim.

6. - Você considera o jornalismo político feito em Portugal um jornalismo de qualidade?

Algum.

7. - Você acha que consegue seguir o código deontológico dos jornalistas portugueses?

Acho.

8. - Quais os constrangimentos que você tem de lidar no dia-a-dia da profissão? Quais os impedimentos que você encontra para exercer a profissão?

Às vezes, falta de tempo. Muitas vezes o tempo de investigação, de recolha de informação não é compatível com a pressão da publicação. Alguma também alguma desqualificação do jornalismo político em face aos políticos.

9. - Como você lida com a imparcialidade? Como o jornalista político lida com a imparcialidade?

Não é uma coisa difícil pra mim. Tenho por matriz a verdade dos fatos, eu procuro a verdade dos fatos. Parece um jargão, mas não. Eu tenho que ter fontes, primeiro conquistá-las e confiarem em mim. A relação de confiança é fundamental. E

ter sempre a preocupação de perceber o contraditório, em jornalismo político é fundamental. Ouvir outras opiniões que às vezes vão pra além das notícias que estão a se passar.

10. - Você acha que enquanto jornalista político assume um papel de busca pela verdade?

Sim.

11. - Qual o papel das fontes no seu trabalho?

É muito importante.

12. - Você cultiva fontes nos partidos políticos? Como?

Sim. Procurando-os com regularidade, conversando com eles. O contato pessoal.

13. - Onde você encontra mais fontes? Você tem alguma forma especial de lidar com elas?

Eu procuro sempre chegar ao rosto da notícia, ou aos rostos das notícias. Numa conversa direta com o ator da notícia.

14. - Qual o tipo de evento que proporciona melhor material político? Entrevistas, comícios, debates, sondagens etc.?

Eu acho que entrevistas e debates.

15. - Você troca informações com outros jornalistas da sua área?

Sim, não tenho problema nenhum em trocar informações.

16. - Você utiliza alguma estratégia ao falar diretamente com políticos?

Procuro, pelo menos.

17. - Como você lida com a comunicação política dos partidos/políticos?

Lido bem. Tendo em mente que a comunicação política dos partidos é propagando política, tem uma componente de informação, tem uma componente de propaganda, e isso tem que estar bem distinto na nossa cabeça. Portanto, lido bem. Nós precisamos dela, mas tem que fazer uma triagem.

18. - Você vê os jornalistas como dependentes dos políticos, e vice-versa?

Não.

19. - Você acha que o jornalismo político que é feito hoje influencia na opinião do público em geral? Tem um papel determinante?

Determinante não tem.

20. - Você recebe algum tipo de feedback?

Sim.

21. - Os políticos usam muito sound-bites? Como você lida com isso?

Eles utilizam muito. Mas lindo muito bem com isso. Eles podem usar, mas eu também tenho instrumentos, e posso desmontá-lo. Eles têm as armas deles, e nós temos a nossa. Podemos escrevê-los e explicá-los, aliás, é um dos nossos deveres.

22. - Você percebe quando um político tenta disfarçar ou manipular um fato por meio do seu discurso?

Às vezes sim, às vezes não. Depende dos fatos que ele vai discutir.

23. - Você acha que os discursos políticos de hoje estão mais uniformizados? São produzidos para se encaixar no que o público quer?

Sim. E acho até que quem foge a esse *mainstream* da retórica corre dois riscos, um virtuoso, que é o risco de surpreender as pessoas, e, portanto, as pessoas o virem como voz dissonante, ou então, ser justamente esmagado por não estar no *mainstream*.

24. - Os novos meios tecnológicos, ou ainda as redes sociais, provocaram alguma mudança no seu jeito de trabalhar? Na forma como lida com a notícia e os políticos?

Sim. Temos mais informações pra explorar, mais pistas para seguir.

25. - Qual o papel dos jornalistas dentro da política?

Eu acho que é não se diferencia de outro papel social, acho que o jornalista tem de relatar os fatos de acordo com a sua importância, sua utilidade e o interesse público, e nunca sair daquilo que acha que é essencial para as pessoas estarem mais informadas e serem livres, ajudar-las a serem livres.

## APÊNDICE 5

- **Entrevista com o jornalista político Vitor Matos, da revista Sábado.**

1. - Você se considera um jornalista especializado em política? Por quê?

Sim, porque eu faço política há muitos anos. É o que faço todos os dias.

2. - Você se considera parte de uma espécie de “tribo” especializada em Jornalismo Político?

Os jornalistas cobrem as mesmas áreas, seguem certos códigos, maneiras de interpretar as coisas, conhecem as mesmas coisas, têm memórias parecidas. Sob esse ponto de vista, formam uma unidade, mas não sei se uma tribo.

3. - Você acha que existe um sentimento e união entre os jornalistas políticos de Portugal?

Não sei, não diria que há união, nem desunião.

4. - Você tem alguma metodologia de trabalho específica?

Nós primeiro temos aqui na revista um *brainstorm* nas reuniões, para termos alternativas de abordagem aos assuntos. Nós fazemos uma preparação antes de ir numa entrevista, fazer perguntas bem difíceis, bem fechadas. Temos que estar bem preparados. Uma coisa que eu costumo fazer é, depois pego meu bloco de notas e faço vários quadros numa folha A4, para depois só olhar para essa folha e ter tudo ali.

5. - Você acha que trabalha de forma semelhante a outros jornalistas da área?

Talvez não. Sobretudo se for em comparação a jornais diários. Procuramos sempre ter abordagens diferentes. Acho que a nossa maneira de trabalhar aqui é... Tentamos fazer as coisas um bocadinho diferentes.

6. - Você considera o jornalismo político feito em Portugal um jornalismo de qualidade?

Acho que sim, como em tudo. Há coisas boas e más, piores e melhores. Não acho que seja de altíssima qualidade como outros jornais mundiais, mas também não acho que seja tão mal quanto faz crer. Acho que é um bom jornalismo. Às vezes tem os mesmos problemas que os outros jornais têm. Com as mesmas coisas boas e os mesmos erros.

7. - Você acha que consegue seguir o código deontológico dos jornalistas portugueses?

Acho que sim.

8. - Quais os constrangimentos que você tem de lidar no dia-a-dia da profissão? Quais os impedimentos que você encontra para exercer a profissão?

Alguma dificuldade em acesso à documentação pública. E outra questão são as fontes que se negam por coisas sem sentido, e tentam boicotar o nosso trabalho. Gente que se nega a falar comigo porque eu não dou notícias que não são positivas.

9. - Como você lida com a imparcialidade? Como o jornalista político lida com a imparcialidade?

Eu procuro ser imparcial. Se eu faço um artigo que prejudica seriamente o PSD, vem o PSD dizer que isso foi o PS. Depois se eu faço um artigo do PS dizer que foi o PSD. A mim tanto me faz, o fato é que eu tenho que tratar a informação como eu tenho que tratar. Não importando se é verdade, amarela, laranja ou cor de rosa.

10. - Você acha que enquanto jornalista político assume um papel de busca pela verdade?

Pois, esse é o trabalho de todos os dias.

11. - Qual o papel das fontes no seu trabalho?

Essencial. Sem as fontes eu não conseguiria as informações, não teria acesso à informação desejada. Acho que é essencial ter uma boa relação com as fontes que estão próximas ao centro do poder, e fora, isso é importantíssimo. Uma pessoa tem de ter boas fontes, mas não pode fazer as suas histórias pensando nas fontes, tem que pensar nas pessoas, e se for preciso, incompatibilizar-se com as fontes, por exemplo, escrever uma história que vai desagradar as fontes, é mais importante escrever a história e desagradar as fontes do que não escrever a história e não informar aos leitores. Isso às vezes é uma decisão difícil de fazer. Porque às vezes a fonte pode vir a me por em quarentena, como já aconteceu.

12. - Você cultiva fontes nos partidos políticos? Como?

Sim, pois é como estava a dizer antes.

13. - Onde você encontra mais fontes? Você tem alguma forma especial de lidar com elas?

As pessoas conhecem-me, já faço política há muito tempo. Há pessoas com quem eu já tenho uma certa proximidade, com quem já almoço. E depois vou tentando aumentar meu número de fontes. Quando comecei era mais difícil, mas hoje em dia se ligar uma fonte que não conheço, ele ou tem uma idéia do meu trabalho, ou rapidamente há alguém que lhe diga.

14. - Qual o tipo de evento que proporciona melhor material político? Entrevistas, comícios, debates, sondagens etc.?

Aqui na revista são as conversas com as fontes.

15. - Você troca informações com outros jornalistas da sua área?

Às vezes, comentamos. Não trocamos notícias, não é? Mas trocamos impressões, interpretações, análises, e muitas vezes um background, sobretudo se a revista não tiver interesse nisso.

16. - Você utiliza alguma estratégia ao falar diretamente com políticos?

Como as relações humanas, se uma pessoa quer ter uma proximidade com outra tem de ser minimamente educado. O jornalista tem que inspirar confiança. Tem que haver, fazer as coisas de uma maneira inteligente, para as pessoas falarem com a gente, e confiar em nós.

17. - Como você lida com a comunicação política dos partidos/políticos?

Depende dos assessores. Há assessores com quem é preciso manter uma relação bastante franca e aberta, e outros não, é realmente complicado. Há outros que tentam manipular. Então eu evito ligá-los.

18. - Você vê os jornalistas como dependentes dos políticos, e vice-versa?

É inevitável. Eu não consigo fazer as minhas histórias sem os políticos, e os políticos não conseguem passar a mensagem sem os jornalistas, e sem uma certa submissão aos jornalistas. Tentaram vender aos jornalistas que o que estão a vender é importante, lhe darem espaço para aquilo que tem a dizer, e os jornalistas procuram coisas nos políticos que valem a pena dar espaço. Isso é inevitável, desde que seja uma relação equilibrada. Desde que o jornalista não sacrifique a notícia para não perder a fonte, e os políticos que não cheguem aos jornalistas condicionando, chantageando.

19. - Você acha que o jornalismo político que é feito hoje influencia na opinião do público em geral? Tem um papel determinante?

Acho que sim, porque o único contato dos políticos é através da comunicação social.

20. - Você recebe algum tipo de feedback?

Mais dos políticos do que os leitores, porque os políticos estão em contato permanente.

21. - Os políticos usam muito sound-bites? Como você lida com isso?

Usam, pensam no que vão dizer e tentam dizer da melhor forma. Aqui na revista nós achamos graça, estamos sempre à espera que eles digam qualquer coisa que vale a pena citar. Na revista é diferente do jornal, nós tentamos ir, além disso.

22. - Você percebe quando um político tenta disfarçar ou manipular um fato por meio do seu discurso?

É isso que tentamos fazer. Nós temos um background que nos permite desconstruir o discurso de um político. Quer conhecendo a sua historia, dados que está a se referir, o seu discurso, se está a entrar em linha com coisas que disse antes. O trabalho permanente do jornalista é estar a tentar desmontar as peças do discurso político.

23. - Você acha que os discursos políticos de hoje estão mais uniformizados? São produzidos para se encaixar no que o público quer?

Eu acho que sim, mas nem sempre isso funciona assim. Eu acho que quanto mais profissionais os políticos, mas isso tende a acontecer. Há dois políticos que são exímios nisso é o Paulo Portas e o Francisco Louçã. O Sócrates também é muito bom. Não basta ter boas idéias, mas tem de comunicar de forma que as pessoas possam entender, captarem as coisas.

24. - Os novos meios tecnológicos, ou ainda as redes sociais, provocaram alguma mudança no seu jeito de trabalhar? Na forma como lida com a notícia e os políticos?

Sim, por exemplo, há muitas vezes que estou ali a trabalhar com o *twitter* aberto, aquilo serve para medir mais ou menos o feeling do dia, a sensibilidade da forma como as pessoas tão olhando para as coisas, e ver como os outros jornais estão lidando com as coisas. Procuo coisas em blogues também, informação, às vezes chamadas de atenção para certos problemas, coisas para as quais os jornalistas não vê, porque não consegue ver tudo, não tem tempo.

25. - Qual o papel dos jornalistas dentro da política?

Pois, dava pra fazer um terço. É de tudo isso que já falamos. O fundamental é, acho eu, um jornalista sozinho pode causar uma interrupção catastrófica na carreira de um político ou do governo, de uma liderança. E isso é um poder que nem os políticos têm.

## APÊNDICE 6

- **Entrevista com o político Miguel Relvas, do PSD.**

1 - Como você vê o jornalismo político português?

Eu acho que Portugal comparativamente com outras realidades suas, no seu país, Portugal tem jornalistas políticos de grande qualidade, e tem jornalistas que conseguem manter um distanciamento e um não envolvimento pessoal na luta e no debate do espaço político. Acho que injustamente, nos últimos anos, foram ultrapassados muito pelos comentadores políticos, que ultrapassaram um papel que era maior dado aos jornalistas, mas posso dizer-lhe que tanto os semanários como os diários, em particular na imprensa escrita e na falada, o mesmo eu já não aplico a televisão, Portugal tem, reconheço pessoas nos jornais diários, nos semanários, nas rádios, jornalistas políticos de grande qualidade, bem preparados, suficientemente distantes da luta do dia-a-dia, isto independentemente de cada um ter uma opção, ter uma maior proximidade com o espaço político, até com uma força política. E só lamento que a qualidade dos jornalistas políticos tenha sido ultrapassada hoje pelo papel dos comentadores. Paradoxalmente, são os jornalistas políticos que ocuparam o espaço dos comentadores políticos na televisão, ou seja, as televisões não foram capazes de gerar dentro dos seus quadros jornalísticos, comentadores políticos suficientemente credíveis e fortes, e estão a recorrer aos jornalistas políticos, tanto a RTP, quanto a SIC, particularmente essas duas com os dois canais de notícias corre muito, é muito vulgar, muito normal encontrar jornalistas políticos. E por outro lado, eu acho também que é importante que consegue se distanciar um pouco da disputa do dia-a-dia. Em tenho uma relação com a grande maioria dos jornalistas políticos que conheço, tenho uma relação de simpatia e de respeito pelo trabalho que fazem.

2. - Como você enxerga o papel dos media dentro da esfera pública?

É um papel muito forte, Portugal é um país muito pequeno, ao contrário de um país grande como o seu. O que é opinião no Pará, pode não ser opinião em Pernambuco. A opinião no Ceará não é certamente a opinião em São Paulo. Em Portugal não, o que se diz em Braga é notícia em Lisboa. Um dos políticos em Portugal que tem dimensão nacional, são vários os políticos que são conhecidos em todo o território nacional, e portanto, esta realidade leva a um escrutínio muito permanente por parte de quem está na atividade pública. Também se constrói com mais facilidade a mesma facilidade com que se destrói uma imagem pública, e Portugal, nos últimos anos, por vicissitude do fato

de ter vários canais de televisão, há uma voracidade muito grande, eu diria mesmo que em Portugal, é um dos únicos países da Europa onde se perde, entre aspas, mais tempo a discutir política. Em Portugal há muito debate, há muito confronto no dia-a-dia. Pouca matéria, pouco confronto e pouco debate sobre matérias de furo, sobre seleção, sobre propostas mais aprofundadas.

3. - Você acha que os media retratam de forma fiel os políticos?

Nem sempre. O desgaste da vida política, uma série de seleções, de processos, envolvimento de políticos particularmente no poder local, situações pouco claras, levou a muito desses políticos, muito das imagens dos políticos esteja posta em causa, levaram que a imagem dos políticos esteja muito descredibilizada, e também o atual sistema eleitoral não ajuda. Esse sistema eleitoral é um sistema que desresponsabiliza a candidatura política. Um político, um deputado em Portugal trabalhar muito ou pouco, acompanhar ou não a realidade da sua base eleitoral e do seu eleitoral porque está num sistema partidário.

4. - Você acha que os media influenciam mais ou menos o interesse da população sobre política?

Acho que afastam a população da política, porque os meios de comunicação retratam muito o lado mau, o lado mesquinho, o lado de combate, o lado da pequena política e muitas vezes, da baixa política. Há muito em Portugal a linguagem do politiquês, que ninguém consegue definir muito bem o que é, entre falar política e falar português. É uma linguagem que é muito negativa, por isso há hoje um afastamento, não só em Portugal, mas na Europa toda, entre os eleitores e os eleitos. E nós temos que caminhar no sentido de credibilizar o desempenho da vida pública.

5. - Quando você tem alguma informação importante, como escolhe para quem divulgá-la?

Eu tenho uma rede de relação com alguns jornalistas, com quem tenho conciliação, e tento escolher os jornalistas que eu sei que tratam com mais seriedade e maior aprofundamento a notícia que eu quero passar. Eu não valorizo tanto o meio de comunicação social, valorizo mais o papel da pessoa que eu conheço.

6. - Você mantém laços com algum jornalista?

Sim, com vários. Tenho vários que são meus amigos, com outros tenho cumplicidade, mas tenho vários que são meios amigos. Não vejo que isso seja negativo, eles não influenciam na minha opinião e eu também não os influencio. Não significa que eu não os tente influenciar e não significa que eles não me tentem influenciar.

7. - Como você classificaria sua relação com a imprensa?

Eu acho que tenho uma boa relação, com os jornalistas tenho uma boa relação. Nunca os enganei e nem me enganaram. Os respeito muito.

8. - Como você entra em contato com os media?

Muitos dos jornalistas conheci no Parlamento, ao longo dos anos, éramos mais novos, eu era um deputado do baixo clero e eles eram estagiários. Hoje muitos deles são jornalistas com peso, e falo muito com eles por telefone, nos encontramos, almoçamos. Em Portugal, a relação do político com o jornalista político é uma relação saudável, porque a imagem pública é de que há independência de parte a parte. Não é assim tanto em outras áreas, na área econômica e desportiva, há uma imagem de maior dependência do jornalista. Mas eu digo também que tem muito a ver com a qualidade do jornalista político que Portugal tem.

9. - Você tem alguma metodologia para falar com os jornalistas? Tem um formato de discurso diferente para cada veículo?

Não.

10. - Você personaliza a informação que divulga?

Sim, personalizo. Consoante não o veículo, mas o jornalista. Eu não privilegio. Pra mim, quem é instrumentado é o veículo, não o jornalista. Eu valorizo o papel do jornalista em detrimento do papel do jornal.

11. - Como lida com as interpretações que os jornalistas dão?

Muitas vezes com muita paciência. Mas aí eu respeito muito, da mesma forma, que eles também têm que respeitar as minhas, não é?

12. - Você já sentiu necessidade de recorrer ao anonimato? O que o senhor acha da questão das fontes anônimas?

Não acho positivo, mas a questão central é quem vai dar o primeiro passo. Quem é que vai dar o primeiro passo? Muitos daqueles que criticam as fontes anônimas são eles muitas vezes essas fontes anônimas. Não acho positivo. E acho que a internet, nos blogues e as redes sociais estão ainda a contribuir mais para o papel do anonimato, porque escondido atrás do anonimato têm permitido muita coisa, e acho que infelizmente, as fontes anônimas vão ser intensificadas e vão ser fortalecidas.

## APÊNDICE 7

- **Entrevista com o político Rui Sá, do PCP.**

1. - Como você vê o jornalismo político português?

Eu a idéia que tenho é que o jornalismo político tem um problema muito sério, o problema que é apostar muito na bipolarização; normalmente os dois maiores partidos de Portugal, o PS e o PSD, são os partidos que têm maior cobertura da comunicação social, e isso corresponde a objetivos editoriais, não tenho dúvida nenhuma de influência que esses partidos têm nos detentores dos veículos de comunicação social. E pode ter uma fase em que um jornal é mais crítico a um partido. E isso a partida é uma coisa negativa, porque a comunicação social deveria ser imparcial e dar ênfase à todos os partidos.

2. - Como você enxerga o papel dos media dentro da esfera pública?

Eu acho que é aqui há um problema que é a governamentalização desses órgãos, ou seja, os órgãos de comunicação social que estão na esfera pública, o partido que está no governo transforma os meios de comunicação em órgãos de propaganda, e é isso que eu acho que é negativo.

3. - Você acha que os media retratam de forma fiel os políticos?

Creio que não. Não tendo eu razão de queixa, eu acho que há nitidamente a criação de mitos por parte da comunicação social relativamente à alguns políticos antes de eles assumirem funções de grande responsabilidade, como o salvador de pátria, e vão se criando essas imagens que depois não correspondem a verdade, e muitas vezes eu acho que os jornais não tem a capacidade crítica suficiente. Por exemplo, o político faz várias promessas, e depois o jornal não tem a capacidade de passado um tempo pergunta “vamos ver as promessas que esse político fez e vamos ver se cumpriu ou não cumpriu!”, e se não cumpriu, confrontar o próprio político. Eu acho que não há um trabalho de pesquisa, nem memória suficiente por parte dos jornalistas para não deixar que os políticos continuem impunes pelo fato de andarem a fazer um conjunto de promessas e propostas que depois não cumpre. Eu acho que temos um jornalismo subserviente.

4. - Você acha que os media influenciam mais ou menos o interesse da população sobre política?

Eu acho que os media tem muita tendência por descredibilizar os políticos, no sentido de considerar que os políticos só estão ali para servir a si próprios.

5. - Quando você tem alguma informação importante, como escolhe para quem divulgá-la?

Do âmbito local, quando há uma informação importante, eu procura realizar uma conferência de imprensa, na minha opinião, deve ser a atitude mais correta. O que não quer dizer que no meu encontro com jornalistas, não uma informação, mas às vezes dar uma sugestão, “olha, dêem uma olhada nessa situação”.

6. - Você mantém laços com algum jornalista?

Eu sou casado com uma jornalista. Tenho um certo à vontade com alguns jornalistas que já cobrem há vários anos a Câmara. Agora pra mim há uma coisa que é sagrada: a fiabilidade da informação que nós prestamos ajuda a ter uma relação muito mais aberta com os jornalistas. Quanto mais informação o jornalista tiver, melhor consegue fazer o seu trabalho. Isso pra mim é que é a idéia sagrada.

7. - Como você classificaria sua relação com a imprensa?

Eu acho que é uma relação cordial, de respeito mútuo, o que não me impede de discordar de determinadas coisas. Noto, por exemplo, um tratamento mais isento dos jornalistas locais do que nos de âmbito nacional.

8. - Como você entra em contato com os media?

Por várias formas. É normal que os media estejam na porta quando terminam as reuniões de câmara para saberem o que se passou na reunião. Sou eu que convoco os jornalistas quando tenho tomada de posições. E muitas vezes há telefonemas dos jornalistas para mim, para saber alguma coisa, opinião ou comentário sobre alguma coisa.

9. - Você tem alguma metodologia para falar com os jornalistas? Tem um formato de discurso diferente para cada veículo?

Não, até porque normalmente o meu contato com os jornalista são em grupo. Mas geralmente procuro avaliar o público alvo do media com o qual estou a falar, essa preocupação tenho.

10. - Você personaliza a informação que divulga?

Não.

11. - Como lida com as interpretações que os jornalistas dão?

Como disse, umas vezes agrada-me, outras vezes não agrada-me. Eu transmito uma idéia de uma determinada maneira, mas considero que é possível e legítimo que aja interpretações diferentes sobre isso, e portanto, eu acho que uma liberdade dos jornalistas de interpretar aquilo que digo e de dar mais valor ou menos valor as coisas,

faz parte das regras do funcionamento, portanto, desde que não aja uma atitude pré-concebida de má-fé no sentido de interpretar alguma coisa ao contrário daquilo que eu disse, eu acho que é legítimo, por mais que possa me agradar mais ou menos. Nunca tive problemas com nenhum jornalista por isso.

12. - Você já sentiu necessidade de recorrer ao anonimato? O que o senhor acha da questão das fontes anônimas?

A fonte anônima só se justifica para proteger, digamos, essa mesma fonte, e na minha opinião, tem de se verificar se é objetivamente para proteger essa fonte e por outro lado é necessário aferir se essa informação que é dada no anonimato não é dada por ser falsa. Na minha opinião, um jornalista quando coloca a questão das fontes anônimas, tem que ver se só é anônima se é para proteger a fonte e há razões para proteger, e tem de ter o cuidado de verificar se não está sendo instrumentalizado por essa fonte anônima. Eu pela minha parte nunca fui fonte anônima.

## APÊNDICE 8

- **Entrevista com o político João Teixeira Lopes, do Bloco de Esquerda.**

1. - Como você vê o jornalismo político português?

Há um lado positivo que é preciso ressaltar: em Portugal houve uma relação, então é preciso ressaltar a grande liberdade com a qual se faz o jornalismo político aqui, o grau de liberdade é muito forte. Agora aspectos negativos: um deles é questão da falta de investigação, os jornalistas em política fazem pouca investigação, vão muito pela moda do momento, tornam-se redundantes, repetem as mesmas idéias que circulam até a exaustão, precisamente porque não fazem o seu trabalho autônomo de pesquisa, de cobertura, de confronto com outras fontes, inclusivamente até fontes internacionais. As redações dos veículos também têm poucas pessoas para trabalhar. Banalizam-se, repetem-se, são redundantes, acabam por ser criar uma espécie de senso comum.

2. - Como você enxerga o papel dos media dentro da esfera pública?

Eu creio que os media, particularmente em Portugal, tem um papel fundamental. Não é só questão de serem um poder, é questão de ser mais que um poder que em a especificidade é ser um contra-poder, mas que também esta no cerne, no âmago de muitas contradições. Eu creio que dentro do quadro de concentração das propriedades dos meios de comunicação social, creio que tem funcionado como contra-poder, funciona como vigilante da vida pública, como um ator.

3. - Você acha que os media retratam de forma fiel os políticos?

Acho que difundem muito a Vox populi generalizado. Há um duplo efeito: alimentam-se essa vox populi, e amplificam depois em retorno essa Vox populi, por exemplo, a idéia amplamente difundida que os políticos são privilegiados, a idéia amplamente difundida de que os políticos são corruptos, a idéia amplamente difundida de que os políticos trabalham pouco, cria-se uma ilusão de modo generalizado, que não faz as devidas distinções entre os políticos, os políticos não são todos iguais, assim como os jornalistas não são todos iguais, mas eu creio que há um efeito de amálgama que muitas vezes resulta nalgum populismo, que depois tem efeito de reforçar e ressaltar essa Vox populi também.

4. - Você acha que os media influenciam mais ou menos o interesse da população sobre política?

Eu acho que cada vez mais os media despolitizam a esfera pública nesse sentido, porque claramente os temas relacionados com os assuntos do cotidiano, as questões de vida, ou seja, os media querem ser o espelho quase que transparente daquilo que são as vidas das pessoas, e essa tendência acaba por fazer com que eles realcem muitos aspectos da intimidade, da privacidade, da família, os aspectos da vida privada e não os da esfera pública, nesse sentido há uma despolitização, não se discute os temas referentes a governação de uma sociedade.

5. - Quando você tem alguma informação importante, como escolhe para quem divulgá-la?

Um dos critérios fundamentais é um media com forte impacto de divulgação, um jornal com ampla tiragem, uma televisão com grande audiência. Mas em certos aspectos, eu posso escolher um media com pequena repercussão, mas com uma forte influência em determinados grupos. Depende muito dos temas, depende muito dos públicos em potencial.

6. - Você mantém laços com algum jornalista?

Sim, sem dúvida.

7. - Como você classificaria sua relação com a imprensa?

Muito cordial. Não é uma relação de amizade ou de proximidade, mas é uma relação de cordialidade, não me lembro de ter feito nenhuma queixa a alguma entidade reguladora quanto a algum meio de comunicação, porque acho que isso cria uma situação artificial e pode ser vista como um condicionamento.

8. - Como você entra em contato com os media?

Contato por telefone, email ou etnã as habituais conferências de imprensa.

9. - Você tem alguma metodologia para falar com os jornalistas? Tem um formato de discurso diferente para cada veículo?

Tenho, se são conferências de imprensa em que estão todos os jornais, eu tenho que ter um discurso muito mais acessível. Se o tema da conferência ou da conversa for especializado eu tento também fazer um discurso especializado. Se for no campo da cultura, por exemplo, eu tento usar referências mais eruditas, ou um tipo de linguagem mais restrita. A forma é o conteúdo.

10. - Você personaliza a informação que divulga?

Nem sempre, depende. É ocasional, é contextual.

11. - Como lida com as interpretações que os jornalistas dão?

As vezes fico irritado, outras vez não, outras vezes me dão pistas pra eu pesquisar, e aceito as críticas que me são feitas, evidentemente fico muito satisfeito quando elas vão de encontro as minhas expectativas, mas quanto as críticas, tanto podem servir para me deixar irritado, quanto para me aperfeiçoar, quando acho que têm razão. Isso já aconteceu várias vezes, quando cometi erros e gafes.

12. - Você já sentiu necessidade de recorrer ao anonimato? O que o senhor acha da questão das fontes anônimas?

Fi-lo uma ou duas vezes. Eu creio que há de evitar, agora lhe digo que quem em política não utilizar o anonimato é louco ou ingênuo.

## APÊNDICE 9

- **Entrevista com o político Álvaro Castelo Branco, do CDS-PP.**

1. - Como você vê o jornalismo político português?

É como tudo na vida, em qualquer área, existe o bom jornalismo e o mau jornalismo, sem exceção, pelas mesmas regras que os outros, há bons médicos, há maus médicos, no jornalismo político é a mesma coisa. Numa análise global, parece-me positivo.

2. - Como você enxerga o papel dos media dentro da esfera pública?

A política, aquilo que um político vai fazer é pautada através da notícia, portanto a comunicação é fundamental, por outro lado, em nível de comunicação escrita tem muita importância. É fundamental. Só há um meio de chegar às pessoas que é via comunicação social.

3. - Você acha que os media retratam de forma fiel os políticos?

Isso é uma pergunta difícil. A comunicação social retrata o que o político deixa conhecer ou o que quer que se conheça, e isso pode não corresponder a realidade, portanto, o que eu quero dizer com isso é: acredito que a grande generalidade da comunicação social tem a imagem verdadeira, é aquela que o político deixou transparecer. Conheço vários políticos que a imagem que elas têm pública não correspondem minimamente a realidade, quer no bom quer no mau.

4. - Você acha que os media influenciam mais ou menos o interesse da população sobre política?

Acho que sim. A comunicação social tem um poder enorme, e tem uma grande responsabilidade, que nem sempre é bem exercida, porque conseguem fazer com que as pessoas acreditem mais ou menos em determinada coisa.

5. - Quando você tem alguma informação importante, como escolhe para quem divulgá-la?

Não escolho, em regra geral. O gabinete da Câmara é que escolhe, eu tenho a total confiança. No passado escolhemos conforme o objetivo que queríamos.

6. - Você mantém laços com algum jornalista?

Tenho amigos meus que são jornalistas. E portanto como em qualquer regra geral, tenho amigos que são meus amigos independentemente da minha profissão ou da deles.

7. - Como você classificaria sua relação com a imprensa?

Tenho uma boa relação. Sempre procurei voltar a minha atividade política com muita discrição.

8. - Como você entra em contato com os media?

Via gabinete de comunicação de imprensa, quando não faço assim, falo com os jornalistas diretamente.

9. - Você tem alguma metodologia para falar com os jornalistas? Tem um formato de discurso diferente para cada veículo?

Não.

10. - Você personaliza a informação que divulga?

Não.

11. - Como lida com as interpretações que os jornalistas dão?

É uma resposta um tanto complicada. Mas a idéia que eu tenho é que o jornalismo político na vertente de fazer a notícia acho que deve relatar os fatos, o que nem sempre acontece. No sentido de relatar os fatos, eu lido bem. Eu posso ter dito algo melhor ou pior. Nos políticos temos de aprender uma coisa, nós políticos temos que entender que determinadas coisas falamos de uma maneira e outras de outra maneira, portanto temos que ter algum cuidado quando passamos a mensagem pra conseguir os objetivos que queremos. Portanto, temos que saber a lidar com isso. Em regra geral, tenho lidado sempre bem.

12. - Você já sentiu necessidade de recorrer ao anonimato? O que o senhor acha da questão das fontes anônimas?

Isso é uma coisa com a qual eu já não lido tão bem. Se o sistema fosse perfeito, eu poderia achar melhor, acho que devia haver algum código deontológico, eu não conheço, relativamente à fontes, porque há fontes e fontes. Portanto acho que devia haver mais cuidado em relação as fontes. Nunca, nunca fiz isso. Eu não faço notícias.

## APÊNDICE 10

- **Entrevista com o político Renato Sampaio, do PS.**

1. - Como você vê o jornalismo político português?

Eu acho que há neste momento que devia mais capacidade de as pessoas poderem, os jornalistas poderem ter mais informação do que se passa na vida política, da forma e dos temas que muitas vezes tratam. O que acontece às vezes é que as pessoas estão muito pouco preparadas para discutir com os políticos os temas que estão na agenda.

2. - Como você enxerga o papel dos media dentro da esfera pública?

Os media são fundamentais para conseguir transmitir as mensagens que os políticos querem transmitir para os seus eleitores, e por isso que eu acho que a função deles é muito importante. Mas julgo que muitas vezes a mensagem não passa com o rigor que deveria passar.

3. - Você acha que os media retratam de forma fiel os políticos?

Não, às vezes não, eu acho que existe, às vezes, alguma deturpação, acho que tem pouco conhecimento das personalidades reais dos políticos, a parte humana.

4. - Você acha que os media influenciam mais ou menos o interesse da população sobre política?

Influenciar, influenciam, em minha opinião, às vezes, nem sempre da melhor forma.

5. - Quando você tem alguma informação importante, como escolhe para quem divulgá-la?

Depende da informação e do público alvo que eu quero atingir.

6. - Você mantém laços com algum jornalista?

Mantenho boas relações com alguns jornalistas.

7. - Como você classificaria sua relação com a imprensa?

Acho que é positiva e é boa.

8. - Como você entra em contato com os media?

Normalmente, falo com eles por telefone.

9. - Você tem alguma metodologia para falar com os jornalistas? Tem um formato de discurso diferente para cada veículo?

Não, meu discurso é sempre o mesmo.

10. - Você personaliza a informação que divulga?

Personalizo.

11. - Como lida com as interpretações que os jornalistas dão?

Não tenho tido problemas desse tipo.

12. - Você já sentiu necessidade de recorrer ao anonimato? O que o senhor acha da questão das fontes anônimas?

Nunca recorri ao anonimato, nem acho que seja uma boa maneira de transmitir informação.

## APÊNDICE 11

- **Entrevista com o politólogo Manuel Meirinho.**

1. - O senhor acha que existe uma classe de jornalistas especializados em política em Portugal?

Não. Existem alguns jornalistas que tratam preferencialmente matérias relacionadas com a política, mas isso tem a ver com a natureza da profissão.

2. - O senhor classificaria o jornalismo político feito hoje nos jornais impressos de Portugal como um jornalismo de qualidade?

Globalmente sim, embora em matérias muito técnicas existam muitas deficiências e falta de preparação. Há também pouca preocupação em recorrer a especialistas da área e a estudos sobre o fenómeno político.

3. - Como o senhor vê a relação entre políticos e jornalistas? Acha que é uma relação balanceada ou um dos pólos tem mais poder? É mais uma relação de cumplicidades ou de antagonismos?

Em boa parte, sobretudo no que se refere ao acesso à informação (fontes) é uma relação de cumplicidade.

4. - Os media exercem um papel de formadores de opinião crítica sobre Política? Os media têm capacidade de orientar o sentido de voto? Os media contribuem para agendar os temas da agenda política e da agenda pública?

Os media tem um papel fundamental na formação de opinião pública, o que não significa que contribuam para que essa opinião seja critica (em sentido positivo). Uma boa parte do agendamento decorre da ação dos media que são o principal intermediário da relação entre a política e os cidadãos.

5. - Os políticos utilizam-se bastante de soundbites? O modo como estruturam o seu discurso afeta o modo com são retratados pelos jornalistas?

Sim. O modo de estruturação do discurso afeta sempre o modo como são tratados pelos media: o processo de simplificação das mensagens é reproduzido pelo processo de simplificação dos aparelhos mediáticos: tudo é reduzido à simplicidade.

6. - Os novos meios de comunicação, como a internet e as redes sociais, mudaram a forma como os políticos estruturam seu discurso?

Em Portugal ainda não, embora se note já um ajustamento do modo de comunicação com determinados públicos.

7. - O senhor acha que os media retratam com fidelidade o que acontece no cenário político português?

Em parte sim, em parte não. A questão da fidelidade é muito complexa.

## APÊNDICE 12

- **Entrevista com o politólogo Carlos Jalali.**

1. - O senhor acha que existe uma classe de jornalistas especializados em política em Portugal?

Sim

2. - O senhor classificaria o jornalismo político feito hoje nos jornais impressos de Portugal como um jornalismo de qualidade?

Bem, depende de jornal para jornal, mas nos jornais de referência diria que em geral sim, ainda que com o enfoque claramente em termos da competição partidária.

3. - Como o senhor vê a relação entre políticos e jornalistas? Acha que é uma relação balanceada ou um dos pólos tem mais poder? É mais uma relação de cumplicidades ou de antagonismos?

Em geral, diria que de cumplicidades e antagonismos que em geral coexistem bastante bem. Quanto ao equilíbrio de poder na relação, ela oscila - consoante o tema, os políticos ou os jornalistas podem predominar tendencialmente (mas nenhum consegue fazê-lo sempre ou totalmente).

4. - Os media exercem um papel de formadores de opinião crítica sobre Política? Os media têm capacidade de orientar o sentido de voto? Os media contribuem para agendar os temas da agenda política e da agenda pública?

Em geral, contribuem para a percepção dominante que existe da política. Quanto à capacidade de orientar o sentido de voto, por si só, e em geral, não - mas também são um fator relevante, embora frequentemente de forma indireta (por exemplo, na filtragem ou atenção que geram a determinados temas ou debates). Quanto à última pergunta, sim.

5. - Os políticos utilizam-se bastante de soundbites? O modo como estruturam o seu discurso afeta o modo com são retratados pelos jornalistas?

Alguns mais que outros - dos atuais líderes, Portas, Louçã e Sócrates têm a noção do soundbite muito mais saliente que por exemplo. Ferreira Leite ou Jerónimo de Sousa. Quanto à segunda questão, suspeito que sim, na forma como é construída a sua imagem pública pelos media.

6. - Os novos meios de comunicação, como a internet e as redes sociais, mudaram a forma como os políticos estruturam seu discurso?

O efeito não é evidente nas lideranças partidárias, mas é em termos de estruturas intermédias - se quiser, sectores "intelectuais" - dos partidos, e começam a ter efeitos

subsequentes (ainda que incipientes) na criação de programas eleitorais e da definição ideológica dos partidos. O efeito é, sobretudo, dos blogues.

7. - O senhor acha que os media retratam com fidelidade o que acontece no cenário político português?

Retratam em geral com fidelidade a competição inter e intra-partidária. Mas há outros aspectos que poderiam ser aprofundados pelos media e que não o são, sobretudo em termos das políticas públicas (formulação, implementação, efeitos) ou o papel de outros atores na governação.